UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT

O BOLSA FAMÍLIA EM MATO GROSSO

Recife
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT

O BOLSA FAMILIA EM MATO GROSSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha

Recife

2015

Catalogação na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

B624b Bittencourt, Jeanne Rodrigues.
O Bolsa Família em Mato Grosso / Jeanne Rodrigues Bittencourt. – Recife: O autor, 2015.
89 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em Ciência Política, 2015.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Política social. 3. Pobreza. 4. Programa Bolsa Família (Brasil). 5. Frequência escolar. 6. Rendimento escolar. I. Rocha, Enivaldo Carvalho da (Orientador). II. Titulo.

320 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-20)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT

O BOLSA FAMILIA EM MATO GROSSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Doutor Enivaldo Carvalho da Rocha – Orientador
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Mariana Batista da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Michelle Fernandez
Universidade Federal de Pernambuco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL UFPE-IFMT
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

"O Bolsa família em Mato Grosso"

Jeanne Rodrigues Bittencourt

Recife, 23 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha (Orientador)

_____
Profa. Dra. Mariana Batista da Silva (Examinadora Externa)

_____
Profa. Dra. Michelle Vieira Fernandez de Oliveira (Examinadora Externa)

Para Nathalia Bittencourt Graciano, minha filha, meu amor maior. Para Aldmir Bittencourt Rodrigues, minha mãe, exemplo de dedicação e dignidade. Para João Rodrigues, meu pai, e meu amigo. Para minha sobrinha/filha do coração, Thais Bittencourt Negrão; minha irmã de alma e batalhas Odaylza Conceição de A. Gomes, minha tia/mãe Alvanir Bittencourt de Oliveira (in memoriam) e para meu amigo/irmão Clayton Emanuel Rodrigues, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram, direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Alguns agradecimentos especiais que não poderia deixar de citar nominalmente. Agradeço primeiramente o apoio fundamental recebido da Procuradora Federal no IFMT, Ana Maria Vasconcelos.

Ao professor Enivaldo Carvalho da Rocha, orientador e coordenador do Curso de Mestrado em Ciência Política da UFPE, pela seriedade profissional e apoio durante todo este período.

Agradeço a todos os professores e alunos que contribuíram de forma indelével nesses dois anos de longa caminhada, sem a valiosa colaboração, esta etapa não teria sido superada.

Aos amigos, que além da amizade me proporcionaram apoio e estímulo nos momentos de maiores dificuldades e incertezas: Lêda Maria Meira do Carmo Klein, Degmar dos Anjos, Stefânia Graciano e Armando Cinturão Semo.

E, finalmente, aos maiores contribuintes deste trabalho: os beneficiários do Programa Bolsa Família de Mato Grosso, porque sem eles não seria possível a realização da pesquisa.

Agradeço imensamente a todos.

RESUMO

Este trabalho busca avaliar o impacto de um do programa de transferência condicionada de renda - Programa Bolsa Família - PBF - sobre o desempenho escolar dos beneficiários, no Estado de Mato Grosso. Constitui-se um dos objetivos do PBF o alívio e combate a pobreza e/ou miséria entre populações consideradas pobres pelo Estado. O combate à pobreza crônica implica em uma autonomia financeira das famílias, sendo que um dos mecanismos responsáveis para o alcance desse objetivo é a educação formal. É nesse contexto que se traz a baila o debate proposto, cujo problema de pesquisa está inserido na questão: em que medida o PBF que tem como premissa a permanência do aluno em sala de aula, colabora no desempenho escolar dos alunos? O procedimento utilizado para analisar a questão proposta foi a pesquisa documental, por meio dos históricos escolares dos alunos, numa abordagem quantitativa, em que a finalidade foi a de averiguar o desempenho educacional por meio dos resultados avaliativos, nos primeiros, segundos e terceiros ciclos da Educação Básica, nos anos de 2005 a 2011. A pesquisa foi realizada nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, contemplando três escolas estaduais localizadas nos maiores bolsões de pobreza daqueles municípios. Os resultados corroboram a eficiência do programa com relação à avaliação escolar, numa análise comparativa entre os alunos beneficiários do programa PBF e os alunos não beneficiários.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Condicionalidades. Programa de transferência de renda. Frequência escolar. Avaliação escolar.

ABSTRACT

This study search to define the impact of a conditioned income transference program - Bolsa Família Program - about the interpretation on school of beneficiaries in the state of Mato Grosso. It constitutes one of the objectives of the PBF the relief and combat poverty and/or poverty among populations considered poor by the State. The struggle against chronic poverty implies a financial autonomy of families, and one of the mechanisms responsible for the achievement of this objective it is the formal education. It is in this context that brings the proposed debate, whose research problem is inserted in the question: to what extent the PBF that is premised on the stay of the student in the classroom, cooperate in the school performance of students? The procedure applied for analyzing the question posed was documentary research, through the academic transcripts of students, in a quantitative approach, where the purpose was of find out educational performance through the evaluation results, in the first, second and third cycles of basic education in the years 2005-2011. The research was conducted in the municipalities of Cuiabá, Várzea Grande and Rondonópolis contemplating three state schools located in the biggest pockets of poverty of those municipalities. The results confirm the efficiency of the program with respect to school evoluation in a comparative analysis between the beneficiaries students.

Keywords: Public Policy. Conditionalities. Income transfer program. School attendance. Educational evaluation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação entre beneficiários e não beneficiários	64
Gráfico 2	Gráficos por disciplina – História	65
Gráfico 3	Gráficos por disciplina – Geografia	65
Gráfico 4	Gráficos por disciplina – Ensino Religioso	66
Gráfico 5	Gráficos por disciplina – Matemática	67
Gráfico 6	Gráficos por disciplina – Ciências	68
Gráfico 7	Gráficos por disciplina – Artes	68
Gráfico 8	Gráficos por disciplina – Ed. Física	69
Gráfico 9	Gráficos por disciplina – Língua Portuguesa	70
Gráfico 10	Gráficos por disciplina – Língua Inglesa	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Médias de aprovação com suporte e sem suporte aos estudantes beneficiários e não beneficiários por escola	60
Tabela 2	Proporção de estudantes aprovados sem necessidade de suporte conforme acesso ao PBF	62

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBA	Ciclo Básico de Aprendizagem
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CNAS	Conselho Nacional da Assistência Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPS	Câmara de Política Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMT	Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PCFM	Plano de Combate à Fome e a Miséria
PETI	Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPE	Plano Plurianual do Estado
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
TCH	Teoria do Capital Humano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
CAPÍTULO I 17
1.1 Políticas Públicas de Educação 17
1.2 Avaliação de Políticas Públicas 18
CAPÍTULO II 24
2.1 Exclusão e Desigualdade 24
2.2 A Exclusão Social na América Latina 27
2.3 O drama brasileiro 30
2.4 Políticas públicas de Enfrentamento da Pobreza no Brasil 31
CAPÍTULO III 37
3.1 O combate as Desigualdades no Brasil 37
3.2 Políticas de Proteção Social 41
3.3 O Bolsa Família e suas condicionalidades 44
3.4 Condicionalidades de Educação 47
CAPÍTULO IV 52
4.1 Metodologia de Pesquisa 52
4.2 Lócus da Pesquisa 53
4.3 A Escola Ciclada 54
4.4 Sistema Ciclado – Uma discussão para Além dos muros da Escola 56
4.5 Os Municípios selecionados 57
4.6 Escolas Pesquisadas 58
4.6.1 – Escola Estadual Dr. Mario de Castro – Bairro Pedra 90 - Cuiabá 58
4.6.2 – Escola Estadual Professora Arlete Maria da Silva – Bairro Asa Bela – Várzea Grande 58
4.6.3 – Escola Estadual São José Operário – Bairro Vila Operária - Rondonópolis 59
CAPÍTULO V 60
Resultados e Discussões 60
CONSIDERAÇÕES FINAIS 77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 82
ANEXOS 89

INTRODUÇÃO

A inserção profissional da autora como professora da rede municipal de Educação de Cuiabá, e ainda como Técnica em Assuntos Educacionais do instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, foi fundamental para definir o campo de estudo deste trabalho. A proposta pressupõe a compreensão da dimensão do Programa Bolsa Família para a educação e se, consequentemente, tal programa pode influenciar os resultados avaliativos escolares.

O objetivo deste trabalho se fundamenta na avaliação de uma das políticas públicas do governo federal, o Programa Bolsa Família, com relação a sua condicionalidade de educação, no que se refere à frequência escolar e os possíveis resultados na avaliação escolar dos beneficiários. Buscando um enfoque mais amplo para a pesquisa, foram selecionados três municípios do Estado de Mato Grosso: Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande, o que se justifica por serem os municípios mais populosos do Estado e ainda por apresentarem o maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família. A pesquisa quantitativa foi realizada em três escolas estaduais localizadas nos municípios mencionados.

A justificativa desta proposta relaciona-se à constatação de que o mencionado programa não recebeu, até a presente data, no estado de Mato Grosso, um estudo significativo acerca de sua possível influência sobre os resultados da avaliação escolar, embora existam muitas pesquisas de cunho nacional, e Mato Grosso figure entre os estados pesquisados, não foi realizada pesquisa institucional nem acadêmica cujo foco é exclusivamente o estado de Mato Grosso, a exemplo de outros estados.

Dentre os estudos já realizados, pode-se citar a pesquisa, em âmbito nacional, buscando estabelecer a relação entre melhoria dos resultados escolares e o PBF, promovida em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação, no ano de 2010, onde se demonstrou, no primeiro retrato do impacto do programa nos resultados da educação, que o Bolsa Família tem um impacto positivo na trajetória educacional dos beneficiários do programa.

Segundo a pesquisa, no ensino médio, a aprovação dos beneficiários do PBF é maior do que a média nacional (81,1% contra 72,6%). Os indicadores de abandono no ensino fundamental também revelam um impacto positivo: 3,6% dos beneficiários deixam a escola, con-

tra 4,8% da média nacional. Já no ensino médio, o índice de abandono é de 7,2% entre os beneficiários, enquanto a média nacional é de 14,3%.

Menciona-se ainda o artigo de pesquisadores do INCT-CITECS publicado pela Revista inglesa The Lancet onde avalia a relação entre o Programa Bolsa Família (PBF) e a redução da mortalidade entre crianças brasileiras menores de cinco anos. De acordo com os resultados da pesquisa publicada na revista The Lancet, o Bolsa Família reduziu, de 2004 a 2009, em 19,4% a mortalidade geral entre crianças nos municípios onde tinha alta cobertura, sendo que esta redução foi ainda maior quando se considerou a mortalidade específica por algumas causas como desnutrição (65%) e diarreia (53%).

Merece destaque também estudo recente realizado pelo IPEA intitulado "Programa Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania", publicado no ano de 2013, que trata da avaliação de impactos do PBF, onde demonstra que as crianças beneficiárias do PBF têm progressão escolar seis pontos percentuais maior na comparação com não beneficiárias de mesmo perfil socioeconômico.

Indicadores como os citados acima, cujos resultados são favoráveis ao PBF, nos lança o desafio de realizar no Estado de Mato Grosso a pesquisa proposta. Para isso, o nosso problema de pesquisa está inserido na seguinte questão: em que medida o Programa Bolsa Família, que tem como premissa a permanência do aluno em sala de aula, colabora no desempenho escolar dos alunos?

Com efeito, pode-se definir o PBF a partir da articulação de três dimensões específicas constantes da lei de criação do Programa Bolsa Família, assim como em seu regulamento:

- Alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias;
- Contribuição para a redução da pobreza entre gerações, através do reforço do direito de acesso às políticas de saúde e de educação; e
- Articulação com outras políticas públicas, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias.[1].

No Brasil, é reconhecido que a redução da pobreza apenas pode ser alcançada por meio da elevação da renda dos mais pobres. Comumente, a população de baixa renda se vê obrigada a ingressar precocemente no mercado de trabalho, ocupando postos menos qualifi-

[1] Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004.

cados em decorrência de seu despreparo educacional e profissional, prejudicando suas oportunidades futuras de obter renda mais elevada, o que acarreta em salários baixos e condições desumanas de trabalho, referendando a sua condição de pobreza.

Os programas de garantia de renda mínima no Brasil passaram por significativos ajustes, considerando essa trajetória histórica propõe-se ao exame do tema sob a ótica da autora Maria Ozanira da Silva, que problematiza as questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Dentre outros assuntos de relevância para este estudo menciona-se como um pequeno contributo à análise histórica da criação de mecanismo de proteção às populações em risco através de políticas públicas.

Na organização do trabalho, o primeiro Capítulo é denominado Políticas Públicas da Educação num enfoque a partir da década de 90, relatando os avanços ocorridos na educação durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Luiz Inácio "Lula" da Silva (Lula). Trata-se, em seguida, de Avaliação de Políticas Públicas onde se apresenta as suas linhas gerais e formas de acompanhamento de programas de governo.

Trata-se no capítulo segundo de exclusão e desigualdade, a partir de Silva (2002, p. 37) que se refere à economia automatizada como uma alusão à falta de emprego para todos, tanto a estagnação quanto o crescimento advindo dos inventos tecnológicos geram desemprego e tornam as oportunidades cada vez mais desiguais. Castells (1999, p. 499) trata dessas transformações do mundo do trabalho como "revolução", afirmando que a revolução tecnológica em curso, centrada nas tecnologias da informação, de base microeletrônica, vem remodelando a base material da sociedade e condicionando alterações importantes nas relações entre a economia, o Estado e a sociedade. O sistema social permanece capitalista, mas, diversamente de seus predecessores históricos, esse tipo de capitalismo é global e está estruturado, em grande medida, em uma rede de fluxos.

Essas transformações, em grande parte, deram inicio a necessidade do Estado em atender os cidadãos excluídos pelo mercado de trabalho com políticas públicas de redução das desigualdades sociais de maneira mais ampla e focalizada, a exemplo do Programa Bolsa Família, cujo objetivo principal é a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, que conta com as condicionalidades como ação que pretende aproximar essa população de certas políticas públicas. É a partir das condicionalidades, gerenciadas pela titular do benefício, que se propõe a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, partindo da lógica de que a transferência de renda, somada a escolaridade e saúde das crianças, proporcionariam uma saída da situação de pobreza.

Com relação ao capítulo terceiro, é apresentada uma breve análise sobre as redes de proteção social e a sobre as condicionalidades do PBF, especialmente no que se refere à educação, a justificativa para as transferências de renda em contrapartida à frequência escolar reside no pressuposto de que famílias pobres teriam custos elevados para manter os filhos nas escolas em função da renda familiar baixa e instável fazendo com que a necessidade de trabalho precoce competisse com a continuidade dos estudos. Além disso, a baixa escolaridade dos responsáveis por famílias mais pobres seria um fator determinante para a baixa remuneração. Dessa forma, sem que houvesse transferências de renda, o ciclo vicioso da pobreza se repetiria a cada geração, pois a atual geração não conseguiria romper esse ciclo e atingir sua autonomia. A educação seria então uma forma de inclusão social e de garantir às famílias mais pobres a oportunidade de adquirir capital social e assim subsidiarem sua mobilidade social.

Ao buscar assegurar frequência escolar como uma das condicionalidades do PBF, compreende-se, adotando a posição de Amaral, que a educação é tida como um dos fatores que geram mudanças estruturais na sociedade e a qualidade de vida (investimento em capital social e humano através de acesso a serviços públicos de qualidade). "[...] a deficiência na formação educacional impede, por sua vez, um incremento na renda das novas gerações. Desta forma, cria-se um círculo vicioso, no qual a pobreza de ontem determina a pobreza de hoje". (AMARAL, 1998, p.6). Desta maneira é possível perceber que a condicionalidade da educação se fundamenta numa ideia de combater o ciclo da pobreza das futuras gerações por meio do capital humano.

Busca-se ainda, nesse Capitulo, tratar dos fatores que influenciam no desempenho escolar dos alunos, evidenciando dentre os vários fatores interferem na aprendizagem a participação da família na vida escolar dos alunos é o de maior significância, neste entendimento adota-se a ideia de Smith & Strick (2001, p.31) que afirma que um ambiente estimulante e encorajador em casa produzem estudantes adaptáveis e muito dispostos a aprender, mesmo entre crianças cuja saúde ou inteligência foi comprometida de alguma maneira.

Convém deixar enfatizado que embora a pesquisa apresentada neste trabalho refira-se a frequência escolar, que é uma das condicionalidades do PBF, apenas esse fator, dissociado dos demais não é preponderante para aferir o sucesso ou insucesso dos alunos. De sorte, uma maior frequência enseja uma aprendizagem mais efetiva, mas há outros aspectos que influenciam nesses resultados, embora não sejam abordados nesta pesquisa.

O capítulo quarto destina-se a pesquisa, será explanada a pesquisa, e, em seguida, se

procederá às considerações com base nos resultados apresentados, o que se permitiu concluir que os estudantes beneficiários do PBF em Mato Grosso, especificamente na população pesquisada apresentaram menos necessidade de apoio pedagógico. Os resultados de uma forma geral apontaram diferenciais favoráveis para os beneficiários do Bolsa Família vis-à-vis os não beneficiários em condições socioeconômicas semelhantes.

Tal resultado oferece indicações da efetividade da condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família e seu acompanhamento, levando a crer que há uma relação entre a contribuição desta ação na diminuição das desigualdades educacionais.

.

CAPÍTULO I

1.1 Políticas Públicas de Educação

A Constituição Federal divide as responsabilidades a respeito da Educação entre os Governos Federal, Estadual e Municipal. Conforme Art. 211, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. A Constituição define, ainda, que os municípios atuarão, prioritariamente, no Ensino Fundamental e na Educação Infantil; os Estados e Distrito Federal atuarão, prioritariamente, no Ensino Fundamental e Médio; a União exercerá função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, além de manter o sistema federal de ensino (Universidades e Institutos Federais).

As políticas educacionais são um conjunto de ações, decisões e diretrizes sobre controle do Estado, que permeiam cada vez mais a economia do país, sendo vistas com um investimento que trará um retorno financeiro. Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar.

O estudo sobre as políticas educacionais tem ganhado repercussão na última década. Houve, por parte do Estado, a realização de convenções, promulgação de leis, decretos, campanhas publicitárias, divulgação de parâmetros curriculares, instrumentos gerenciais, planos nacionais e regionais, além do próprio conceito de educação que sofre revisões e reinterpretações sobre novos enfoques, como ocorreu com outras áreas voltadas para a questão social, no campo educacional passou-se a produzir estudos que privilegiam a abordagem da educação na sua dimensão de política pública (Azevedo, 1997 p.1-2).

Segundo Azevedo (1997, p.5), tratar de políticas públicas na educação significa enfocar uma estrutura de poder e de dominação entranhados nos mais diversos níveis sociais Nesse contexto surgem os discursos por uma escola de qualidade, cidadã e autônoma. Conceitos pouco precisos, mas de grande impacto junto à opinião pública. Por fundamento, “a escola é um instrumento que deve ser capaz de possibilitar a liberdade e a autonomia do educando” (Gadotti, 2000, p.6).

A educação brasileira, ao longo dos séculos, foi marcada pela exclusão e pela falta de políticas educacionais de continuidade. Importante destacar ainda que, no campo das políticas para a educação, temos propostas desarticuladas com a cultura, a ciência e a

tecnologia. São desarticulações desse gênero que enfraquecem as políticas públicas do Estado, tornando-as inócuas e ineficazes.

Na década de 1990, as políticas de gestão para a educação no Brasil foram estruturadas tendo por opção política a implementação de ações de cunho gerencial, buscando-se garantir uma otimização de recursos, tendo em vista um diagnóstico de que os problemas educacionais não eram resultantes da escassez e, sim, da malversação dos recursos financeiros, fruto, dentre outros, da baixa qualificação docente e da ineficiência do aparelho administrativo e burocrático das escolas.

Responsabilizar a escola e seus profissionais pelo desastre é simplesmente repercutir a acusação unilateral, uma vez que, em outras décadas, a culpa pelo fracasso escolar era tão somente do aluno que, oriundo das classes populares e sendo filho de trabalhadores, não possuía bases suficientes para acompanhar o currículo escolar.

1.2 Avaliação de Políticas Públicas

O processo de políticas públicas é composto por três fases de relevante importância: elaboração, implementação e avaliação. A avaliação de política pública é uma das fases do processo que permite averiguar se os programas atingiram suas metas com eficiência e eficácia, ao tempo em que possibilita retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim a que se propôs.

Ala-Harja e Helgason (2000, p.8) definem avaliação em termos simples, afirmando que “o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos”.

Na definição de Aguilar e Anderegg a avaliação de políticas públicas está assim definida:

> ... uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos. Visam comprovar a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racionais e inteligentes entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compre-

> ensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados... (AGUILAR e ANDER-EGG- 1994. p.31-2).

O propósito da avaliação é "direcionar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa." (Costa e Castanhar, 2003, p.972).

Faria destaca a especificidade da avaliação sob três dimensões:

> Do ponto de vista metodológico, a avaliação é uma atividade que obtém, combina e compara dados de desempenho com um conjunto de metas escalonadas; Do pondo de vista de sua finalidade, a avaliação responde a questões sobre a eficácia/efetividade dos programas e, neste sentido, sua tarefa é julgar e informar; Do ponto de vista de seu papel, a avaliação detecta eventuais falhas e afere os méritos dos programas durante sua elaboração. Neste sentido sua tarefa é formativa, permitindo a correção ou confirmação de rumos. (FARIA, 2006, p.42)

As avaliações podem ser classificadas segundo vários critérios. Quanto à classificação das avaliações, considerando o agente que as realiza, temos (Cohen e Franco, 2004; Cotta, 1998):

Avaliação externa – realizada por pessoas de fora da instituição responsável pelo programa, em geral com experiência neste tipo de atividade. Entre as vantagens desta avaliação podem ser citadas a isenção e objetividade dos avaliadores externos, que não estão diretamente implicados com o processo, além da possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os de outros programas similares já analisados. Por outro lado, o acesso aos dados necessários torna-se mais difícil e os que vão ter seu trabalho avaliado podem se colocar em posição defensiva, fornecendo informações parciais e minimizando o efeito de melhoria dos programas.

Avaliação interna – realizada dentro da instituição responsável, com maior colaboração das pessoas que participam do programa. Citam-se como vantagens a eliminação da resistência natural a um avaliador externo, a possibilidade de reflexão e aprendizagem e compreensão sobre a atividade realizada dentro da instituição. Mas pode-se perder muito em objetividade, já que os que julgam estão, também, envolvidos, tendo formulado e executado o programa. Se a avaliação for realizada internamente à instituição, mas por pessoas que não participam do programa, na tentativa de diminuir a subjetividade, a situação torna-se análoga à do avaliador externo.

Avaliação mista – procura combinar os tipos de avaliação anteriores, fazendo com que os avaliadores externos tenham contato estreito com os participantes do programa a ser avaliado, na tentativa de manter as vantagens e superar as desvantagens das avaliações apresentadas acima.

Avaliação participativa – usada principalmente para pequenos projetos prevê a participação dos beneficiários das ações no planejamento, na programação, execução e avaliação dos mesmos.

Quanto à natureza, as avaliações podem ser:

Avaliações formativas – estão relacionadas à formação do programa e são adotadas durante a implementação, são voltadas para a análise e produção de informação sobre as etapas de implementação. Geram informações para os que estão diretamente envolvidos com o programa, com o objetivo de fornecer elementos para a realização de correções de procedimentos para melhorar o programa.

Avaliações somativas – referem-se à análise e produção de informações sobre etapas posteriores. São realizadas quando o programa está sendo implementado há algum tempo ou após a sua implementação, para verificar a sua efetividade e fazer o julgamento do seu valor geral.

Diante dos diversos objetivos de uma avaliação de política pública, podem-se distinguir três modalidades de avaliação: avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impacto (Garcia, 2001; Carvalho, 2003; Costa e Castanhar, 2003).

Avaliação de metas - tem como propósito mensurar o grau de êxito que um programa alcança. As metas de um programa são os resultados mais imediatos que dele decorrem. Trata-se de uma avaliação *ex post facto*, visto que pressupõe a atribuição de valores a um conjunto de metas, definindo-se o êxito do programa em função de que tais metas tenham sido cumpridas.

A avaliação de processo - visa detectar defeitos na elaboração dos procedimentos, acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implantação dos programas, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados para sua reprogramação, por meio do registro de intercorrências e de atividades. Essa avaliação se realiza concomitantemente ao desenvolvimento do programa, portanto, o uso adequado das informações produzidas permite incorporar mudanças ao seu conteúdo (Carvalho, 2003; Costa e Castanhar, 2003).

É realizada durante a implementação do programa, diz respeito à dimensão de gestão. É uma avaliação periódica que procura detectar as dificuldades que ocorrem durante o processo para efetuar correções ou adequações, utilizada para melhorar a eficiência operativa. Sua função maior é a de observar em que medida o programa está sendo implementado como planejado. Preocupa-se em responder, entre outras, as seguintes indagações:

a) a população-alvo está sendo atendida, conforme as metas?

b) a cronograma está sendo cumprido?

c) os recursos estão sendo alocados com eficiência?

Avaliação de impacto - procura verificar em que medida o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências, indagando, após sua implementação, se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas. São elas que apontam a efetividade de programas e projetos, estabelecendo o grau de correspondência entre seus objetivos e resultados. Procuram verificar em que medida o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências, indagando, após sua implementação, se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas.

Conforme Carvalho (2003.p.86), avaliação de impacto “é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social”.

Há alguns pré-requisitos para a realização de avaliações desta natureza:

a) os objetivos da intervenção devem estar definidos de maneira a permitir a identificação de metas mensuráveis;

b) sua implementação deve ter ocorrido de maneira minimamente satisfatória, pois, caso contrário, não faria sentido tentar aferir impacto.

Trata-se de um conjunto de estratégias destinadas a isolar e mensurar as consequências dos resultados obtidos com as políticas, programas ou projetos. Um dos grandes desafios da Avaliação de Impacto é conseguir isolar, em uma situação específica, as mudanças "naturais" e as mudanças “provocadas”, ou seja: a) resultantes de uma determinada intervenção, cujo impacto se pretende avaliar; e b) resultantes de outras intervenções.

Conforme o momento de realização da avaliação, elas podem ser:

Avaliação *ex ante* - avaliação realizada antes do início do projeto, ou seja, procura

medir a viabilidade do programa a ser implementado, no que diz respeito a sua relação "custo-benefício". Geralmente é muito utilizada por órgãos financiadores de projetos e pode ter como objetivo a identificação de prioridades e metas. A avaliação *ex ante*, procura orientar sobre a realização de um dado programa, no que diz respeito a sua formulação e desenvolvimento, através do estudo de seus objetivos, dos beneficiários e suas necessidades e do seu campo de atuação.

Segundo Cohen e Franco (1993, p. 16): "[...] a avaliação *ex ante* permite escolher a melhor opção dos programas e projetos nos quais se concretizam as políticas".

Avaliação *ex post* ou somativa – focaliza a relação entre processo, resultados e impacto, comparando os diferentes programas, analisando sua efetividade. Nesta categoria, em que os resultados de um programa ou política são focalizados, a avaliação assume um caráter somativo. Essa modalidade de avaliação que se realiza ao final da fase de implementação ou após a conclusão deum programa, consiste no exame e análise de objetivos, impactos e resultados. O objetivo principal é o de analisar a efetividade de um programa, compreendendo em que medida o mesmo atingiu os resultados esperados.

Cabe tratar aqui sobre a diferença de Monitoramento e avaliação de políticas públicas, que são atividades distintas. Segundo Garcia (2001, p. 32) "o monitoramento é um processo sistemático e contínuo que, produzindo informações sintéticas e em tempo eficaz, permite rápida avaliação situacional e a intervenção oportuna que corrige ou confirma as ações monitoradas".

O monitoramento utiliza, geralmente, dados internos e busca analisar o cumprimento dos prazos das atividades; a quantidade, qualidade e preço dos insumos; a correspondência dos programas aos objetivos previstos. Faria (1999, p. 44-45) define essa atividade: "Trata-se de avaliar a eficiência. É o fazer certo as coisas, posto que as atividades de monitoramento permitem intervir no processo de execução, corrigindo os rumos cada vez que os desvios são detectados." E acrescenta: "corrigir rumos" nas atividades de monitoramento, não quer dizer apenas intervir sobre os conteúdos de um programa, mas "[...] significa (ou pode significar) modificar cenários jurídico-administrativos, financeiros, organizacional, bem como requalificar os recursos humanos a cargo dos trabalhos".

Quanto à avaliação pode ser realizada antes, durante a implementação ou mesmo algum tempo depois, após o programa provocar todo o seu impacto, e com foco no modo, medida e razão dos benefícios advindos.

Com relação a Dimensões do Resultado há uma relação de causa e efeito entre cinco elementos fundamentais: insumos, processos, produtos, resultados e impactos, em que um

nível contribui para o outro. Assim, os insumos (inputs) utilizados nos processos levam à entrega de produtos (outputs), que geram a realização de resultados intermediários (outcomes), que contribuem para a modificação de uma realidade (impacto).

Quanto aos conceitos básicos de avaliação de politicas públicas temos a eficiência, eficácia e efetividade :

A eficiência de uma política pública refere-se à otimização dos recursos utilizados, o melhor resultado possível com os recursos disponíveis. Cotta (1998, p.114) apresenta o conceito de eficiência como:

> A relação entre os resultados e os custos envolvidos na execução de um projeto ou programa. Quando ambos podem ser traduzidos em unidades monetárias, recorre-se à Análise Custo-Benefício (ACB) que, grosso modo, pretende verificar se os benefícios líquidos do projeto excedem seus custos operacionais.

Nesse contexto, Cohen e Franco (1993,p.62) trazem o conceito de eficácia estabelecendo relação direta com a avaliação do tipo somativa ou de resultados, pois trata de avaliar se o programa ou projeto produziu algum efeito sobre os seus beneficiários e, ainda, procura classificar tais efeitos.

Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 66) sintetizam a importância dos conceitos de eficácia e de eficiência combinados no processo de avaliação de programas ou políticas públicas, no que diz respeito aos seus resultados: “Assim, considera-se que o resultado alcançado é a resposta efetiva ao grau de eficiência e eficácia aplicadas no desenvolvimento da ação ou política.”

Para avaliações da efetividade Cotta (1998, p.115) aponta alguns pré-requisitos considerados muito relevantes para seu êxito: "a) os objetivos da intervenção devem estar definidos de maneira a permitir a identificação de metas mensuráveis; b) sua implementação deve ter ocorrido de maneira minimamente satisfatória pois, caso contrário, não faria sentido tentar aferir impacto".

É de fundamental relevância no processo de avaliação de políticas públicas, vez possibilita compreender em que medida a otimização dos recursos públicos acontecem- aqui entendidos como os recursos financeiros, materiais e humanos - através da comparação entre metas alcançadas, recursos empreendidos e tempo de execução.

CAPÍTULO II

2.1 Exclusão e Desigualdade

As transformações na economia mundial, desde as duas últimas décadas do século passado, vêm modificando não só as formas de produção e de trabalho, mas também as condições de sobrevivência da maior parte da população, as relações entre Estado e sociedade e as formas de sociabilidade.

Tais transformações refletem o movimento estrutural do capitalismo no decorrer das últimas décadas do século XX, resultante da crise do modelo de regulação keyneziano-fordista, que supõe uma intervenção mínima do operário no processo de produção e que garantiu a sustentabilidade das décadas de prosperidade e estabilidade que precederam o 2º pós-guerra e a reprodução ampliada do capital.

A imposição decorrente do processo de qualificação da classe trabalhadora pelo mercado de trabalho foi o de adquirir atributos que pudessem classificá-los como "empregáveis", haja vista a impossibilidade de a economia absorver todo o contingente de mão de obra qualificada.

Na economia automatizada não há empregos para todos, tanto a estagnação quanto o crescimento advindo dos inventos tecnológicos geram desemprego e tornam as oportunidades cada vez mais desiguais. Mesmo assim, há quem diga que todos têm oportunidades iguais e que situações de pobreza seriam atribuídas à indolência, à desqualificação profissional ou à incapacidade do trabalhador (SILVA, 2002, p. 37). No entanto, é necessário uma discussão mais ampla em torno dessa relação, haja vista sua complexidade, conforme se demonstrará abaixo:

O avanço tecnológico, no interesse do capital, provocou desemprego em massa dos trabalhadores, bem como a ruptura dos processos que normalmente ocorrem nas organizações, de forma abrupta e vertical. A essas transformações os estudiosos denominam de Terceira Revolução Industrial, ou Revolução da Tecnologia da Informação, constituindo-se em um evento histórico interpretado como de mesma importância que a Revolução Industrial do Século XVIII. A revolução tecnológica em curso, centrada nas tecnologias da informação, de base microeletrônica, vem remodelando a base material da sociedade e condicionando alterações importantes nas relações entre a economia, o Estado e a sociedade. O sistema social permanece capitalista, mas, diversamente de seus predecessores históricos, esse tipo de capi-

talismo é global e está estruturado, em grande medida, em uma rede de fluxos financeiros (Castells, 1999, p. 499).

O economista americano Jeremy Rifkin (1995,p.310) afirma que estamos em uma nova fase da história, caracterizada pelo declínio sistemático e inevitável dos empregos (fim dos empregos) e que o número de pessoas subempregadas ou sem trabalho está aumentando à medida que milhões de ingressantes na força de trabalho se veem vítimas de uma extraordinária revolução da alta tecnologia. Alerta que o fim dos empregos pode constituir o colapso da civilização como a conhecemos, ou assinalar os primórdios de uma grande transformação social e um renascimento do espírito humano.

Computadores sofisticados, telecomunicações, robótica e outras tecnologias de ponta estão tendem a substituir seres humanos em cada setor e indústria: da manufatura, varejo, serviços financeiros ao transporte, agricultura e governo. Rifkin considera a tecnologia a grande vilã do emprego. Algumas funções estão deixando de existir, embora estejam sendo criadas algumas novas funções, elas são, na maioria, empregos de baixa remuneração e, em geral, temporários. Segundo ele, o mundo está se polarizando em duas forças irreconciliáveis: de um lado, a elite da informação, que controla e administra a economia global de alta tecnologia; e de outro, o número crescente de trabalhadores deslocados, com poucas perspectivas e pequena esperança de encontrar bons empregos em um mundo cada vez mais automatizado.

O autor menciona em sua obra O Fim dos Empregos que a primeira revolução Industrial se deu no advento da máquina a vapor, cuja habilidade física excedia grandemente o poder tanto dos animais quanto dos homens, a segunda Revolução Industrial ocorreu entre 1860, quando, a partir da descoberta do petróleo e sua competição com o carvão e ainda, a eletricidade e as invenções pós-guerra foram substituindo o homem pela máquina; a terceira revolução industrial surgiu imediatamente após a II Guerra Mundial, embora só tenha surtido resultados agora, robôs, computadores e softwares avançados estão invadindo a última esfera humana.

O processo de degradação do trabalho no sistema capitalista de produção não afetaria apenas os operários das fábricas. Segundo Braverman (1977, p. 300), a mecanização e a racionalização dos escritórios rotinizou os processos mentais exigidos dos funcionários, ou fez com que se tornassem uma parcela menor do que a das operações manuais no conjunto do trabalho; por outro lado, os salários pagos a estas categorias de empregados desceram ao nível daqueles pagos aos trabalhadores manuais menos qualificados. Desta forma, e por suas condições de trabalho, o segmento dos funcionários de escritório tornou-se um “vasto

proletariado sob nova forma”. O mesmo processo de degradação do trabalho e de proletarização estaria começando a afetar as “camadas médias” do emprego: engenheiros, técnicos, quadro científico, os níveis inferiores da supervisão e da gerência, empregados especializados e liberais.

Segundo Ricardo Antunes (1999), os fatos que mais afetaram o mundo do trabalho são:

(1) diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo e da fase de expansão daquilo que se chamou de regulação social-democrática;

2) aumento acentuado das inúmeras formas de subproletarização do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, e que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do Terceiro Mundo, como nos países centrais;

3) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, em escala mundial, aumento este que tem suprido principalmente o espaço do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, *part-time* etc.;

4) enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no "setor de serviços", que inicialmente aumentaram em ampla escala mas que vem presenciando também níveis de desemprego tecnológico;

5) exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores velhos (em torno de 45 anos) do mercado de trabalho dos países centrais;

6) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho dos imigrantes, e expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia e América Latina, entre outros;

7) há, em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha;

8) há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado, em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam dos processos de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada.

As mutações estruturais do sistema capitalista atingem principalmente a questão do mercado de trabalho e o emprego, transformando-a em um dos problemas de maior gravidade

para as sociedades contemporâneas. Segundo Antunes (2000, p.39), o desemprego deixou de ser um tema específico de um determinado país e passou a ter um alcance global, principalmente a partir da emergência das graves crises econômicas que afetaram as principais economias capitalistas nas últimas décadas. Neste contexto, Thomaz Jr (2001, p.02) destaca que:

> (...) a chaga representada pela precarização das relações de trabalho confirma o cenário da crise que marca os anos 1990, especialmente a segunda metade da década, logo que dos 418.000 postos de trabalho criados no ano de 1999, 94% materializaram-se sem carteira assinada, sendo que o Brasil desponta na 3ª colocação no ranking mundial do desemprego, com aproximadamente 8,2 milhões, apenas mais presentes no mundo do trabalho e, consequentemente, na sociedade brasileira.

As questões relativas ao desemprego, dificuldade de reinserção no mercado de trabalho e a precarização das relações de trabalho são fatores importantes que imputam ao Estado a necessidade de promover o bem-estar econômico e social, atingindo a renda das famílias e sua distribuição através da provisão de transferências de renda e da oferta de bens e serviços básicos. Nesse contexto, as políticas públicas se constituem como meio de legitimação dos direitos fundamentais dos cidadãos, decorrentes da atuação do poder público, que por um conjunto de ações, possa garantir direitos e reduzir a ocorrência de risco social.

2.2 A Exclusão Social na América Latina

A exclusão social refere-se às formas pelas quais as pessoas são isoladas, sem terem um envolvimento integral no campo econômico, no campo cultural, no campo social e no campo político. Este conceito veio substituir o conceito acadêmico de classe baixa, no entanto, foi amplamente difundido pelos políticos. Constata-se que o conceito de exclusão social tende a enfatizar os processos – mecanismos de exclusão sejam da educação, da habitação, do emprego ou dos serviços públicos essenciais. Para uma vida plena não basta às pessoas satisfazerem o mínimo vital, mas é necessário ter um envolvimento integral na comunidade e na sociedade, compartilhando com as escolas, utilizando-se dos serviços públicos de saúde, de transporte, enfim, plenificar a cidadania. Esta é a substância da inclusão social.

A extrema desigualdade social na América Latina é fator preponderante de inserção de políticas públicas compensatórias para corrigir as distorções históricas acumuladas, uma

vez que as barreiras sociais, historicamente construídas, assumem formas preconceituosas explícitas ou tácitas, que têm reflexos psíquicos nas pessoas estigmatizadas, impedindo-as a exercerem seus plenos direitos individuais e sociais.

Para o continente latino-americano a imposição neoliberal se traduziu no fim de cinco décadas de contínuo desenvolvimento econômico e na implantação de ditaduras militares como forma de quebrar a capacidade de defesa dos interesses dos movimentos populares (SADER, 2009, p. 49-50). Estado mínimo, privatização, abertura das economias, concentração de renda, desindustrialização, desemprego e fim dos direitos formais dos trabalhadores faziam parte do corolário difundido como verdade inescapável ao mundo globalizado e pós-moderno.

O modelo neoliberal foi aceito como instrumento de estabilização financeira, saneamento de dívidas públicas e modernização econômica, conseguindo eleger e reeleger seus adeptos no Brasil (Fernando Henrique), no Peru (Alberto Fujimori), na Argentina (Carlos Menem), entre outros (SADER, 2009, p 50; BORGES, 2009, p. 39).

Segundo Sader, uma das consequências da política do Estado mínimo foi a significativa transferência de capital do setor produtivo para o especulativo, bloqueando as possibilidades de expansão econômica e acentuando a concentração de riquezas e a explosão da miséria.[2]

Como resultado dessa situação tem-se um ciclo inédito de vitórias eleitorais de candidatos antineoliberais na Venezuela, Argentina Brasil, Bolívia, Equador, Uruguai, Chile, El Salvador, Paraguai entre outros.

Conforme Boaventura de Souza Santos,[3]essas transformações resultaram do fortalecimento e da visibilidade de movimentos reivindicatórios que no fim dos anos 90 e início do século XXI lutaram pela terra, água, fim da dívida externa e das discriminações raciais e sexuais, pela identidade cultural e por uma sociedade justa. Pode-se afirmar que tanto países desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento, dentre eles os países da América Latina, vivenciaram uma profunda redefinição do papel do Estado no campo social.

Referindo-se ao período pós neoliberal, Emir Sader, explica que existem duas vertentes do na América Latina: Brasil, Argentina, Uruguai por um lado, e Venezuela, Bolívia e Equador por outro. Na primeira existiriam governos antineoliberais, cujas políticas buscam a

---

[2]SADER, Emir (org.). Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boi Tempo, 2006, p. 125.
[3]SOUZA SANTOS, Boaventura. “O socialismo do séc”. XXI. Carta Maior, 24 de maio de 2007.

superação desse modelo; na segunda existiriam governos também com a pretensão de ser anticapitalistas. Para ambas vertentes, o principal eixo político da América Latina seria o enfrentamento entre o neoliberalismo e o pós-neoliberalismo. Comentando este processo a partir do Brasil, Sader nos informa que:

> Sem uma estratégia pré-definida, Lula buscou avançar pelas linhas de menor resistência. Centrou seu governo em dois eixos fundamentais, que o diferenciou dos governos neoliberais e o aproximou dos novos governos latino-americanos. Eixos que representam os elos mais frágeis do neoliberalismo: a prioridade das políticas sociais ao invés da do ajuste fiscal e a prioridade dos processos de integração regional em lugar dos Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos. São essas as duas características comuns aos governos latino-americanos que podemos caracterizar como pós-neoliberais. É o caso da Venezuela, do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Equador, que em seu conjunto mudaram a fisionomia do continente e se constituem no único núcleo regional atual de resistência ao neoliberalismo. (2011, p.125) .

Atualmente novas estratégias refletem o pensamento atual das políticas sociais, concentrando-se em transferências monetárias focalizadas. Os novos programas, presentes na América Latina apresentam as seguintes características:

i) são dirigidos a lugares específicos;

ii) utilizam o dinheiro como incentivo para modificar o comportamento individual;

iii) condicionam o recibo das transferências ao cumprimento de certas ações por parte dos beneficiários;

iv) canalizam as transferências para as mulheres;

v) possuem um mecanismo rigoroso de avaliação.

Esses programas surgem em um contexto de reorientação da política social, tendo em vista os elementos elencados acima, na América Latina, cuja política social está na focalização, que envolve a redefinição das responsabilidades entre o Estado e a sociedade no encaminhamento da questão social, cuja ideia é a de fortalecer a capacidade dos pobres para alcançar autonomia. Destaque-se que a questão social passou a ser tratada com medidas setorializadas e focalizadas da pobreza, no âmbito da agenda social.[4]

---

[4]Proteção Social Básica.www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica. Acesso em 09 dez. 2012.

2.3 O drama brasileiro

É relativamente nova a democracia no Brasil. Depois de um longo período de alternâncias entre ditaduras e democracias das elites (1889 a 1988), o Brasil passa a construir uma noção de cidadania definida na Carta Constitucional de 1988, com pluralismo, combate às desigualdades e à miséria, educação pública e gratuita no Ensino Fundamental, saúde com acesso universal, eleições periódicas, direitos políticos e sociais, direitos individuais, meio ambiente, direitos coletivos, difusos e redimensionamento do caráter federativo da república brasileira.

Como marco das lutas sociais contra a ditadura militar estabelecida em 1964, depois de um longo processo de lutas, a Constituição "cidadã" marca as contradições de classes, insere essas contradições nos direitos e inaugura um novo momento da luta social pelas igualdades no Brasil.

O peso do passado, porém, define diferenças e contradições a serem enfrentadas no caminho para a democracia republicana. A escravização de negros e índios aliada à centralidade política decisória no eixo Sul/Sudeste haveriam de deixar seus rastros de miséria entre índios e negros, a concentração das terras nas mãos de latifundiários, a centralização de recursos nos centros decisórios e um desenvolvimento econômico e político desigual comparativamente ao Centro-Sul e o Norte-Nordeste do país.

Tais diferenças e contradições definem hoje a necessidade de introdução de políticas públicas e sociais que diminuam as desigualdades não apenas entre as classes e pessoas, mas também entre as regiões do país.

Considerando tais diferenças, no Brasil, de maneira positivista, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu como princípio fundamental do Estado Democrático de Direito brasileiro – promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (art. 3°, IV), evidenciando um novo paradigma jurídico no qual toda pessoa possui direitos iguais, excluindo-se qualquer forma de discriminação. A igualdade de todas as pessoas, como norma fundamental do Estado brasileiro, é reforçada no caput do art. 5° da CF 88, no qual se afirma que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

Esse é, justamente, o papel que a sociedade espera e exige do Estado, criado para garantir os direitos de todas as pessoas, condição *sine qua non* de uma sociedade democrática e de um Estado legítimo (LOPES, 2001, p. 37).

Um Estado que não implementa políticas de redução de desigualdades sociais e nem, tampouco, propõe políticas afirmativas que visem à efetivação de direitos, não pode ser considerado democrático, mas talvez se deva fazer a pergunta se algum Estado pode vir a ser efetivamente democrático nestes termos, visto o Estado ser organizado e mantido segundo uma determinada correlação de forças devidas às lutas sociais.

De fato, a amplitude do conceito de exclusão social, utilizado para designar pessoas e grupos vivenciando as mais diversas situações, desfilados e desqualificados, evidencia que a exclusão vitima a minorias (negros, homossexuais, pessoas com deficiência), favelados, meninos de rua, catadores de lixo etc. (VÉRAS, 1999, p. 14).

Acredita-se que não basta combater a pobreza monetária, necessário é reduzir os riscos socioeconômicos da população em miséria extrema. A redução desses riscos sociais é o objetivo real do crescimento de um Estado.

2.4 Políticas públicas de Enfrentamento da Pobreza no Brasil

No Brasil, na década de 1980, o debate acerca de políticas públicas de enfrentamento à pobreza é bastante acirrado no circuito acadêmico. A pobreza enquanto debate assume maior relevância em meados da década de 1990, em um contexto de estabilização monetária com o Plano Real, porém de restrição econômica para o social, devido aos ajustes neoliberais.

Tais debates, incentivados pelas estratégias mundiais sugeridas para o combate à pobreza, tendem a possibilitar a implantação emergencial de políticas focalizadas com maiores critérios de seletividade, com ênfase nas regiões mais pobres, priorizando territórios e segmentos da população com alto índice de pobreza. É certo que essas ações apresentariam como prioridade os critérios de renda.

Até os anos 1980, a cidadania no Brasil era restrita aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, cidadania regulada (SANTOS, 1979, p.64). Esse quadro começou a ser alterado com a instituição da Seguridade Social, introduzida na Constituição Federal de 1988, em decorrência de lutas sociais pela ampliação e universalização de direitos sociais.

Nos anos 1990, podemos mencionar o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM), criado em 1993, pelo Presidente Itamar Franco (1993-1994) [5], direcionado ao enfrentamento da fome, da pobreza e da indigência. Direcionou-se a 32 milhões de indigentes diagnosticados pelo Mapa da Fome, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Um fator preponderante para o crescimento do debate da redução da pobreza no Brasil foi a redemocratização do país, quando houve a mobilização de setores da sociedade civil em torno da superação da pobreza, como a Ação da Cidadania contra a Fome, que culmina em 1993 com o surgimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

No Governo FHC, em 1995, alavancada pelos primeiros anos de estabilidade do Plano Real, a política social do governo consolidou algumas tendências de transformação que ainda sustentam muitas das iniciativas do presente, no que diz respeito, principalmente, aos avanços de descentralização das ações da União para estados e municípios.

O Consea foi dissolvido como justificativa para novas estratégias de combate à pobreza. Foi criado o Programa Comunidade Solidária que procurava articular, de forma descentralizada e através de parcerias com a sociedade civil, outros programas já existentes em diferentes ministérios para enfrentar a fome e a miséria.

No entanto, estudos indicam que, apesar de favorecer a convergência de alguns programas setoriais para os municípios mais pobres, a integração destas ações no nível municipal e o alcance dos segmentos mais pobres nestes municípios foram frágeis (BURLANDY, 2003; VELLOZO, 2000).

No processo de descentralização, as áreas de educação, saúde e assistência social ganham destaque, tanto em termos de gestão descentralizada e transferência de recursos aos municípios, como também quanto à vinculação das políticas sociais a conselhos que, em geral, desdobram-se nas três esferas de governo e contam com integrantes governamentais e não governamentais.

Em 1995, criou-se o órgão federal de assistência social, foi lançado o Programa Comunidade Solidária compreendido não como uma nova estrutura organizacional, mas como estratégia de governo, baseada no princípio da parceria entre governo e sociedade e na articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, voltados para combater a pobreza e a ex-

[5]SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça ; A Politica Social na Ordem Brasileira, Rio de JANEIRO. Editora Campos, 1979, p.74.

clusão social e para a promoção do desenvolvimento em municípios pobres por meio de programas de educação, saúde, alimentação, saneamento, habitação e geração de renda. Eram seus objetivos: reduzir a mortalidade infantil; melhorar as condições de alimentação dos escolares e das famílias carentes; melhorar as condições de moradia e saneamento básico; gerar emprego e renda; melhorar as condições de vida no meio rural; apoiar o desenvolvimento do ensino básico; defender os direitos e promover socialmente crianças e adolescentes (IPEA, 2003).

Em julho de 1999, criou-se o Programa Comunidade Ativa, cuja proposta era construir uma agenda local integrada por programas indicados pela comunidade com o objetivo de implementar os programas agendados, com parceria dos governos federal, estadual e municipal e da comunidade. Havia a pretensão dos idealizadores dessa proposta de que, com a indução do desenvolvimento local, integrado e sustentável de municípios pobres, seria possível superar o assistencialismo na política de enfrentamento à pobreza.

Em junho de 2001, foi criado o Fundo de Combate à Pobreza, que passou a financiar programas de transferência de renda associados à educação e a ações de saneamento, consideradas áreas de maior impacto sobre a pobreza. Os programas de transferência de renda passam a constituir o eixo central da proteção social no país, com ampliação de programas federais, como os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

No mesmo ano foi criado o Programa de Combate à Miséria, conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-14), que, posteriormente, passou a ser chamado de Projeto Alvorada. Esse foi um programa direcionado, prioritariamente, aos bolsões de miséria das Regiões Norte e Nordeste, as regiões mais pobres do país, estendido para outros estados com municípios de IDH inferior a 0,500.

A partir de 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso voltado para a inserção do Brasil em um mundo globalizado, cuja economia estável era o seu maior objetivo, com base nas premissas do projeto neoliberal, passou a mobilizar o Estado em prol da organização de uma "Rede de Proteção Social" formada por 12 programas, todos situados no campo da transferência de renda para famílias ou indivíduos (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2008) [6].

No segundo mandato do governo FHC, criou-se o programa denominado “renda mínima” ou de transferência direta de recursos, reforçado posteriormente pela criação do Fundo

[6]SILVA, M. O.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI . A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

de Combate e Erradicação da Pobreza, e era destinado a programas que tinham como foco as famílias com renda *per capita* inferior à linha de pobreza ou as famílias residentes em municípios em situação extrema de miséria.

Nesse período, as dimensões de focalização e localismo dos programas sociais foram mais acentuadas, pois por meio da seletividade das ações foi trilhado um caminho para a universalização do atendimento, ao tempo em que se procurou beneficiar a todos e mais a quem tem menos (IPEA, 2000). Mencione-se, ainda, a ideia de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais em Estados da Federação com índice de desenvolvimento humano (IDH) abaixo de 0,5 e em municípios que compõem o semiárido nordestino, assim como da iniciativa de se criar um Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal e de um Cadastro Único das Famílias em Situação de Pobreza.

Em 2003, conforme já mencionado anteriormente, os programas de transferência de renda foram expandidos pelo governo do Presidente Lula, com a unificação dos programas de transferência de renda, e ainda com o aumento de recursos orçamentários significativos para implementação de tais políticas. Foi sancionado o projeto de Lei. 266/2001 do senador Eduardo Suplicy, instituindo a renda básica de cidadania e ainda foi criado, em janeiro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, substituindo o Ministério de Assistência Social e o Ministério de Segurança Alimentar e Combate a Fome.

Num salto significativo, no ano de 2013 o programa Bolsa Família sofreu um reajuste de valores a serem pagos aos beneficiários, contemplando aqueles que tinham renda menor do que R$ 70,00 *per capita* (por pessoa), que passaram a receber um complemento no benefício para que possam sair da extrema pobreza.

O PBF possui três eixos principais: a transferência de renda que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Para os governos, são consideradas extremamente pobres, miseráveis ou na pobreza absoluta as famílias cuja renda mensal por pessoa é inferior a R$ 70,00 (setenta reais). Uma família que tenha, por exemplo, renda *per capita* de R$ 40,00 por mês, passou a receber um

benefício extra para superar os R$ 70,00 (setenta reais). Todos os 22 milhões de beneficiários cadastrados no Bolsa Família ficaram acima da linha de extrema pobreza.

A estimativa do Governo Federal é de que ainda existam cerca de 2,52 milhões de brasileiros não identificados ou cadastrados nos programas sociais vivendo em situação de miséria, ou seja, aqueles que não estão inclusos no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadúnico).

Os indicadores sociais se caracterizam, atualmente, como instrumentos capazes de instruir a definição das prioridades nas políticas públicas, tanto para os governos na alocação dos recursos públicos para atender a população, como aos movimentos sociais para definirem suas estratégias de luta. Os indicadores sociais ganharam um papel mais relevante nas arenas de discussão político-social da sociedade brasileira nas últimas décadas.

O trabalho sistemático de captação e organização das estatísticas socioeconômicas tem se mostrado essencial, mas não absoluto, para o avanço na qualidade dos diagnósticos de problemas e na proposição de alternativas para reduzi-los. De fato, tais diagnósticos não podem ser considerados isoladamente. Ou seja, imperioso que se compreenda que implementar políticas públicas envolve mais do que dados estatísticos, pois é necessário o entendimento de que as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos "governos por leis" (*government by law*) pelos "governos por políticas" (*government by policies*).

Para esclarecer o significado de política pública, utiliza-se a conceituação de Carmem Mehedff (2002) [7] que, de maneira bem didática, dispõe:

> Política Pública é entendida como um processo de decisão, onde se estabelecem os princípios, as prioridades, as diretrizes que organizam programas e serviços nas diversas áreas que afetam a qualidade de vida do cidadão.
> A noção de política pública corresponde a formas de intervenção econômica-social – expressa em serviços, ações e programas – com vistas a um projeto de nação. É diferente de uma política de governo, que cuida da administração e gestão do Estado, pois, na política pública, participam do processo de decisão o governo e a sociedade civil organizada.
> Diretamente relacionada à situação econômica e social do país, a política pública está em permanente processo de mudança e aperfeiçoamento – em construção.

[7] MEHEDFF, Carmem Guimarães. Trabalho, Renda e Participação Social: questões básicas para a atuação de conselheiros e técnicos municipais. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 13.

Desse modo, podemos afirmar que a política pública deve ser um produto que tenha por finalidade melhorar as condições da vida do cidadão sob os mais diversos aspectos.

Políticas públicas se caracterizam por decisões de governo que alteram e influenciam na vida de cidadãos. Trata-se de uma mediação entre poder público e sociedade no dever do Estado em ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Saliente-se que a "não ação" do Estado também é uma forma de manifestação política.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a centralização e descentralização de ações, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. São, portanto, um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses, em uma relação social que envolve vários grupos, pessoas e instituições com interesses diferenciados e até mesmo contraditórios, sendo necessárias mediações para se legitimar as políticas públicas e alcançar eficácia que dependerá da correlação de força em que ela se gesta.

Importante que sejam diferenciadas políticas governamentais de políticas públicas, pois enquanto aquelas embora sendo públicas possuam caráter estatal e digam respeito a adoções de ações que visem à governabilidade do Estado; estas por serem consideradas públicas, devem se ater a quem se destinam os resultados ou benefícios, e o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

CAPÍTULO III

3.1 O combate as Desigualdades no Brasil

O surgimento dos programas de transferência de renda no Brasil como alternativa de superação das desigualdades sociais tem como perspectiva enfrentar as formas de exclusão social a partir do contexto histórico e político nacional, com programas, tais como Renda Mínima e Bolsa Escola, elaborados a partir da perspectiva de uma sociedade que se sabe desigual e é marcada por profundas diferenças sociais e regionais.

Os sistemas de proteção social de um Estado são definidos pelas políticas públicas voltadas ao atendimento dos indivíduos contra riscos inerentes à vida humana, como: desemprego, pobreza, doença, exclusão e outros. Tratar desse tema no Brasil tem sido elemento recorrente nas discussões sobre políticas sociais.

Na evolução das políticas sociais no Brasil, é possível verificar dois momentos[8]:

a) o da estruturação institucional, com início na década de 1930 através de lutas sociais para definir a correlação de forças e que resultaria na constituição Federal de 1988;

b) a contrarreforma, a partir dos anos 1990.

É possível demarcar o surgimento da proteção social no Brasil a partir da Revolução de 1930, quando houve a ascensão da burguesia industrial e a emergência das classes trabalhadoras urbanas. O certo é que teve início uma nova agenda política, que culminou com a Consolidação das Leis do Trabalho, o que, de certa forma, resultou da coalizão entre as classes da burguesia, média e parcelas da classe trabalhadora, contrabalançada com uma brutal repressão aos sindicatos dirigidos pelos anarquistas. A luta de classes no Brasil se diferencia dos países de capitalismo avançado, uma vez que o processo de industrialização no Brasil foi tardio em comparação ao ocorrido no centro do capitalismo mundial. Destaque-se que o conflito de classes no Brasil e a sua solução ao longo da nossa história, foram caracterizados pela repressão desde o Brasil Império até a formação do Estado moderno.

A chamada República Velha, que vai da proclamação em 1889 ao golpe de 1930, foi o período em que a esfera política esteve dominada exclusivamente pelas oligarquias rurais estaduais, com ocasionais insurreições de alguns grupos ligados às forças armadas e várias sublevações populares sufocadas pela força opressora.

---

[8]Ver por exemplo o debate entre Reddy (2008) e Ravalion (2008), ambos do Banco Mundial.

Foi no pós-guerra que as classes médias urbanas começaram a tomar maior consciência política e a tentar definir seu papel nos debates acerca do Brasil, em termos de propostas para o novo século e para a nova sociedade, ganharam força e deram origem a grupos políticos de esquerda e de direita.

No governo Vargas, houve a redefinição do papel do Estado, especialmente no que se refere às políticas de proteção, o que se constata pela inserção na Constituição de 1934, do dever do Estado de prover condições à preservação física e moral da infância e da juventude e de garantir o auxílio do Estado aos pais miseráveis que não conseguissem garantir a subsistência de seus filhos.

Na Constituição de 1934, no seu título sobre a ordem econômica e social, sob uma clara influência da Constituição de Weimar, da Alemanha, observa-se a primeira referência aos direitos sociais. Reiterou-se o princípio da igualdade e dedicou-se um título à ordem econômica e social organizada de modo a possibilitar a todos uma existência digna. A Constituição de Weimar, que constitui um dos marcos da evolução dos direitos coletivos do trabalho, apresentava na sua Seção V, grande ênfase nos direitos socioeconômicos, prevendo a proteção especial em relação ao trabalho, a liberdade de associação para defesa e melhoria das condições de trabalho e de vida (art. 159), a obrigatoriedade de existência de tempo livre para os empregados e operários poderem exercer seus direitos cívicos e funções públicas gratuitas (art. 160), sistema de seguridade social, para conservação da saúde e da capacidade de trabalho, proteção da maternidade e prevenção dos riscos da idade, da invalidez e das vicissitudes da vida (art. 161).

Nas Constituições posteriores, a referência permanecerá sob o título da ordem econômica e social, até o advento da Constituição de 1988, pela qual os direitos sociais foram erigidos à categoria de direitos fundamentais com previsão expressa no seu art. 6° e seguintes.

Durante o século XX, o projeto modernista buscou a incorporação crescente da população à plena cidadania, sendo certo que todo e qualquer contrato social marcado por tal intenção deve se basear na noção de uma cidadania não apenas formal, mas substancial.

A Constituição Federal de 1988 trouxe consideráveis avanços sociais a favor dos mais desfavorecidos, fazendo emergir do seu texto conceitos como o do denominado “mínimo existencial”, sob o entendimento de que não se focaliza o mínimo existencial apenas para preservar a própria vida humana, mas se vislumbrando um mínimo desejável para uma sobrevivência digna, conferindo assim a máxima efetividade ao mínimo existencial. Pode-se afirmar

que a Constituição de 1988 foi o marco da participação efetiva do Estado no combate à pobreza e na preservação dos direitos humanos, buscando assegurar o mínimo existencial.

Conforme relata Torres (2009, p.35):

> O mínimo existencial não tem dicção constitucional própria. Deve-se procurá-lo na ideia de liberdade, nos princípios constitucionais da igualdade, do devido processo legal, da livre iniciativa e da dignidade do homem, na Declaração dos Direitos dos Humanos e nas imunidades e privilégios do cidadão. [9]

Nota-se que o mínimo existencial não foi estabelecido apenas para preservar a própria vida humana, mas sim para possibilitar o mínimo desejável para uma sobrevivência digna. Cabe aqui registrar que o PBF, é um exemplo de materialização do mínimo existencial, vez que se constitui em um conjunto de ações que objetivam a promoção de segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros, com ataque às causas estruturais da pobreza.

O mínimo existencial é direito fundamental, vinculado à Constituição, sendo irrelevante a existência de lei para sua obtenção. Tal princípio está ligado à ideia de liberdade, enquanto que os direitos econômicos e sociais estão vinculados à justiça (Torres 1999, p. 144).

Segundo Torres (1999 p.139) [10] a proteção do mínimo existencial se dá com o Estado de Polícia. Alivia-se a tributação dos pobres e transfere-se para o Estado a proteção dos mesmos. Há a crítica da proporcionalidade, e se inicia com o cameralismo a defesa da progressividade tributária, com limite no mínimo existencial, com a retirada da incidência tributária sobre as pessoas que não possuem riqueza mínima para o seu sustento.

O elemento utilizado para balizar o mínimo existencial é o seu destino, ou seja, a questão do mínimo existencial está intimamente ligada com a ideia de miséria e pobreza, possuindo grande importância na história da fiscalidade moderna e na efetivação dos direitos fundamentais.

Numa definição sobre indigência ou miséria, importante mencionar o entendimento de Gershman & Irwin, (2000, p. 15) [11], que assim diz: é o afastamento de um mínimo neces-

---

[9]TORRES, Ricardo Lobo. A cidadania multidimensional na era dos direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.) Teoria dos direitos fundamentais. Rio de Janeiro, 2009, p 35.

[10] TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. III. Os Direitos Humanos e a Tributação – Imunidades e isonomia. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 1999. P.P 138/139/345/346.

[11]GERSHMAN, J. & IRWIN, A. Getting a Grip on the Global Economy. In: KIM, J.Y.; MILLEN, J.V.; IRWIN, A.; GERSHMAN, J. *Dying for Growth: Global Inequality and the Health of the Poor*. Cambridge, MA: The Institute for Health and Social Justice, 2000.

sário à manutenção da sobrevivência física de um indivíduo posto que não consegue "adquirir a cesta básica de alimentos que lhe proporcione nutrição suficiente para uma vida ativa e produtiva".

Nesse contexto, o PBF é uma das principais estratégias de ação governamental de combate à pobreza e à fome no País, mediante uma transferência mensal, em espécie, articuladas a políticas no âmbito da saúde, educação e assistência social, cujo objetivo principal a erradicação da pobreza.

Silva (2010),[12]em uma análise mais profunda dos programas ditos de enfrentamento à pobreza adotados no Brasil, situa esses programas no âmbito do que Castel (1999, p. 25) denomina de "políticas de inserção", que limitam sua atuação sobre os efeitos do desfuncionamento social, sem considerar as determinações estruturais, geradoras de pobreza. Têm sido pouco implementadas as "políticas de integração", ou seja, aquelas capazes de produzir grandes equilíbrios de caráter preventivo e não só reparador. Menciona a autora que:

> No Brasil, temos tido a proliferação de políticas de inclusão precárias e marginais, orientadas pela focalização na população pobre ou extremamente pobre, incapazes de alcançar as determinações mais gerais e estruturais da situação de pobreza no país. São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres "integrados", mantidos na situação de mera reprodução.

A erradicação da pobreza e a redução da desigualdade não podem existir sem perspectiva de longo prazo, e não se viabilizam sem mecanismos diretos, em grande escala, de redistribuição de renda. Nesse contexto, os programas de transferência de renda passam, então, a ganhar centralidade como política que articula dimensões econômicas e sociais e, ao mesmo tempo, incorporam tanto a visão de longo prazo, com impacto para gerações futuras, como as iniciativas que repercutem de forma mais imediata nos indicadores de pobreza e desigualdade.

Silva (2008) [13] aponta cinco momentos do processo de instituição do debate e a implantação de Programas de Transferência de Renda no Brasil, conforme segue abaixo:

---

[12] SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010

[13] SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di Giovanni. A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

i) Primeiro momento - podemos afirmar que se deu a partir da instituição do debate daquilo que se denominou Programa de Renda Mínima, iniciado em 1991, inaugurado pela apresentação de projeto de lei, de autoria do senador Eduardo Suplicy, onde propunha a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima;

ii) Segundo momento – iniciado também em 1991, e se refere à proposição de CAMARGO (1191;1993;1995) sobre a necessidade de articulação de garantia de uma renda familiar com a educação;

iii) Terceiro momento – teve inicio em 1995 com a implantação das primeiras experiências de Programas de Renda Mínima/Bolsa Escola, inaugurado em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto. Sendo que no Governo Federal se iniciou em 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);

iv) Quarto momento - estabelecido quando se deu o desenvolvimento dos Programas de Renda no Brasil, em 2001, penúltimo ano do Governo Fernando Henrique Cardoso no seu segundo mandato (1999-2002), período em que ampliaram-se os programas do Governo Federal com a criação do Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, sendo apontados pelo governo como "grande rede nacional de proteção social" . Adicione-se a esse quarto momento ainda o debate acerca de uma renda de cidadania, cujo marco foi o lançamento do livro de Suplicy – Renda de Cidadania, 2002.

v) Quinto momento – 2003, os programas de transferência de renda ganharam mais força e foram impulsionados pelo governo do Presidente Lula, com a unificação dos programas de transferência de renda, com o aumento de recursos orçamentários destinados a tais programas. Sancionou-se o projeto de Lei. 266/2001 do senador Eduardo Suplicy, instituindo a renda básica de cidadania e ainda foi criado, em janeiro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, substituindo o Ministério de Assistência Social e o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

3.2 Políticas de Proteção Social

O surgimento de políticas de proteção social data de 1880 e foram implantadas na

Alemanha pelo chanceler Otto Von Bismarck . Naquele período a Alemanha era menos desenvolvida economicamente que a Inglaterra. Assim nasceu o conceito de politica social Bismarckiana, cujo modelo predominou durante boa parte do século XX, e que seguia a lógica do mérito individual, caracterizado por contribuição individual como critério para o aferimento de benefícios, sendo válido também para a aposentadoria.

O princípio básico não era de criação de novos direitos sociais que alterassem a ordem capitalista vigente, mas sim de preservá-la: a lógica era proteger o capitalismo contra ele próprio através da intervenção do Estado. Pereira (2009, p. 60), assim define o seguro social na era bismarckiana:.

> De fato, a legislação do seguro social inaugurada por Bismarck, nos anos 1880, indicava, implicitamente, o reconhecimento das autoridades públicas de que a pobreza no capitalismo era produto do próprio desenvolvimento predatório desse sistema que, para ser preservado, exigia do Estado a proteção do trabalhador contra a perda de renda advinda de doenças, acidentes, envelhecimento, mortes prematuras dentre outras contingências sociais .

Em outro contexto econômico e político, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, é formulado na Inglaterra o Plano Beveridge, que apresenta críticas ao modelo bismarckiano vigente até então, e propõe a instituição do welfare state. No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade.

Em 1973, com a primeira da crise do petróleo, uma grave turbulência econômica mundial findou os anos prósperos advindos após a Segunda Guerra Mundial. A última metade do século XX foi um período de profundas transformações políticas e econômicas, trazendo alterações significativas nas condições humanas tanto em países industrializados quanto países em desenvolvimento.

Dentre as modificações mais significativas dessa fase pode-se mencionar o papel do Estado que passou de um ente provedor do progresso social a promotor do processo de desenvolvimento da nação e de promoção da igualdade de oportunidades e desenvolvimento econômico e social que surgem com os programas de transferência de renda.

Atualmente os Programas de transferência de renda condicionais estão sendo amplamente utilizados no mundo com o objetivo de aliviar a pobreza a curto e médio prazo. A partir das transferências em espécie ou em bens, de maneira que atenda as necessidades materiais imediatas das famílias beneficiárias.

Nas décadas de 1990 e 2000, deu-se a expansão global da transferência de renda, decorrente da experiência de sucesso do Brasil e do México e em 1997 havia apenas três programas de transferência de renda de abrangência nacional, atualmente eles existem em grande parte dos países em desenvolvimento – no Sul Asiático, na África Subsaariana e, principalmente, na América Latina e no Caribe.

Existem dois tipos gerais de programa de transferência de renda.

A transferência de renda não condicional, por sua vez, dispensa a existência de uma contrapartida. Seus defensores argumentam que as corresponsabilidades não seriam necessárias, pois o mecanismo de transferência de renda levaria, por si só, à melhoria dos níveis de capital humano.

A transferência de renda condicional, modalidade mais amplamente adotada, transfere renda sob a condição do cumprimento, por parte dos beneficiários, de contrapartidas, também chamadas de corresponsabilidades e condicionalidades. De modo geral, elas ocorrem na forma de investimentos em capital humano, ou seja, o cumprimento perceptível de metas em educação, saúde e nutrição.

Numa conceituação de programas de transferência condicionada de renda, adota-se a que segue :

> [...] aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou a famílias, mas que também associam a essa transferência monetária, componente compensatório, outras medidas situadas principalmente no campo das políticas de educação, saúde e trabalho, representando, portanto, elementos estruturantes, fundamentais, para permitir o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza. (YASBEK, 2007, p.19).

Durante as últimas duas décadas, a transformação dos modelos de proteção social é perceptível. Destaque-se que o ritmo em que tais transformações se deram foi diferenciado. Na Inglaterra, o governo da primeira ministra Margareth Thatcher (do partido conservador), no período de 1979 e 1990, representa o principal marco histórico do desmonte gradual do Estado de Bem Estar inglês, a partir da privatização de algumas empresas públicas. Anos depois, outros países adotaram a mesma política, como foi o caso dos Estados Unidos com Ronald Reagan em 1980. Segundo Fink e Tálos (2003), os governos dominados por partidos conservadores de centro-direita (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha) implementaram considerável retração dos Estados de Bem Estar Social mais cedo, a partir da década de 1980, num contexto ainda inicial de crise e de pressão estrutural mais moderada. Enquanto os governos de partidos social democratas (Suécia, Dinamarca, França) tomaram medidas mais

tarde, a partir dos anos de 1990, num quadro de grande pressão política e econômica.

No Brasil, o sistema de proteção social não contributivo surgiu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que avançou com a criação de políticas públicas na área da Assistência Social. A Constituição cidadã inaugurou um conjunto de mudanças para a sociedade por meio do processo de universalização do sistema de proteção social brasileiro, baseado nos princípios de Seguridade Social. Afirma o texto constitucional que a Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social.

Na esteira deste processo, em 2003, criou-se o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou quatro dos programas de transferência de renda anteriormente existentes (Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-gás e Cartão Alimentação). O Bolsa Família é um programa do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), focalizado nas famílias pobres e extremamente pobre.

O Bolsa Família é "um programa que se fundamenta na focalização em famílias consideradas pobres ou extremamente pobres" (SILVA e LIMA, 2008, p. 50), de fato, observa-se um longo caminho a percorrer na superação dessa condição de pobreza, fazendo-se necessárias outras políticas públicas que reforcem essa iniciativa, pois "tem se uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada" (SILVA E LIMA, 2008,p.52).

3.3 O Bolsa Família e suas condicionalidades

Criado através de Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, transformado em Lei nº 10.836 em 9 de janeiro de 2004 e regulamentado por Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família é o principal Programa de Transferência de Renda do Governo Federal.

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. As condicionalidades são a contrapartida das famílias ao recebimento do programa visando sua autonomia e reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e geração de trabalho e renda. Uma das condicionalidades do programa BF é que crianças entre 7 e 14 anos de idade frequentem

regularmente a escola, desta forma, espera-se que os beneficiários apresentem ganhos também nos indicadores de educação. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (MDS, 2011).

O desenho operacional do PBF está ancorado na concepção de gestão descentralizada e intersetorial, bem como nos princípios de controle social das políticas públicas. O programa dirige seu foco de intervenção sobre as famílias, e as mulheres são preferencialmente as titulares do programa. Mas, a característica central do programa é a cobrança de contrapartidas dos beneficiários.

As contrapartidas constituem uma espécie de co-responsabilização das famílias quanto à inserção de seus membros nos serviços sociais, notadamente saúde e educação. No setor saúde, integra a agenda de compromissos da família um conjunto de ações de atenção primária, tais como: puericultura, vacinação, assistência ao pré e pós-natal e vigilância nutricional. Em caso de recorrente 'inadimplência' com relação a tais exigências, as famílias devem ser desligadas do programa.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

O debate sobre as contrapartidas dos programas de transferência monetária demonstra diferentes posições, há que se destacar o entendimento de Silva (2007, p. 1436) que utiliza um argumento comum entre os autores que discordam das condicionalidades : "[as] condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado [...] e não às famílias", já que os municípios são responsáveis pela disponibilização dos serviços de saúde e educação para a população.

Corrobora-se, na realização deste trabalho, com o entendimento de Fiszbeisn e Shady e De Brito, que estabelecem que as condicionalidades do PBF seriam um meio de estimular o exercício da cidadania, através de uma política social que tem como regra a utilização dos serviços sociais básicos por parte de uma população que, do contrário, não os acessaria. As condicionalidades apenas se justificam quando partimos do pressuposto de que os investimentos em capital humano feitos pelos pobres não são suficientes, que os mesmos não

priorizam a escolarização e a saúde dos filhos; havendo, portanto, a necessidade de incentivar uma mudança comportamental através de ajuda do incentivo financeiro (Fiszbein e Shady, 2009, p. 66; De Britto, 2008, p. 189).

Ao exigir uma contrapartida dos beneficiários, pode-se possibilitar o rompimento com a noção de direito incondicional, à medida que os compromissos tornam os beneficiários co–responsáveis pela superação de suas dificuldades, e, de outro lado, podem adotar a estratégia de exigir contrapartidas com a perspectiva de atacar, de uma só vez, várias dimensões da pobreza. Desse modo seria possível suprir uma deficiência de longa data, atendendo a um conjunto de carências jamais consideradas no rol de políticas e programas sociais brasileiros.

O Programa Bolsa Família, na área da Saúde, define as seguintes condicionalidades para as famílias beneficiárias:

I. Para as gestantes e nutrizes, no que couber:

a) inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde mais próxima de sua residência portando o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde; e

b) participar de atividades educativas, ofertadas pelas equipes de saúde, sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

II. Para os responsáveis por crianças menores de sete anos:

a) levar a criança à unidade de saúde ou ao local de campanha de vacinação, mantendo em dia o calendário de imunização, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde; e

b) levar a criança às unidades de saúde para a realização do acompanhamento de seu estado nutricional e desenvolvimento, e outras ações, conforme o calendário mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde.

II. Informar ao órgão municipal responsável pelo Cadastramento Único sobre qualquer alteração em seu cadastro original, objetivando atualização do cadastro de sua família.

O acompanhamento das condicionalidades é feito pelas equipes de Saúde da Família ou, se for o caso, das unidades básicas de saúde às quais as famílias estão vinculadas. O registro do acompanhamento é feito semestralmente, por meio de um módulo do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), especialmente desenvolvido para esse fim.

3.4 Condicionalidades de Educação

Em relação à área da Educação, foram definidas as seguintes responsabilidades das famílias:

I. Efetivar, observada a legislação escolar vigente, a matrícula escolar em estabelecimento regular de ensino.

II. Garantir a frequência escolar de, no mínimo, 85% da carga horária mensal do ano letivo.

III. Informar imediatamente à escola quando da impossibilidade de comparecimento do aluno às aulas, apresentando, se existente, a devida justificativa da falta.

O cumprimento das condicionalidades tem, como principal objetivo, contribuir para a ruptura do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações. Seu descumprimento é considerado um indicador de vulnerabilidade da família, a qual, mais do que ser punida por sua falta, deveria receber uma atenção especial do poder público para que sua inadimplência fosse resolvida.

O PBF se caracteriza pela gestão descentralizada, vez que o controle da frequência ocorrer em âmbito municipal. Existe um operador máster que é designado pelo secretário de

Educação. Também o sistema de monitoramento conta com os operadores estaduais e municipais da frequência escolar que apontam o quantitativo de operadores auxiliares que é necessário. A transferência dos dados da escola para o sistema é feita de forma bimestral.

Dois períodos definem a disponibilização dos dados: período de ocorrência das aulas e períodos de coleta. Nesses períodos, que são cinco por ano, é feito o monitoramento das escolas e estas disponibilizam os dados da frequência escolar.

O PBF propõe ênfase na aprendizagem, vez que estabelece esse fator como uma das condicionalidades, dessa forma revelando o entendimento de que a educação deve existir como forma de intervenção na sociedade. A autonomía do cidadão, tanto física, intelectual e moral visando a sua melhor integração individual e social pode ser favorecido por meio de oportunidades que possibilitem o acesso à sua inserção educacional.

A educação foi sempre tida como um dos fatores que geram mudanças estruturais na sociedade, bem como treinamento pessoal e a qualidade de vida (investimento em capital social e humano através de acesso a serviços públicos de qualidade). "[...] a deficiência na formação educacional impede, por sua vez, um incremento na renda das novas gerações. Desta forma, cria-se um ciclo vicioso, no qual a pobreza de ontem determina a pobreza de

hoje".(AMARAL, 1998, p.6).

A questão a que se prende não só os educadores, mas uma gama de estudiosos sobre o tema é compreender se a educação escolarizada apresenta impacto na plena inserção do individuo, na vida em sociedade e suas consequências a nível pessoal e coletivo.

Muitas pesquisas têm sido realizadas visando à avaliação dessa política pública e sua influencia na avaliação escolar, destaquem-se as pesquisas de cunho acadêmico, e ainda as pesquisas realizadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome, tem focado nesses estudos com o intuito de avaliar a sua ação nos programas sociais.

Os relatórios de avaliação da execução dos programas federais demonstram resultados satisfatórios tanto nos aspectos socioeconômicos, da saúde e educacional. Em se tratando da educação, em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação realizaram pesquisa onde se demonstrou, no primeiro retrato do impacto do programa nos resultados da educação, que o Bolsa Família tem um impacto positivo na trajetória educacional dos beneficiários do programa.

Segundo a pesquisa mencionada acima, no ensino médio, a aprovação dos beneficiários do Bolsa Família é maior do que a média nacional (81,1% contra 72,6%). No ensino fundamental, os números são similares (80,5% de beneficiários aprovados contra 82.3% da medida nacional). Os indicadores de abandono no ensino fundamental também revelam um impacto positivo: 3,6% dos beneficiários deixam a escola, contra 4,8% da média nacional. Já no ensino médio, o índice de abandono é de 7,2% entre os beneficiários, enquanto a média nacional é de 14,3%.

Esses números se referem a domicílios identificados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006, pelo Censo Escolar Inep/Educacenso, pelo Sistema Presença de frequência escolar do Bolsa Família e pelo Núcleo de Opinião e Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Um relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), UNICEF e Banco Mundial, divulgado no dia 10 de maio, em Haia, Holanda, afirma que programas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família, contribuem para reduzir o número de crianças trabalhando. Segundo a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal está ajudando a identificar as crianças em situação de trabalho infantil e a integração do Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o Bolsa Família vem possibilitando afastar do trabalho hoje cerca de 820 mil crianças e adolescentes de 3.520 municípios do país.

Numa pesquisa mais recente que avaliou o impactos do programa Bolsa Família, divulgadas em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que coletou informações de 11,4 mil famílias em 269 municípios, foi possível medir o impacto do programa nas condições de vida dos beneficiários, no que concerne a educação apontou que a frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família foi 19,9 pontos percentuais maior em comparação com famílias não beneficiárias. A progressão de ano das crianças cobertas pelo Bolsa Família foi 6 pontos percentuais maior em relação à de crianças da mesma faixa etária não beneficiadas pelo Programa. Os melhores resultados são verificados na região Nordeste.

Importante ressaltar também que no segundo encontro do Ciclo de Debates 10 Anos do Programa Bolsa Família[14] – avanços, efeitos e desafios, organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na sede da Fundação Oswaldo Cruz, em Brasília, foi apresentado estudo que avalia o impacto do Bolsa Família na repetência dos alunos – o Texto para Discussão nº 1814[15], intitulado O Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Repetência: resultados a partir do Cadastro único, Projeto Frequência e Censo Escolar. Segundo o trabalho, o programa de transferência de renda reduz a probabilidade de repetência de 14,5% para 13%. Ou seja, os alunos beneficiários têm 11% menos chances de reprovar que os outros incluídos no Cadastro Único, mas que não recebem o benefício.

Os resultados apontados acima indicam que o programa é eficiente em atingir um de seus objetivos fundamentais que é elevar o atendimento escolar das crianças, no entanto, reconhece-se que muitos fatores interferem na aprendizagem do aluno, e não se pode considerar apenas a frequência como fator primordial para aferir o sucesso ou insucesso do aluno na escola.

Os fatores que interferem no desempenho escolar são estudados há mais de cinco décadas no cenário internacional. O marco inicial usualmente apontado é o chamado Relatório Coleman publicado em 1966, com o objetivo de estudar as causas para as diferenças de desempenho entre as escolas norte-americanas. O relatório foi concluído a partir da análise de

---

[14] Bolsa Família reduz chance de repetência na escola . Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/ index. php? option=com_content&view =article&id=19935. Acesso em 12 de dez. de 2014

[15] Leia o Texto para Discussão nº 1814 - O impacto do Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escola.

uma extensa pesquisa em que se constatou que as diferenças de infraestrutura e equipamentos entre as escolas, como também a qualidade do seu corpo docente ou de seus currículos, sua localização, e mesmo o nível socioeconômico das escolas, não justificavam a grande variação de desempenhos entre os alunos de diferentes escolas, ou seja, não fazia diferença a escola em que o alunos estudavam. Segundo a pesquisa, o principal fator responsável pelas diferenças de desempenho eram as diferenças socioeconômicas individuais entre os alunos.

No Brasil, o estudo sobre a qualidade da educação intensificou-se principalmente com a consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, em 1995. A pesquisa sobre eficácia escolar "permitiu que os métodos mais adequados fossem usados de imediato" (BROOKE e SOARES, 2008, p.11). Nesse sentido, os primeiros estudos brasileiros que analisaram desempenho escolar já dialogavam com outros trabalhos similares desenvolvidos em outras partes do mundo.

O aprendizado é influenciado por características do próprio indivíduo, do ambiente e por fatores sociais e econômicos, tais como idade, etnia, classe social, condições de moradia. Alguns desses fatores não são passíveis de intervenção direta das políticas educacionais, e devem ser corrigidos por políticas sociais mais amplas e de longo prazo.

O conceito de desenvolvimento e aprendizagem pode ser compreendido como a distância entre o que o aluno é capaz de aprender, em seu desenvolvimento normal, e aquilo que ele não consegue desenvolver sozinho, mas consegue realizar no contexto da interação com o meio escolar e familiar, na mediação com o outro.[16]

A aprendizagem não ocorre de forma solitária, é um processo que exige interação. Vivemos em um modelo de sociedade no qual os saberes são discutidos e, de certa forma, possibilitam à reconstrução de saberes anteriores, essa troca de informações proporciona à pessoa conclusões sobre saberes em construção. A aprendizagem se dá em um contexto social, no qual as possibilidades de troca de informações são exercidas proporcionando o crescimento do grupo.

Para Smith & Strick (2001, p.31) um ambiente estimulante e encorajador em casa produz estudantes adaptáveis e muito dispostos a aprender, mesmo entre crianças cuja saúde ou inteligência foi comprometida de alguma maneira.

Pesquisas apontam que o maior índice que interfere no processo de aprendizagem, ocorre com crianças pobres. Em tais pesquisas, as explicações apontadas para o problema

---

[16] Ver Polity E. Inibição intelectual e tramas de lealdade familiar. Insight-Psicoterapia 1997. Vygostky LV. A Formação Social da Mente. São Paulo . Martins. 1991

deste fracasso escolar dizem respeito condição econômica da família. Dentro da escola existem, entre outros, quatro fatores que podem afetar a aprendizagem: o professor, a relação entre os alunos, os métodos de ensino e o ambiente escolar.

Paín (1985, p. 33) discorre que o fator ambiental é, especialmente determinante no diagnóstico do problema de aprendizagem, na medida em que nos permite compreender sua coincidência com a ideologia e os valores vigentes no grupo. Por isso, cada caso deve ser avaliado particularmente, incluindo na avaliação o entorno familiar e escolar. Se os problemas de aprendizagem estão presentes no ambiente escolar e ausentes nos outros lugares, o problema deve estar no ambiente de aprendizado. Às vezes, a própria escola, com todas as suas fontes de tensão e ansiedade, pode estar agravando ou causando as dificuldades na aprendizagem.

CAPÍTULO IV

4.1 Metodologia de Pesquisa

Quanto à classificação da pesquisa trata-se de um estudo descritivo. Quanto aos métodos são quantitativos, onde se utilizou o software Stata na estimativa dos res. Quanto aos procedimentos trata-se de pesquisa documental, por meio da qual se utilizou os históricos escolares dos alunos para levantamento das informações referentes aos resultados avaliativos escolares compreendendo o período de 2005 a 2011. Os dados foram analisados a partir da seguinte operacionalização:

a) ordenação das informações através de tabelas e/ou gráficos;
b) classificação dos dados;
c) análise final.

Nos anos letivos de 2005 a 2011 o Estado de Mato Grosso possuía aproximadamente quarenta mil alunos matriculados nos anos letivos de 2005 a 2001, o percentual utilizado para o cálculo nesta pesquisa corresponde a 6,66% do total de alunos matriculados, somando-se sessenta alunos. Para o presente estudo buscou-se verificar alunos com idade entre 6 a 15 anos de idade, matriculadas no primeiro, segundo e terceiro ciclos do Ensino Fundamental. A seleção foi realizada levando-se em consideração os critérios abaixo:

- Alunos em faixa etária estabelecida pela escola Ciclada (1º ciclo com a faixa etária de 6 aos 9 anos, no 2º ciclo os que têm entre 09 e 12 anos e no 3º, dos 12 aos 15 anos);
- Alunos oriundos de famílias de baixa renda, que recebem até um salário mínimo; e
- Alunos domiciliados no bairro onde se localiza a escola (bolsões de pobreza).

Para a presente análise, foram consideradas as seguintes transições escolares: a) concluir de forma bem sucedida um ano letivo; b) alcançar resultados satisfatórios em cada disciplina.

A diferença de números entre um grupo e outro indica que um número menor ou maior de alunos teve notas nas disciplinas analisadas. Assim, considera-se a porcentagem entre os que tiveram notas, independente do numero total de alunos serem diferentes. O que se analisa, portanto é a porcentagem diante do total de alunos.

4.2 *Lócus* da Pesquisa

Este trabalho examina a relação entre Educação e pobreza, analisando os impactos de uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família – frequência de 85% na escola – sobre o resultado da avaliação escolar de alunos matriculados em Mato Grosso. A presente investigação insere-se no esforço de compreender melhor como essa política pública incide sobre o desempenho escolar dos estudantes beneficiados. Propõe-se analisar o papel do PBF nos resultados avaliativos escolares, utilizando como amostragem os três municípios do Estado, dentre os mais populosos e que contam com o maior número de beneficiários, seguindo dados da Secretaria de Estado de Educação, quais sejam: Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.

A contrapartida ao benefício da renda concedida às famílias pelo PBF compreende o compromisso de manter matriculadas e frequentes crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola, a frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês e a obrigatoriedade de informar ao gestor do Programa Bolsa Família qualquer mudança de escola pela criança. Regulamentada pela Portaria Interministerial 3.789 de novembro de 2004, a definição dessas condicionalidades propõe a difícil missão de tentar romper com os ciclos de pobreza que marcam as gerações dessas famílias. No seu preâmbulo, o texto legal preconiza a concretização do direito à educação como elemento fundamental da inclusão social das famílias, compreendendo a educação escolar como condição da construção de conhecimento, da formação humana e da proteção social às crianças e adolescentes.

Metodologicamente, na realização da pesquisa, os alunos foram divididos em dois grupos: beneficiários e não beneficiários, compreendendo os anos de 2006 a 2010. Analisaram-se os alunos matriculados na primeira fase de primeiro ciclo, até a nona fase do terceiro ciclo, estando assim divididos: um grupo de 30 alunos beneficiários do programa Bolsa Família e um grupo de 30 alunos não beneficiários, somando um total de 60 alunos.

Para atingir os objetivos propostos trabalhou-se com o método quantitativo a fim de se explorar os históricos escolares de alunos beneficiários e não beneficiários do PBF. Os dados foram analisados a partir da seguinte operacionalização:

a) ordenação das informações através de tabelas e/ou gráficos;

b) classificação dos dados;

c) análise final.

As escolas foram selecionadas por apresentarem características semelhantes, são elas: Escola Estadual Dr. Mario de castro - Bairro Pedra 90, em Cuiabá; Escola Estadual Professora Arlete Maria da Silva - Bairro Asa Bela, em Várzea Grande; Escola Estadual São José Operário - Bairro São José Operário, em Rondonópolis.

Dentre as características semelhantes dos três polos investigados temos: localização em bairros periféricos, maior número de cadastros no PBF, ciclos em funcionamento desde o ano de 2006. Para melhor compreensão, detalha-se a seguir o funcionamento da escola ciclada em Mato Grosso.

4.3 A Escola Ciclada

Dentre as formas de organização curricular, as mais frequentes nas escolas brasileiras são denominadas de regime seriado e regime ciclado. O regime seriado predominou em nossas escolas do final do século XIX até o início da década de 80 do século XX, quando passou a ser problematizado por ter seus fundamentos vinculados a uma pedagogia tradicional. A pedagogia tradicional, como se sabe, está centrada na transmissão de conhecimentos acumulados e considerados essenciais para a inserção de todos na sociedade e no mercado de trabalho. Nesse modelo, os conhecimentos são divididos em componentes curriculares específicos para cada campo do conhecimento e esses, por sua vez, são subdivididos em séries ou anos de estudos. A lógica dessa forma de organização curricular é exclusivamente temporal, pois fica estabelecido que determinados conteúdos devam ser aprendidos, indistintamente, por todos os alunos em um tempo também determinado.

O regime ciclado também é dividido em tempos que costumam variar entre dois e três anos de duração, mas consideram as variações evolutivas dos alunos, suas histórias pessoais/familiares, suas experiências, seu ritmo.

Trata-se de uma nova concepção de escola como espaço onde as aprendizagens não se dão apenas a partir de um campo científico definido como, por exemplo, Artes, Matemática, Estudos Sociais e outros, mas, sim, agregando valor formativo a cada um desses ou de outros campos do saber sistematizado. Isso implica, necessariamente, no estabelecimento de uma ética curricular que respeita os percursos individuais, mas que impõe o trabalho coletivo com vistas à consolidação de uma sociedade democrática.

Desde a década de 80 vários estados e municípios brasileiros estruturaram o Ensino Fundamental (1° e 2° série) em ciclo de dois anos, com o objetivo de garantir a alfabetização e combater o fracasso escolar. No Estado de Mato Grosso esta proposta foi aplicada nas séries iniciais em 1998, denominada como CBA (Ciclo Básico de Aprendizagem). Com o CBA a reprovação na primeira série foi eliminada o que garantia passagem da criança para próxima série e o direito da alfabetização às crianças do estado. No Estado de Mato Grosso dividiu-se o Ensino Fundamental em ciclos de formação a partir de 2000. Sobre a "opção" de estrutura de ensino de Mato Grosso, pairam muitos questionamentos e críticas, que serão reportadas a seguir, sem muito aprofundamento, visto não ser este o objeto de estudo deste trabalho.

Para diversos autores (Perrenoud, 1999 a 2000; Dalben, 2000; Sousa, 2000; e Arroyo, 1999), a organização da escola em ciclos significa uma mudança de ordem estrutural e não apenas alterações pontuais. Segundo a literatura, diferentes aspectos das condições escolares devem ser reestruturados seguindo uma nova lógica de organização espaço-temporal, de estruturação curricular, de avaliação e de organização do trabalho.

Ao se tratar da estrutura do ensino, importante ainda mencionar os problemas e deficiências da escola pública, podemos aqui asseverar o pensamento de Patto (1996, p.123) que afirma: a escola pública é uma escola adequada às crianças de classe média e o professor tende a agir, em sala de aula, tendo em mente um aluno ideal. Ou seja, se a escola não está adequada às crianças das classes populares, então há uma crença na deficiência/diferença da clientela majoritária da escola pública de primeiro grau em relação aos seus pares de classe média e alta (Patto, 1996, p.123) uma vez que a escola que aí existe foi pensada para as classes favorecidas social e economicamente.

Com referência à avaliação, temos um diferencial relativamente impactante comparando a escola ciclada com a seriada, enquanto que nesta existe a possibilidade de reprovação do aluno, naquela o discente que apresenta dificuldades de aprendizagem, passa a receber apoio pedagógico. E é exatamente nesse contexto que a pesquisa deste trabalho se fundamenta, a comparação realizada analisa os alunos beneficiários que necessitaram de apoio pedagógico e aqueles que não necessitaram de apoio pedagógico, fazendo um estudo comparativo entre os dois grupos – beneficiários e não beneficiários.

Tendo esse quadro como pano de fundo, o estudo procurou caracterizar a se os alunos beneficiários apresentam menor necessidade de apoio pedagógico que os alunos não beneficiários, a suposição inicial da qual partimos foi a de que essa necessidade de apoio é o que pode definir o nível de aprendizagem dos alunos.

4.4 Sistema Ciclado – Uma discussão para Além dos muros da Escola

Há que se mencionar que este estudo se interessou por aspectos que fogem à pesquisa quantitativa proposta, o que ocorreu por meio de diálogo entre vários atores envolvidos no dia a dia da escola, buscando uma melhor compreensão acerca da escola ciclada, oportunidade em que se pôde constatar fatores que interferem diretamente nos resultados escolares. Procurou-se investigar e cotejar a formação continuada de professores nas escolas organizadas em ciclo; de que forma se deu as transformações ocorridas na implantação do ciclo; e quais as dificuldades de operacionalização do ciclo em comparação ao sistema seriado.

É nítido que as dificuldades que hoje ainda se apresentam na tentativa de romper com a seriação e ciclo de aprendizagem, encontram amparo na realidade das escolas de Mato Grosso, vez que um dos pressupostos da escola ciclada é que o professor disponha de mais tempo na escola para que possa participar da vida escolar e cuidar de sua formação e da de seus alunos de modo mais contínuo nesse espaço, o que de fato não acontece. Dentre outros fatores que interferem na qualidade do ensino, além de professores bem qualificados e preparados, podemos mencionar: estrutura física, material didático, capacitação docente.

Arroyo ressalta que a questão fundamental não é, em primeiro plano, o fluxo escolar, a reprovação ou o sistema seriado, mas que o essencial é repensar a concepção e a prática de educação básica que estão presentes em nossa tradição e na estrutura seriada que as materializa (Arroyo 1999, p.11).

Uma das críticas mais contundentes que os professores fazem à escola ciclada é a de que os alunos vão progredindo ao longo da sua escolaridade sem se ter a garantia dos domínios das competências e habilidades para as etapas do ensino que estão cursando. Isso também foi evidenciado na pesquisa exploratória que o INEP realizou. A pesquisa retrata descontentamento dos pais no que se refere aos métodos de ensino e ao sistema de promoção adotado pelas escolas. Mostra ainda, que, na visão dos pais, organização curricular como a dos ciclos implica em menor empenho, tanto dos professores como dos alunos. Estes, por sua vez, têm seu desempenho comprometido, uma vez que afastado o fantasma da reprovação sentem-se menos exigidos em seus estudos.[17]

---

[17]CABRERA, Renata Escola Ciclada. Disponível em .<conexaeventos.com.br/detalhe_artigo>. Acesso em 17 dez. 2012.

4.5 Os Municípios selecionados

Os municípios eleitos para realização da pesquisa se constituem nos três maiores do Estado de Mato Grosso e atualmente são considerados polos atrativos da população do interior do estado em busca de melhores condições de vida. São características dos municípios:

1.Rondonópolis- Tem o segundo maior PIB do Estado de Mato Grosso. Está localizada estrategicamente no entroncamento das Rodovias BR-163 e BR-364 e é a ligação entre as regiões norte e sul do país. Por estas vias são transportadas toda a produção agrícola e industrial para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil.

Foi fundada em 10 de Agosto de 1915, tendo conquistado a emancipação político-administrativa no dia 10 de dezembro de 1953. Possui uma população de 195.476 habitantes. Sua área da unidade territorial é de 4.159,122 (Km²), sua densidade demográfica é de (Hab./Km²) 47,00.

2.Várzea Grande - Possui uma população predominantemente urbana, de 255.448 habitantes em 2011. Está em separada da Capital apenas pelo rio que empresta o seu nome à capital, o rio Cuiabá, é o segundo maior município do estado e 99º do Brasil em população.

Várzea Grande é predominantemente comercial e industrial, sendo a agricultura de subsistência. Através de incentivos fiscais e doações de terras, indústrias se instalaram na região, constituindo, acompanhada da capital, o principal polo industrial do estado. Foi nomeada em 2010 a cidade mais industrial e comercial do Estado de Mato Grosso, superando até a Rondonópolis, e ficando em 26º lugar em questão nacional.

3. Cuiabá– É a capital do Estado de Mato Grosso, e segundo o censo realizado em 2010 pelo IBGE, a população de Cuiabá é de 650.562 habitantes, enquanto que a população da área urbana ultrapassa um milhão de habitantes; sua região metropolitana possui 859 130 habitantes e o colar metropolitano possui quase um milhão de habitantes; e sua mesorregião possui 1.100.512 habitantes, tornando-se assim uma pequena metrópole no centro da América do Sul. A cidade é umas das 12 sedes da Copa do mundo FIFA de 2014 representando o Pantanal. O município é cercado por três grandes ecossistemas: a Amazônia, o cerrado e o pantanal; está próximo da Chapada dos Guimarães e ainda é considerada a porta de entrada da floresta amazônica.

4.6 Escolas Pesquisadas

4.6.1 – Escola Estadual Dr. Mario de Castro – Bairro Pedra 90 - Cuiabá

A escola localizada em Cuiabá contemplada com a pesquisa trata-se da Escola Estadual Dr. Mario de Castro, criada pelo Decreto 1802 de 13/08/1992, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação 462/2010. Localiza-se a Rua Santos Dumont, 102, Pedra 90 – Cuiabá – MT.

Oferece o Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos - nível fundamental. Possui um total de 1.580 alunos matriculados, sendo que no turno matutino possui 695, no vespertino, 561 e no noturno, 324. Dos 1802 alunos matriculados, 600 alunos são beneficiários do PBF. Localiza-se no bairro Pedra 90, que se situa a 20 km do centro da Capital.

O bairro nasceu quase que totalmente à margem da legalidade, devido a alguns aspectos geológicos e sociais (sendo que em todo o seu curso geográfico existiam nascentes que alimentam córregos da região. Seu projeto de implantação, não obteve aprovação nos órgãos competentes).

Possui uma população estimada em 100.000 habitantes e um colégio eleitoral suficiente para eleger cinco vereadores e dois deputados.

4.6.2 – Escola Estadual Professora Arlete Maria da Silva – Bairro Asa Bela – Várzea Grande

A Escola Estadual Professora Arlete Maria da Silva foi criada pelo Decreto 489 de 4 de junho de 1990, credenciada pela Portaria n. 182/2008, autorização para o Ensino Fundamental Ciclado pela Res. 230/2008; autorização para o Ens. Fundamental – EJA Res. 491/2008. Localiza-se na Rua F, Quadra 12, s/n – Bairro Asa Bela -Várzea Grande, localizada na região periférica do município. Oferece o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Possui 730 (setecentos e trinta) alunos matriculados, sendo que 163 (cento e sessenta e três) alunos são beneficiários do PBF.

4.6.3 – Escola Estadual São José Operário – Bairro Vila Operária - Rondonópolis

A Escola Estadual São José Operário teve sua prorrogação de autorização pela Portaria do Conselho Estadual de Educação, número 191/2009, localiza-se na Avenida Bandeirantes, n. 1490, Bairro Vila Operária, município de Rondonópolis, a comunidade é constituída por famílias de baixa renda. Possui 865 alunos, distribuídos em 31 turmas, sendo que no período matutino possui 379 alunos e no vespertino 471 alunos. Desses, 144 alunos são beneficiários do Bolsa Família. A escola atende alunos oriundos de bairros vizinhos e da zona rural.

CAPÍTULO V

Resultados e Discussões

Utilizaremos a denominação A1 para o primeiro Ciclo, A2 para o segundo Ciclo e A3 para o terceiro Ciclo. A pesquisa realizada aponta que há uma diferença entre os beneficiários e não beneficiários no primeiro ciclo (A1), no segundo ciclo A2, essa vantagem passa para os nãos beneficiários, marcando 6% e volta no terceiro ciclo - A3 a ser em favor de beneficiários, em 3%. Levando-se em consideração que nas escolas públicas prevalece o perfil de estudantes provenientes das classes trabalhadoras, cujas diferenças econômicas entre si não são significativas e que a linha que separa quem é beneficiado de quem não é beneficiado pelo Bolsa Família é produzida por um corte que produz uma janela maior entre os que recebem e os que não recebem, embora estejam praticamente nas mesma condições, mas foram cortados pelo critério numérico de renda familiar.

Tabela 1: Médias de aprovação com suporte e sem suporte para estudantes beneficiários e não beneficiários por escola

	Escola M Castro				**S Jose Operário**				**Arlete Maria**			
	Sem bolsa		**Com bolsa**		**Sem bolsa**		**Com bolsa**		**Sem bolsa**		**Com bolsa**	
	edia	**p**	**edia**	**p**	**edia**	**p**	**edia**	**p**	**edia**	**p**	**edia**	**p**
ist1		,5		,5		,4		,3		,3		,5
ist2				,3		,3		,3				
ist3		,5		,5		,3		,3		,3		
eog1		,5		,5		,4		,3		,3		,5
eog2				,3		,3		,3				
eog3		,5		,5				,3		,3		

elig1		,5		,5		,4		,3		,3		
elig2				,3		,3		,3				
elig3		,5		,5				,3		,3		
ate1		,5		,5		,4		,3		,7		,5
ate2				,3		,3		,3		,4		
ate3		,5		,5				,3		,3		
ienc1		,5		,5		,4		,3		,7		,5
ienc2				,3		,3		,3		,4		
ienc3		,5		,5				,3		,3		
rt1		,5		,5		,4		,3		,5		,5
rt2				,3		,3		,3				
rt3		,5		,5				,3		,3		
d fis1		,5		,5		,4		,3		,5		
d fis2				,3		,3		,3				
d fis3		,5		,5				,3		,3		
ort1		,5		,5		,4		,3		,5		,5
ort2				,3		,3		,3				
ort3		,5		,5				,3		,3		
ng1		,5		,5		,3		,3		,5		,5
ng2				,3				,3				
ng3		,5		,5				,3		,3		

edia	,4	,3	,3	,4	,1	,2	,1	,3	,1	,3	,1	,1
p	,3	,2	,1	,1	,1	,2	,0	,0	,1	,2	,2	,2

Para análise da tabela 1

Considere que:

- Aprovação sem apoio pedagógico: 1

- Aprovação com necessidade de apoio pedagógico: 2

Assim quanto maior a média, maior a necessidade de suporte.

Em relação ao desvio padrão, a análise apontou que não há variação muito grande entre os grupos (os grupos são homogêneos).

Com relação à escola Arlete Maria apenas os alunos bolsistas na fase I precisaram de mais apoio, quanto à Escola São José Operário, os alunos bolsistas e não bolsistas não precisaram de apoio, conforme demonstrado na tabela. Com relação à Escola Mário de Castro a necessidade de apoio aos alunos bolsistas e não bolsistas variou em todas as disciplinas e em todas as fases. O percentual estabelecido parte da análise de que há muitas disciplinas, devido ao grande número de alunos transferidos, que não possuem o mesmo sistema de avaliação, ou, ainda, que as disciplinas estão relacionadas de maneira distinta. Dessa forma, o percentual de alunos possui uma variante, não chegando ao total de 100%.

Tabela 2 - Proporção de estudantes aprovados sem necessidade de suporte conforme acesso ao PBF

	Sem benefício	**Com benefício**
Historia		
A1	21(72%)	15(68%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	13 (65%)	18(82%)
Geografia		
A1	21 (72%)	16(73%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)

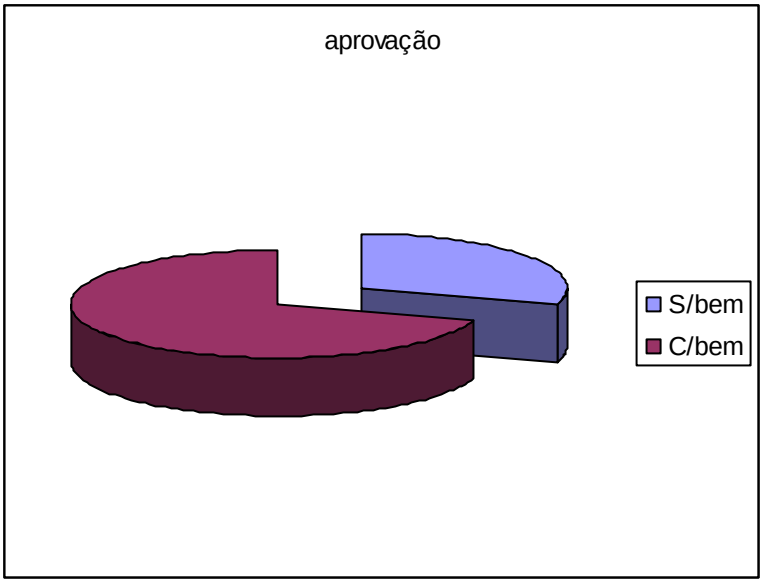
Est. Religiosos	21(72%)	17(77%)
A1	28(97%)	20(91%)
A2	23(79%)	18(82%)
A3		
Matemática		
A1	18(62%)	15(68%)
A2	26(90%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)
Ciências		
A1	18(62%)	16(73%)
A2	26(90%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)
Artes		
A1	18(62%)	16(73%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)
Educação Física		
A1	18(62%)	17(77%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)
Português		
A1	18(62%)	15(68%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)
Inglês		
A1	19(65%)	15(68%)
A2	29((100%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)

Na tabela acima estão identificados em amarelo os grupos que apresentaram uma

proporção maior de aprovação sem necessidade de apoio pedagógico. Como podemos observar, em todas as disciplinas há um percentual considerável de alunos que não necessitaram de apoio entre os beneficiários. Apenas no A2 a vantagem é dos não beneficiários. E no A1 e no A3 a vantagem é dos beneficiários.

Importante mencionar que esta tabela não representa índice de aprovação ou reprovação, vez que isso não se atribui ao sistema de ciclos na educação, onde o termo utilizado é retenção, o que só é possível na terceira fase do primeiro ciclo e na terceira fase do segundo ciclo, o que corresponderia, no sistema seriado, à segunda série e à quinta série.

Gráfico 1 - Relação entre beneficiários e não beneficiários



Este gráfico de pizza representa a diferença entre os grupos de estudantes beneficiários e não beneficiários com relação à necessidade de apoio pedagógico. Pode-se observar que o número de alunos que receberam promoção sem apoio pedagógico é maior que o número de alunos não beneficiários.

De interesse mais imediato deste trabalho, vale ressaltar que os alunos beneficiários são os que apresentam menor necessidade de apoio. Buscando evidenciar esse fato, as tabelas que seguem, que tratam das disciplinas do Ensino Fundamental, trarão as diferenças entre os grupos analisados, o que evidenciará a afirmativa comprovada neste gráfico.

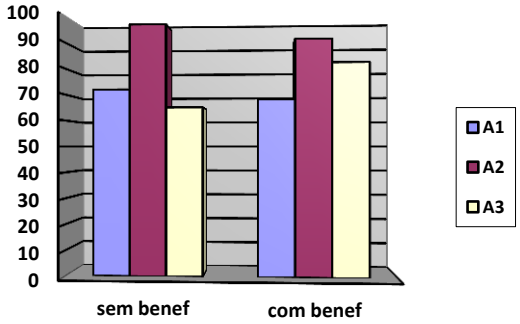
<u>Gráficos por disciplina:</u>

Proporção de estudantes aprovados sem necessidade de apoio conforme acesso ao

PBF

Gráfico 2 - História

	Sem benefício	Com benefício
História		
A1	21(72%)	15(68%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	13 (65%)	18(82%)

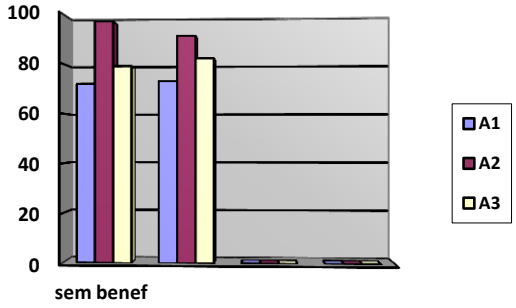


Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de História entre beneficiários e não beneficiários.

Neste gráfico podemos observar a proporção de aprovação de estudantes sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de História entre beneficiários e não beneficiários. Observe-se que nesta disciplina os alunos não beneficiários não necessitaram de apoio pedagógico, em apenas um ciclo o resultado dos alunos não beneficiários foi maior que o dos beneficiários.

Gráfico 3 - Geografia

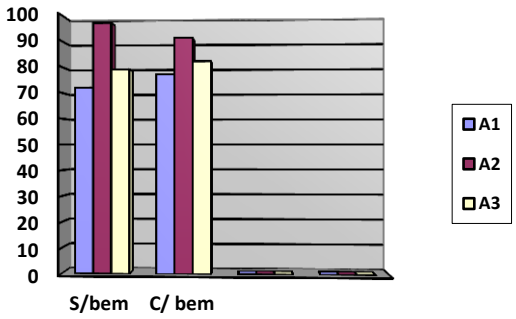
Geografia		
A1	21 (72%)	16(73%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)



Neste gráfico observa-se que apenas no A2 a vantagem é dos não beneficiários. E no A1 e no A3 a vantagem é dos beneficiários

Gráfico 4 - Estudos Religiosos

	Sem benefício	Com benefício
Est. Religiosos		
A1	21(72%)	17(77%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)



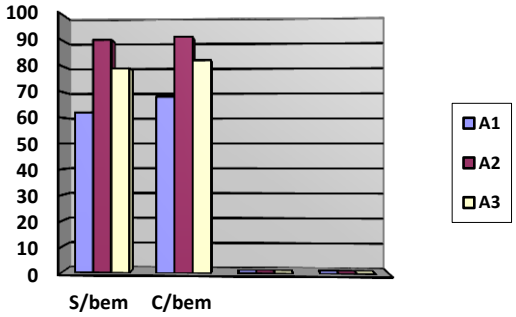
Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de

suporte nas três últimas avaliações da disciplina Estudos Religiosos entre beneficiários e não beneficiários.

Neste gráfico observa-se que os beneficiários apresentam desvantagem como relação aos não beneficiários, ou seja, apenas no primeiro ciclo há uma diferença favorável aos beneficiários.

Gráfico 5 - Matemática

	Sem benefício	**Com benefício**
Matemática		
A1	18(62%)	15(68%)
A2	26(90%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)



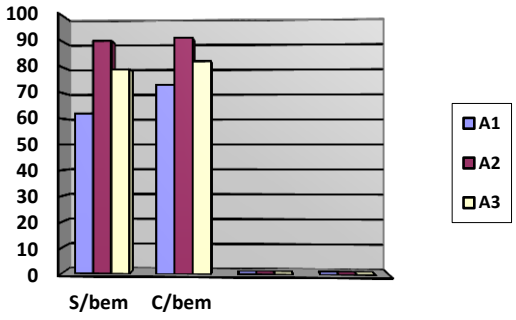
Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de estudos de Matemática entre beneficiários e não beneficiários.

Neste gráfico é possível observar que os alunos beneficiários apresentaram vantagem sobre os não beneficiários. Embora a diferença não seja tão evidente no segundo ciclo, nos demais há uma diferença considerável. O quadro demonstra que 68% dos alunos beneficiários no primeiro ciclo obtiveram progressão sem apoio, 91% no segundo ciclo também não necessitaram de apoio e 82% dos beneficiários no terceiro ciclo obtiveram

progressão sem apoio.

Gráfico 6 - Ciências

	Sem benefício	Com benefício
Ciências		
A1	18(62%)	16(73%)
A2	26(90%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)



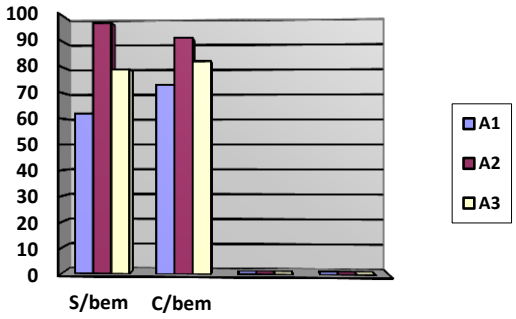
Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de ciências entre beneficiários e não beneficiários.

Na disciplina de Ciências, assim como na de Matemática fica evidenciada uma diferença entre os grupos de beneficiários e não beneficiários. Observa-se que os beneficiários não precisaram de apoio para a progressão, enquanto que os não beneficiários foram os que mais precisaram de apoio.

Gráfico 7 - Artes

	Sem benefício	Com benefício
Artes		
A1	18(62%)	16(73%)
A2	28(97%)	20(91%)

A3	23(79%)	18(82%)

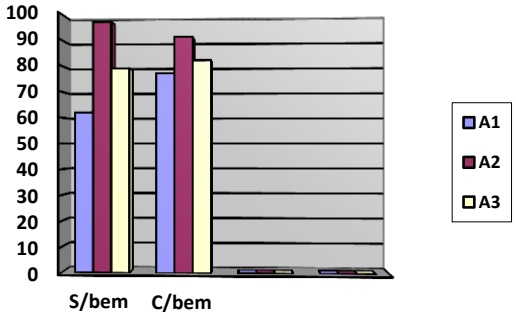


Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de Artes entre beneficiários e não beneficiários.

Neste gráfico de barra nota-se que a vantagem para os não beneficiários está apenas no segundo ciclo, nos demais temos uma proporção maior favorável aos alunos beneficiários. No primeiro ciclo 73% dos beneficiários não necessitaram de apoio e no terceiro ciclo 82% dos beneficiários também não recorreram ao suporte pedagógico.

Gráfico 8 - Educação Física

	Sem benefício	**Com benefício**
Educação Física		
A1	18(62%)	17(77%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)

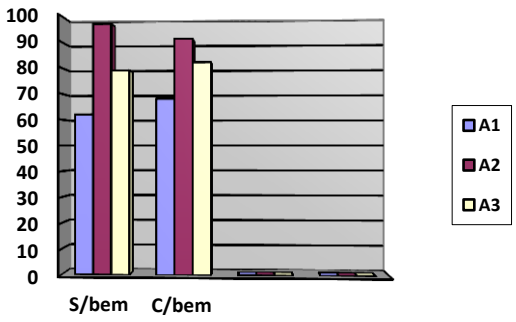


Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de Educação Física entre beneficiários e não beneficiários.

Nesta disciplina, pode-se observar uma vantagem dos alunos beneficiários que obtiveram melhor resultado no primeiro e no terceiro ciclo.

Gráfico 9 - Língua Portuguesa

	Sem benefício	Com benefício
Português		
A1	18(62%)	15(68%)
A2	28(97%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)

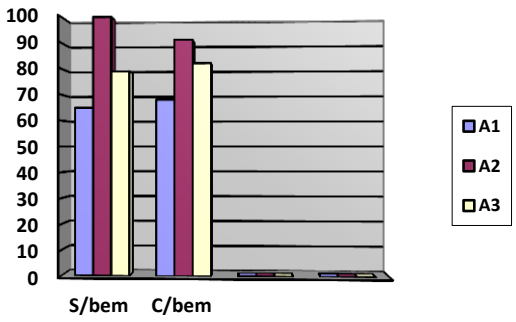


Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de Língua Portuguesa entre beneficiários e não beneficiários

A diferença demonstrada nesse gráfico é significativa a favor dos aos alunos beneficiários, senão vejamos: no primeiro ciclo, 68% dos alunos não necessitaram de apoio e no terceiro ciclo 82 % também não passaram pelo apoio. Com base nos critérios estabelecidos para a seleção dos alunos em análise, demonstra-se claramente a diferença entre os grupos.

Gráfico 10 - Língua Inglesa

Inglês		
A1	19(65%)	15(68%)
A2	29((100%)	20(91%)
A3	23(79%)	18(82%)



Proporção de aprovação de estudantes de Ensino Fundamental sem necessidade de suporte para três últimas avaliações de Inglês entre beneficiários e não beneficiários.

A diferença demonstrada nesse gráfico é significativa com relação aos alunos beneficiários. No primeiro e no terceiro ciclo houve progressão de maior número de alunos beneficiários sem necessidade de apoio pedagógico.

Para melhor entendimento da pesquisa realizada, a flexibilização dos resultados apresentados pode se justificar pela organização do ensino em Mato Grosso, consolidado em três ciclos com três fases cada um, sendo que no 1º ciclo estão os alunos com a faixa etária de 6 aos 9 anos, no 2º ciclo os que têm entre 09 e 12 anos e no 3º, dos 12 aos 15 anos. Essa experiência vem sendo vivenciada pelas escolas estaduais desde 1998, quando foi implantado o Ciclo Básico de Aprendizagem.

Embora o método de estimação utilizado nesta pesquisa não permita aferir as razões para as diferenças por disciplina quanto ao impacto do programa Bolsa Família sobre a frequência escolar, nota-se que há uma vantagem maior entre os alunos beneficiários nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ciências, o que

possivelmente se pode justificar por serem as disciplinas que mais necessitam de interação entre professor e aluno bem como de uma atuação mais participativa dos alunos em sala de aula.

O PBF exige que os alunos entre 6 e 15 anos tenham frequência de 85%, e possivelmente para não perder tal beneficio há uma garantia, por parte da família, da frequência exigida, o que possivelmente pode repercutir em uma melhor aprendizagem, especialmente com relação àquelas disciplinas que exigem maior participação dos educandos e uma continuidade dos conteúdos aprendidos.

É recorrente as discussões referentes à condicionalidade voltada à educação, embora, conforme estudos já mencionados, a condicionalidade referente à frequência escolar além de favorecer resultados mais significativos dos alunos beneficiários em comparação aos não beneficiários, ainda possibilita às famílias assimilarem novas formas de relações com as questões educativas dos filhos partindo da preocupação com a frequência escolar, ao mesmo tempo em que permite aos alunos permanecerem menos tempo nas ruas, evitando que estejam em locais que apresentem riscos a sua formação e integridade física.

A educação é considerada um dos fatores que geram mudanças estruturais na sociedade, trata-se de investimento em capital social e humano. Neste sentido, pode-se corroborar com o entendimento de Amaral, que diz: a deficiência na formação educacional impede, por sua vez, um incremento na renda das novas gerações. Desta forma, cria-se um ciclo vicioso, no qual a pobreza de ontem determina a pobreza de hoje (AMARAL, 1998, p.6).

De fato, aferir os resultados escolares levando-se em consideração a frequência do aluno, se constitui em um dos meios pelos quais é possível justificar a diferença apresentada nesta pesquisa. Embora seja fundamental não descartar outros meios de interferência, que não foram trazidos à baila por não serem passíveis de discussão no momento, conforme o objetivo deste trabalho.

Merece destaque o entendimento do professor Denílson Bandeira, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, em entrevista a Carta Maior – Educação, em 13/05/2010:

> Ainda não se pode dizer que mais tempo em sala de aula implica resultados positivos no desempenho do aluno, mas a tendência é que isso venha a ocorrer. Por enquanto, pode-se dar como certa a importância, no processo, da escola, do professor, do diretor e dos pais.

Como já mencionado, não se pode considerar apenas a frequência escolar como

ferramenta capaz de melhorar o desempenho dos alunos, nem mesmo a ideia de distribuir dinheiro assegurará uma educação de qualidade. Há que se considerar que muitos outros fatores interferem nesses resultados. Ao tratarmos de escola pública, especialmente no Brasil, nos deparamos com uma situação alarmante, temos profissionais desmotivados por questões salariais, escolas sem a mínima condição de funcionamento, conteúdos alheios à realidade dos alunos e um currículo escolar construído de forma fragmentada e hierárquica, no qual as disciplinas são trabalhadas separadamente, e aquelas consideradas de maior importância recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar, em detrimento de outras. Esses fatores, entre outros, interferem no desempenho não dos alunos, como também dos docentes.

Nesse sentido, Schwartzman (2007) revela que a principal causa do abandono escolar é a má qualidade da escola, e sua incapacidade de dar aos jovens, principalmente aos mais pobres, conhecimentos e competências que lhes interessem e que eles possam assimilar. Não é distribuindo dinheiro que se melhora a educação.

Arroyo (2000, p.18) afirma que os modelos de análise e intervenção pressupõe que os setores populares não serão capazes de acompanhar o ritmo ‘normal’ de aprendizagem. Chegam [os alunos] à escola, defasados, com baixo capital cultural, sem habilidades mínimas, sem interesse. Chegam à escola reprováveis.

Nesse sentido, Souza (2000, p.22) menciona que:

> Em várias partes do mundo, constata-se que crianças oriundas de grupos sociais, cultural ou etnicamente marginalizadas, têm um rendimento escolar inferior à média das crianças dos grupos culturalmente dominantes. (...) No caso das crianças migrantes ou filhas de migrantes, o fracasso se explica pelo fato delas não dominarem plenamente os códigos linguísticos, simbólicos e comportamentais da cultura dominante da sociedade na qual estão inseridas. Porém, não são apenas os migrantes que estamos considerando aqui como culturalmente marginalizados. No Brasil, os negros, por exemplo, estão cultural e socialmente excluídos. Apesar de uma presença demográfica expressiva, 44,2% (4,9% de pretos e 39,3% de pardos) [dados do Censo 1991], este grupo pode ser identificado com as minorias se tomarmos como referências as relações de poder, o acesso aos bens materiais e aos direitos de cidadania.

Voltando ao tema em discussão, os impactos do PBF em relação aos resultados avaliativos e à evasão escolar, estão sendo realizados vários trabalhos abrangendo muitos estados brasileiros. Em se tratando da questão analisada nesta pesquisa, algumas convergem para o entendimento aqui discorrido, no que se refere aos impactos positivos do rendimento escolar dos alunos beneficiários. A exemplo, pode-se citar a pesquisa desenvolvida por Paul

Glewwe, Professor do Dep. de Economia Aplicada da Universidade de Minnesota, Estados Unidos e por Ana Lúcia Kassouf Professora Titular do Dep. de Economia da ESALQ, Universidade de São Paulo, que, em uma análise do impacto do Programa Bolsa Família no rendimento escolar de crianças no Brasil, tendo utilizado um painel com 8 anos do censo escolar (de 1998 a 2005), concluíram que:

> Nossas estimativas por escola indicam que, após a contabilização dos efeitos de defasagem, o programa aumentou as matrículas em 5,5% em escolas de 1ª a 4ª série e em 6,5% em escolas de 5ª a 8ª série, diminuiu as taxas de abandono escolar em 0,5 ponto percentual de 1ª a 4ª série e em 0,4 por cento de 5ª a 8ª série, e aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9 ponto percentual de 1ª a 4ª série e 0,3 ponto percentual de 5ª a 8ª série. Partindo do pressuposto de que o programa tem pouco ou nenhum impacto sobre não-participantes, o impacto sobre os participantes, que representam um terço do total de crianças no Brasil, é cerca de três vezes maior. As estimativas por município são bastante semelhantes, embora as de 5ª a 8ª sejam imprecisas.

Importante mencionar ainda que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realizou pesquisa em junho de 2012, cujo objetivo era o de avaliar os impactos do PBF em 269 (duzentos e sessenta e nove) municípios, coletando informações de 11,4 mil famílias, em que concluiu que a frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família foi 19,9 pontos percentuais maior em comparação com famílias não beneficiárias. A progressão de ano das crianças cobertas pelo Bolsa Família foi 6 pontos percentuais maior em relação à de crianças da mesma faixa etária não beneficiadas pelo Programa. Os melhores resultados são verificados na região Nordeste e estes dados comprovam outro acerto do Programa: o foco em áreas mais vulneráveis do país.

Outra questão controversa, que permeia este trabalho e que merece destaque, refere-se às condicionalidades dos programas de transferência de renda no Brasil, que atualmente são amplamente debatidas e vem se constituindo em um tema polêmico. Algumas correntes entendem que por se tratar de um dever do Estado, não necessitaria de imposição de condicionalidades. Por outro lado há o entendimento de que as condicionalidades objetivam pressionar as pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade aos serviços de educação e saúde.

Constituem-se condicionalidades do PBF:

- Educação**:** frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.

- Saúde**:** acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.
- Assistência Social**:** frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Mencione-se que um dos objetivos dos programas condicionados de transferência de renda focalizados é o aumento do capital humano dos seus beneficiários. De modo que assim se justifica existência de condicionalidades. A ideia central é de que por meio da transferência de recursos financeiros se possa amenizar a pobreza e fazer com que os beneficiários possam obter um ajuste, mesmo que seja em longo prazo, de suas deficiências. O papel das condicionalidades é exatamente este, promover a inserção dessas famílias nos programas educativos e de saúde, de modo a favorecer a sua autonomia.

Lavinas (2000) [18] entende que a exigência de contrapartida condiciona o direito constitucional à assistência ao cumprimento de exigência em uma situação em que os potenciais beneficiários já estão em situação bastante vulnerável. No entanto Silva (2001) [19] vê a contrapartida como uma possibilidade de combinação do assistencial/compensatório com o estrutural, uma vez que manter a criança na escola permitiria amenizar os efeitos do trabalho infantil sobre as oportunidades de escolaridade de crianças e jovens, nessa perspectiva não cabe nenhum grau de punição às famílias.

De fato, são amplas as discussões sobre as condicionalidades do PBF, mas o que está em questão é compreender se as exigências de frequência escolar e acompanhamento à saúde, cumprem o papel social que é retiram da margem da sociedade as famílias em vulnerabilidade ou são apenas exigências que objetivam aplicar penalidades as famílias que não as atenderem, uma vez que , as famílias que não cumprem as condicionalidades estão sujeitas a sanções gradativas, que vão desde a notificação da família, passando pela suspensão do benefício, e nos casos mais grave, podendo chegar ao cancelamento e a exclusão da família do programa.

Nesse contexto é que se faz imprescindível a avaliação dessa política pública, visando subsidiar o Estado quanto às transformações oriundas dessas condicionalidades na vida dos beneficiários.

---

[18] Lavinas L. Universalizando direitos. Observatório da cidadania relatório 2004. Rio de Janeiro: Obercid; 2004. Disponível em: Acesso em 23 jun. 2013.

[19] Silva MOS. Renda Mínima: características e tendências da experiência brasileira. In: Renda Mínima no debate internacional, Colóquio internacional Brasil/França/ Portugal. Coletânea de textos em versão preliminar para publicação de livro. São Paulo: PUC/SP; 2001. Disponível em: Acesso em 23 jun. 2013.

O Programa Bolsa Família é o principal programa social brasileiro de redução da pobreza e das desigualdades da transferência de recursos monetários para as famílias que vivem em estado de extrema pobreza, e a condicionalidade imposta aos beneficiários do PBF, no que se refere à educação, apresenta um impacto positivo nos resultados escolares. Diante desse resultado e buscando a ampliação e articulação do PBF com outras ações governamentais, sugerimos que:

- Para garantir a empregabilidade e a autonomia das famílias beneficiárias do PBF, seja realizada parceria junto à iniciativa privada, de forma a garantir o desligamento do PBF, abrindo a possibilidade para que outras famílias sejam contempladas, bem como a inserção dessas famílias no mercado de trabalho. Tal parceria poderia promover incentivos fiscais às empresas participantes;
- Propõe-se ainda uma articulação do Governo Federal com os Institutos Federais de Educação, com a qual se poderia realizar um elo entre os programas educacionais federais e o PBF, possibilitando a qualificação das famílias para posterior ingresso no mercado de trabalho.

Não se pode desconsiderar que essas articulações exigem planejamento, eficiência e racionalidade do poder público, de forma que possam favorecer o desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico das pessoas que vivem à margem da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados da década de setenta, quando países considerados desenvolvidos e com economia estável passaram a apresentar dificuldade para manter os benefícios sociais, passou- se então, a debater a ampliação das políticas públicas sociais. As redes sociais de proteção, da forma como se apresentam hoje, resultam de longos processos de construção cuja projeção histórica está diretamente ligada à própria história da crise no mundo do trabalho.

Jeremy Rifkin considera a tecnologia a grande vilã do emprego. Com o avanço das tecnologias algumas funções passam a não mais existir, embora estejam sendo criadas algumas novas funções, elas são, na maioria, empregos de baixa remuneração e, em geral, temporários. Ressalta ainda que o mundo está se polarizando em duas forças irreconciliáveis: de um lado, a elite da informação, que controla e administra a economia global de alta tecnologia; e de outro, o número crescente de trabalhadores deslocados, com poucas perspectivas e pequena esperança de encontrar bons empregos em um mundo cada vez mais automatizado.

Nesse contexto surge uma classe que vive a margem da evolução tecnológica e dos novos postos de trabalho, o trabalhador desempregado, que necessita do Estado para garantir sua sobrevivência em uma sociedade cada vez mais capitalista.

Como forma de assegurar o mínimo existencial às pessoas em situação de vulnerabilidade social, surgem os programas de garantia de renda mínima. O Brasil foi pioneiro na implementação de programas de transferência de renda com condicionalidades, surgidos originalmente em municípios e no Distrito Federal, a partir de 1995.

Somente a partir de 2001, a estratégia das transferências de renda com condicionalidades ganhou maior visibilidade, com o lançamento de uma série de programas sociais. Em outubro de 2003, os principais programas federais de transferência de renda com condicionalidades foram unificados, com a criação do Programa Bolsa Família (PBF).

Uma das condicionalidades do PBF e, a que fundamenta este trabalho, é a frequência de 85% em sala de aula para alunos de 06 a 15 anos, como um dos requisitos para se manter os beneficiários do PBF. Diante dessa exigência, este estudo foi proposto com o objetivo de verificar se a frequência em sala de aula tem influência nos resultados do desempenho escolar dos alunos, haja vista que o programa tem como objetivo, além do alívio imediato da situação de pobreza, favorecer uma inserção digna e autônoma das famílias beneficiárias na sociedade.

O Programa Bolsa Família articula-se em três dimensões no combate à pobreza e pela superação da fome: a) promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; b) reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio de cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; c) coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

A título de conclusão serão destacados a seguir alguns elementos que fundamentaram o entendimento desta pesquisadora sobre a diferença significativa dos alunos beneficiários do PBF, em relação aos não beneficiários no tocante ao resultado avaliativo escolar, conforme pesquisa realizada, e ainda sobre os demais fatores que influenciaram na realização deste trabalho.

Argumentar em termos de um resultado escolar mais significativo para os alunos beneficiários do PBF demonstrou o quanto é frágil a estrutura organizacional do Estado de Mato Grosso no sentido de manter informações sobre os resultados da condicionalidade relativa à educação. De sorte, as informações foram colhidas nas próprias escolas, vez que não havia na coordenação do Bolsa Família, ligada à Secretaria de Estado de Educação, subsídios que poderiam colaborar nesta pesquisa.

Para realização da pesquisa foram analisadas três escolas localizadas nos maiores bolsões de pobreza nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis. De cada escola foram analisados os Históricos Escolares de vinte alunos, sendo dez beneficiários e dez não beneficiários, somando um total de sessenta alunos.

Os municípios eleitos apresentam semelhanças quanto à economia, vez que são polos de desenvolvimento no estado, e contam com o maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família. As famílias eleitas apresentam semelhanças quanto à localização da moradia e à escolaridade dos pais, podendo equiparar entre o nível fundamental e o alfabetismo funcional, essas características estão contempladas também nos alunos não beneficiários.

Importante considerar para esta pesquisa o sistema de escola ciclada adotada no Estado de Mato Grosso, de forma que a pesquisa foi realizada por disciplina, buscando analisar os alunos beneficiários que receberam progressão sem necessidade de suporte pedagógico e com necessidade de suporte pedagógico, o mesmo sendo realizado com os alunos não beneficiários. Compreende-se por suporte pedagógico a atividade realizada pelo professor com os

alunos que não alcançam níveis satisfatórios de progressão. Ou seja, uma vez que os ciclos não contemplam a reprovação em todas as fases, levou-se em conta para a realização desta pesquisa a necessidade ou não de apoio pedagógico. O que se tem, de fato é que o apoio funciona como um reforço que no sistema seriado funcionaria como reprovação.

A tabela 1 demonstra que em relação ao desvio padrão a análise apontou que não há uma variação muito grande entre os grupos. Ou seja, numa análise de vinte e sete disciplinas, dezenove disciplinas apresentaram melhores resultados com relação aos alunos beneficiários.

O gráfico Pizza, que corresponde à aprovação geral, em todas as disciplinas, demonstra que há uma proporção significativa dos alunos beneficiários na questão de não necessitar de apoio pedagógico para a progressão.

Deve-se ressaltar, ainda, que nas disciplinas que exigem maior participação dos alunos e melhor didática do professor – Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ciências – os alunos beneficiários apresentaram um desempenho mais favorável que os não beneficiários.

Ficou evidenciado nesta pesquisa um aproveitamento significativo dos alunos beneficiários, sem que para isso possamos afirmar, que apenas a frequência em sala de aula é condição indispensável para melhor desempenho escolar. De fato, outros fatores podem influenciar no resultado escolar dos alunos pesquisados além do recorte realizado pela pesquisa em questão, onde se considerou, a saber:

- a frequência escolar (que se constitui uma das condicionalidades do PBF);
- a faixa etária ;
- o domicílio dos alunos pesquisados.

Compreende-se que a pesquisa não vai responder todas as questões que envolvem o assunto, mas pode contribuir com trabalhos futuros, haja vista que , em se tratando de educação, o campo de discussões é mais amplo e envolve fatores não abordados nesta pesquisa, que seriam determinantes para se chegar a um resultado

Ao se avaliar uma política pública de transferência de renda que se tem consolidado ao longo dos anos no nosso país, como é o PBF, há o compromisso desta pesquisadora em subsidiar o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manu-

tenção dessa ação. Entende-se que se trata de um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

Tratou-se, nesta pesquisa, de avaliação de políticas públicas e se entendeu que esta deva abranger o processo de formulação e implementação das ações e os resultados, tornando-se instrumento fundamental para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas. Segundo Almeida (2008), a avaliação de políticas públicas tem sido instrumento de gestão valioso para o conhecimento e a viabilização de programas e projetos, para o redirecionamento, quando se fizer necessário, de seus objetivos, até mesmo para a reformulação de rumos e propostas, fornecendo subsídios para tomadas de decisão.

A pobreza é um fenômeno que mantém a família presa em um círculo vicioso que tende a se reproduzir de pais para filhos, conhecido como ciclo intergeracional da pobreza. Para romper esse ciclo é imprescindível quebrar a continuidade dessa situação, o que se dará por meio da possibilidade de novas oportunidades e da inclusão social. A forma sustentável de fazer isto é oferecendo oportunidades de geração de trabalho e renda e permitindo que todo cidadão tenha acesso à educação de qualidade e a melhores condições de vida.

Cumpre ponderar que a educação é um dos meios de se garantir a efetivação da quebra do círculo vicioso mencionado acima, que consequentemente alarma as estatísticas relativas ao analfabetismo, à pobreza e, como não seria diferente, ao desemprego.

A educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento deste ciclo à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direito uma educação de qualidade com aprendizagem significativa para a qual a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental. São elencados pelos autores três pontos relevantes para aprimorar as etapas subsequentes da coleta da frequência escolar dos alunos:

1) Buscar a efetivação do direito à educação para todos, mediante a avaliação dos beneficiários que se encontram em situação de “não localizados”, adotando forte ação intersetorial nos três níveis de governo para identificação daqueles que de fato estão “fora da escola”;

2) Avaliar intersetorialmente os registros de ocorrências de “baixa frequência”, desistência, abandono e evasão escolar, mobilizando a rede de proteção ao escolar quando se detectar motivos que sinalizam violação de direitos;

3) Fortalecer a rede de parceiros e contribuir para o aprimoramento da ação – a alta rotatividade dos técnicos municipais responsáveis pelo acompanhamento sinaliza para a necessidade de um estratégico programa de formação continuada.

Além da pesquisa mencionada, estudos realizados recentemente têm demonstrado que o acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família tem produzido melhorias significativas nos indicadores educacionais do público acompanhado comparativamente ao público geral. Entre esses estudos, destaca-se a pesquisa O impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças, a partir da PNAD, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2011).

Assim, na esteira dos estudos já apontados neste trabalho que envolvem o acompanhamento da frequência escolar como condicionalidade do Programa Bolsa Família e seu resultado na avaliação escolar dos beneficiários do PBF, e ainda conforme resultado aferido nesta pesquisa, constatou-se que os estudantes beneficiários do PBF em Mato Grosso, especificamente na população pesquisada apresentam diferenças em comparação aos alunos não beneficiários, ou seja, aqueles necessitaram de menos apoio pedagógico.

Tal fator oferece indicações da efetividade da condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família e seu acompanhamento, levando a crer que há uma relação entre a contribuição desta ação na diminuição das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILLAR, M.J. e ANDER-EGG, E. (1994), **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?: Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7ª ed. Revista Ampliada. São Paulo: Cortez; Campinas/SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____ **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARROYO, M. Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICS, A. E Moll, J. (orgs.) **Para Além do Fracasso Escolar**. Campinas, Ed. Papirus, 2000, 3ª edição, pp.11-26.

_____ **Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. Educação e Sociedade**, Campinas, n. 68, p. 143-162, 1999.

ASSISTÊNCIA Social/Proteção Básica. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em 09 dez. 2012.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995**: o trabalhador e o processo de integração mundial. 1. ed. Washington, D.C., 1995. p. 11-132.

BRASIL. Constituições Brasileiras: 1969. Coleção Constituições Brasileiras, v. 6 a. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 jun. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004).Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2005).Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria CM/MDS nº 551 de 09 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família. [acessado 2011 Jan. 18]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 20 de maio 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 551 de 9 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família. [acessado 2012 Abr. 18]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br >. Acesso

em 19 de jun. 2012.

BRASIL. Projeto de lei nº 266 de 4 de dezembro de 2001. In: Suplicy E. Renda de cidadania: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez/Perseu Abramo, 2002.

BRASIL. Medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Bolsa Família. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de jun. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**.** Brasília; 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 19 de jun. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria CM/MDS nº 551 de 09 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br >. Acesso em 19 de jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Relatório de Governo de Transição sobre os Programas Sociais. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 666 de 28 de dezembro de 2005. Disciplina a integração entre Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 19 de jun. 2012.

BRAVERMAN, Harry. (1977) **Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro, Zahar.

BRUNO, Lucia. **Rev. Bras. Educ. vol.16 n. 48 Rio de Janeiro.** Disponível em: **<**www.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Acesso em 11 set. 2012.

BURLANDY, O. **Comunidade solidária e os programas de alimentação e nutrição: focalização e parcerias. 2003**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2003.

CABRERA, Renata **Escola Ciclada**. Disponível em: <m.conexaeventos.com.br/detalhe_artigo> Acesso em 17 dez. 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, Vozes, 2004.

COSTA, F. L. &CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003.

COTTA, Tereza Cristina. **Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

DALBEN, Angela I. L. de F. (coord.). **Avaliação da implementação do projeto pedagógico Escola Plural.** GAME/FAE/UFMG, 2000.

DYE, Thomas. **Policy analysis.** Alabama: University of Alabama Press, 1976.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 103, out. 2005.

FERREIRA, H. G. F. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional? Rio de Janeiro: PUCRJ - Departamento de Economia, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GERSHMAN, J. & IRWIN, A. Getting a Grip on the Global Economy. In: KIM, J.Y.; MILLEN, J.V.; IRWIN, A.; GERSHMAN, J. **Dying for Growth*:* Global Inequality and the Health of the Poor**. Cambridge, MA: The Institute for Health and Social Justice, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **The *policy process* in the modern capitalist state**. Londres, 1993.

HILL, M. **New agendas in the study of the *policy process*.** Harvester Wheatsheaf, Great Britain, 1993.

HOFFMAN, Marina. Publicado em maio de 2013. Impacto do Programa Bolsa Família *na* redução *da* mortalidade infantil. Disponível em: <http://pressroom.ipc-undp.org/estudoavalia-impacto-do-programa-bolsa-familia-na-reducao-da-mortalidade-ecriancas/?lang=pt-br>. Acesso em 07 jan. 2015.

IPEA, 2005. Brasil: **o Estado de Uma Nação. Brasília**: Ipea .Impacto Bolsa Família. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=18620#ixzz3O6uNBi2j>. Acesso em 08 jan. 2015.

KERSTENETZKY, CELIA. **Desigualdade como questão política. Observatório da Cidadania,** 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD180.pdf>. Acesso em 21 dez. 2012.

LAURELL, Asa Cristina**. Avançando em Direção ao Passado: política social o neoliberalismo**. In: (Org). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. 3. ed. São Paulo; Cortez, 2002. p. 151-178.

LAVINAS L. Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. In: Henriques R, organizador. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LOPES, J. R. B. (Coord.) Brasil, 1989**: um estudo socioeconômico da indigência e da pobreza urbana**. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Unicamp, 1992.

MATO GROSSO. Plano Plurianual do Estado de Mato Grosso 2012/2015. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br>. Acesso em 20 nov. 2012.

MARX.: Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

_____. *El Capital*. México, **Fundo de Cultura Econômica**, 1976.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate.** Brasília: IPEA, junho de 2007. (Texto Discussão, nº 1283). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1283.pdf>. Acesso em 21 jan.2013.

MEHEDFF, Carmem Guimarães. **Trabalho, Renda e Participação Social: questões básicas para a atuação de conselheiros e técnicos municipais**. Brasília: Plano Editora, 2002.

MELO, Marcus André. (1999), "**Estado, governo e políticas públicas**", ins. Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)[vol. 3: Ciência política],São Paulo/Brasília, Sumaré/Anpocs/Capes, pp. 42-100.

ORTIZ Renato. Introdução. In: Ortiz, Renato (Org).Pierre Bourdieu/Sociologia. Trad. Paula Monteiro. 2 Ed./SP: Ática 1994. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1996, 4ª ed.

PERRENOUD, Perrenoud, Ph. (2000). **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora (trad. en portugais de Dix nouvelles compétences pour enseigner. Invitation au voyage. Paris: ESF, 1999).

RIFKINN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo, Makron Books, 1995.

ROMER, P.M .**Increasing returns and long-run growth. The Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

ROMER, P. M**. Endogenous Technological Change. The Journal of Political Economy**,v. 98, n. 5, p. 71-99, 1990.

SADER, Emir (org.). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

_____ SADER, E. Ruy Mauro, intelectual revolucionário. **A América Latina e os**

deságios da globalização. Emir Sader e Theotonio dos Santos (coordenadores; Carlos Eduardo Martins e Adrian Sotelo Valencia (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SANTOS Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, W. G**. Cidadania e Justiça. A Politica Social na Ordem Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHULTZ, T. O valor econômico da educação. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHWARTZMAN, **Sem surpresas no Bolsa Família**. Disponível em:<http://www.Schwartzmanblogspot.co/2007/05/sem-surpresas-no-bolsa-familia-html.> Acesso em 15 fev. 2012.

_____**Capital formation by education**. The Journal of Political Economy, v. 68, n. 6, p. 571-583, 1960.

_____ **Investment in human capital**. The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

_____ **Reflections on investment in man**. The Journal of Political Economy, v. 70, n. 5, p. 1-8, 1962.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SILVA, M. Abadia. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas/SP: Autores Associados/Fapesp, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação das políticas sociais: aspectos conceituais teoria e prática.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____ **Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil**: superação ou regulação? Revista de Políticas Públicas. V.9, n.1, p. 251-278, jan./jun. 2005

_____**Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2,jul./dez.2010.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SILVA, M. O.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, P. L. B. (Coord.). **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil**. Campinas: NEPP-UNICAMP, 1999.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. **Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países.** Brasília: Centro Internacional de Pobreza, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, dez. 2007. Disponível em: http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf. Acesso em: 15 de nov.de 2012.

SOUZA SANTOS, Boaventura. "**O socialismo do séc.". XXI.** Carta Maior, 24 de maio de 2007.

SOUZA, Celina. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 11, fev. 2003.

SOUZA, M. G. **Educação e diversidade cultural: uma análise da proposta da Escola Plural do Município de Belo Horizonte,** MG. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado), Departamento de Educação, PUC-RIO.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo, Editora 34, 2001.

THOMAZ JR, Antonio. **Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?** Revista Pegada, vol. 1, n.º 1, setembro, 2000.

_____ **Por uma geografia do trabalho**! Pegada, v.3, número especial, agosto de 2002, Presidente Prudente.

_____ **Desenho societal dos sem terra no Brasil** *(*uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho). Revista Pegada, vol. 2, n.º 2, outubro, 2001.

TORRES, Ricardo Lobo. **A cidadania multidimensional na era dos direitos**. In: Teoria dos Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____ **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário**. Vol. III. Os Direitos Humanos e a Tributação – Imunidades e isonomia. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 1999. P.P 138/139/345/346.

VALENCIA, Adrián Sotelo. (Orgs.); SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos. (coordenadores). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

VELLOZO, V. **Comunidade solidária: experiência (com)partilhada?** 281p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Org.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educ, 1999.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. **Seguridade social: três mitos e uma mentira**. Universidade e Sociedade, Brasília, n. 19, ago. 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo e outros. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, Educ. 1998.

WEISS, C. **Evaluation**. Prentice Hall. New Jersey, 1998.

ZIMMERMANN, C. R. **Os Programas Sociais sob a ótica dos Direitos Humanos: o Caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil**. Revista Internacional de Direitos Humanos. nº 4, Ano 3, 2006.

ANEXOS

Escola estadual Dr. Mario de Castro

Alunos beneficiários

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1189842 - JOAO PAULO DA SILVA SOUZA		**Nº Reg.(INEP):**111089142500
Data Nasc.:15/04/1999	**Naturalidade:**CERQUEIRA CESAR - SP	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:AGUINALDO ALVES DE SOUZA		**Mãe:**VIVIANE DOMINGUES DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		SERIADO 2ª SÉRIE		SERIADO 3ª SÉRIE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	BASE NACIONAL COMUM		6.13	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	7.20	0.00	7.60	0.00	5.50	80.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA			7.00	0.00	8.20	0.00	5.63	80.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA			7.00	0.00	7.00	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA			7.00	0.00	7.50	0.00	5.63	40.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	7.00	0.00	7.70	0.00	5.63	160.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS			7.20	0.00	7.70	0.00	5.75	80.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	ARTE	-	-	7.20	0.00	7.20	0.00	7.88	80.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA			8.00	0.00	8.20	0.00	7.50	80.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA			7.20	0.00	7.30	0.00	5.63	200.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)			7.70	0.00	7.00	0.00	-	-	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		940.00		940.00		800.00		861.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	SERIADO > 1ª SÉRIE	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	SERIADO > 2ª SÉRIE	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	SERIADO > 3ª SÉRIE	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1158589 - DIANA FLORES DA CRUZ		**Nº Reg.(INEP):**114731959267
Data Nasc.:02/02/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:SEBASTIAO BARBOSA DA CRUZ		**Mãe:**DIRCE FLORES DOS SANTOS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		FUNDAMENTAL 9 ANOS 3º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 4º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 5º ANO		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	BASE NACIONAL COMUM		5.50	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	7.00	0.00	6.25	0.00	5.88	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS							6.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	6.25	0.00	5.88	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	ARTE	-	-	7.38	0.00	6.00	0.00	7.88	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA							7.88	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA							5.75	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)							-	-	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	5.63	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA							5.50	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA							6.13	0.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR 1ºC	SERIADO > 1ª SÉRIE 2ª	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR 1ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 3º ANO 3º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR 2ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 4º ANO 4º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR 2ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 5º ANO 5º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:873171 - FRANCIELY DUARTE DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**113431853861
Data Nasc.:09/03/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:RIVELINO NEVES DA SILVA		**Mãe:**FRANCINEIDE DUARTE MONTEIRO

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998		Componentes Curriculares	Período Letivo													
			SERIADO 2º ANO		SERIADO 3ªANO		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6.63	0.00	6.88	0.00	PS	320.00	-	-	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS									PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		7.13	0.00	6.13	0.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	6.50	0.00	6.38	0.00	PS	280.00	-	-	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA									PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA									-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA									-	-	-	-	-	-
		ARTE									-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA									-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA									-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS									-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA									PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		820.00		861.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
	ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	SERIADO > 2º ANO	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	SERIADO > 3ªANO	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1157924 - DAMARIS KAROLAYNE VIEIRA DA SILVA FREITAS		**Nº Reg.(INEP):**112752689275
Data Nasc.:09/01/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:DANIEL DE FREITAS		**Mãe:**LUCIMAR VIEIRA DA SILVA FREITAS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			9 ANOS 2º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 3º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 4º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 5º ANO		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	7.25	0.00	7.13	0.00	6.75	0.00	5.75	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS							5.75	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		7.25	0.00	7.00	0.00	7.63	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	7.00	0.00	8.13	0.00	7.63	0.00	7.50	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA							7.25	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA							6.50	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)							-	-	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	6.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA							5.75	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA							7.00	0.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA							-	-	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR 1ºC	9 ANOS > 2º ANO 9ºA	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR 1ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 3º ANO 3º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULHER	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR 8ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 4º ANO 1ª	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR 8ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 5º ANO 9º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:872079 - ADAUTO GABRYEL DE FIGUEIREDO DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**119225064860
Data Nasc.:17/07/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:SILAS ARNALDO DA SILVA		**Mãe:**MARIA HELENA DE FIGUEIREDO CORREA DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		SERIADO 2ª SÉRIE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	AP	0.00	70.00	0.00	-	-	PS	0.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		GEOGRAFIA	AP	0.00	70.00	0.00					PPAP	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		FILOSOFIA	-	-	70.00	0.00					-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	70.00	0.00					PPAP	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	PS	0.00	80.00	0.00	PPAP	320.00	PS	0.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS	AP	0.00	70.00	0.00					PPAP	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
	LINGUAGEM	ARTE	AP	0.00	75.00	0.00	PPAP	280.00	PS	0.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	AP	0.00	70.00	0.00					PPAP	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	AP	0.00	80.00	0.00					PPAP	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	70.00	0.00					PPAP	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PPAP	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		920.00		800.00		800.00		861.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
2006	2005	REGULAR 1ºC	SERIADO > 1ª SÉRIE	EE. BAIRRO UNIÃO 9ª fase	MATUPA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR 1ºC	SERIADO > 2ª SÉRIE	INS.ED.CULT.PORTAL DA FÉ 3ª	CUIABA	MT	APROVADO
ENSINO FUNDAMENTAL	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 16 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

RFC - retenção no final

C - C

P.PAP -

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:565965 - BRUNA SOUZA DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**110122149407
Data Nasc.:08/12/1998	**Naturalidade:**CACERES - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:AURINDO SOARES DA SILVA		**Mãe:**MARIA LUIZA DE SOUZA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares		Período Letivo															
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	ÁREA GLOBALIZADA	PS	0.00	PS	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	PS	240.00	-	-	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
	CIÊNCIAS											PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	-	-	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	360.00	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	EDUCAÇÃO FÍSICA											PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	LINGUA PORTUGUESA											PPAP	160.00	PS	164.00	PS	160.80
	L. ESTRANG (INGLÊS)											PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
	ARTE											-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
	LINGUA PORTUGUESA											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	GEOGRAFIA											PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PPAP	40.00	PS	41.00	PS	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		820.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE.DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE.DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE.DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:565965 - BRUNA SOUZA DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**110122149407
Data Nasc.:08/12/1998	**Naturalidade:**CACERES - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:AURINDO SOARES DA SILVA		**Mãe:**MARIA LUIZA DE SOUZA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares		Período Letivo															
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum																	
ÁREA GLOBALIZADA		PS	0.00	PS	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	PS	240.00	-	-	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
	CIÊNCIAS											PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	-	-	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	360.00	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	EDUCAÇÃO FÍSICA											PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	LINGUA PORTUGUESA											PPAP	160.00	PS	164.00	PS	160.80
	L. ESTRANG (INGLÊS)											PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
	ARTE											-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
	LINGUA PORTUGUESA											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	GEOGRAFIA											PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PPAP	40.00	PS	41.00	PS	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		820.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE.DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE.DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE.DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES	CACERES	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1334677 - CATHIUCIA SAMIRA ALVES DE OLIVEIRA		**Nº Reg.(INEP):**116618279690
Data Nasc.:01/03/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ANGELINO ALVES MOURA		**Mãe:**CATIANE DE OLIVEIRA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998	Componentes Curriculares		Período Letivo													
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	N	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	PS	308.00	PS	240.00	PS	320.00	PS	0.00	-	-	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS									-	-	PS	82.00	PPAP	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		PS	220.00	PS	240.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		PS	352.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	PS	320.00	PS	280.00	PS	0.00	-	-	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA									-	-	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									-	-	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									-	-	PS	82.00	PPAP	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PS	0.00	-	-	PS	82.00	PPAP	80.40
		GEOGRAFIA									-	-	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									-	-	-	-	PPAP	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		880.00		800.00		800.00		800.00		0.00		820.00		844.20	

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
	ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EEPG. MALIK DIDIER NAMER ZAHAFI	CUIABA	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG. MALIK DIDIER NAMER ZAHAFI	CUIABA	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	CURSANDO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1158681 - ANA PAULA FARIAS		**Nº Reg.(INEP):**111469255579
Data Nasc.:19/03/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:		**Mãe:**ELZIRA FARIAS MACIEL DOS SANTOS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	7.50	0.00	7.13	0.00	7.38	0.00	6.00	0.00	PPAP	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS NATURAIS							6.13	0.00	-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS							-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		8.00	0.00	8.63	0.00	8.63	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGENS		7.75	0.00	6.75	0.00	8.00	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	6.50	0.00	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		GEOGRAFIA							6.13	0.00	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		ENSINO RELIGIOSO							6.50	0.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA							-	-	PPAP	40.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	LINGUAGEM	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	6.75	0.00	-	-	-	-	-	-
		ARTE							6.50	0.00	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA							8.13	0.00	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA							-	-	PPAP	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)							-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMEB SENADOR GASTAO MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EMEB SENADOR GASTAO MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EMEB SENADOR GASTAO MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EMEB SENADOR GASTAO MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Diretor(a) Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:547548 - ADRIELLY DE ALMEIDA MORAIS		**Nº Reg.(INEP):**119423215032
Data Nasc.:17/03/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ELOI ADRIANO ALFONSO MORAIS		**Mãe:**VERA LUCIA DE ALMEIDA SANTOS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998	Componentes Curriculares		Período Letivo													
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS	-	-							PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PS	200.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	PS	320.00	PS	280.00	-	-	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-							PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	-	-							PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-							PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-							-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-							-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-							-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA	-	-							PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-							PS	40.00	-	-	PS	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		0.00		800.00		800.00		800.00		840.00		820.00		844.20	

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
	ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:269184 - ALESSANDRO DIAS CARDOSO DE BARROS		**Nº Reg.(INEP):**113440190640
Data Nasc.:05/07/1998	**Natùralidade:**NOVA OLIMPIA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ALEX CARDOSO DE BARROS		**Mãe:**SOLIENE SANDRA DIAS SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998	Componentes Curriculares		Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		SERIADO 2ª SÉRIE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	N	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	246.00	-	-	5.80	200.00	PPAP	160.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS	-	-	-	-					7.60	160.00	PPAP	120.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	246.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	328.00	-	-	9.10	40.00	PPAP	80.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-					7.30	120.00	PPAP	40.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-					5.50	240.00	PPAP	160.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-					6.80	80.00	PPAP	80.00	PS	80.40
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	6.30	120.00	PPAP	120.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA	-	-	-	-					7.00	120.00	PPAP	80.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-					8.30	40.00	-	-	PS	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		1000.00		820.00		820.00		1120.00		840.00		844.20	
Parte Diversificada			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Carga Horária - Parte Diversificada	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		
	Total de Carga Horária - Base Nacional Comum e Parte Diversificada		800.00		1000.00		820.00		820.00		1120.00		840.00		844.20	

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
	ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	SERIADO > 1ª SÉRIE	EE. PROF. ROMILDA COSTA CARNEIRO	ALCINOPOLIS	MS	APROVADO
		2007	REGULAR	SERIADO > 2ª SÉRIE	EE. ALCINO CARNEIRO-POLO	ALCINOPOLIS	MS	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EEPG. MALIK DIDIER NAMER ZAHAFI	CUIABA	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE MALIK DIDIER NAMER ZAHAFI	CUIABA	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	ESCOLA MUNICIPAL JORGE EDUARDO RAPOSO DE MEDEIROS	ITIQUIRA	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	EE 1 DE MAIO	NOVA MARILANDIA	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

Escola estadual Dr. Mario de Castro

Alunos não beneficiários

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:549712 - LUCAS ROCHA DE AMORIM		**Nº Reg.(iNEP):**114968539389
Data Nasc.:18/02/1999	**Naturalidade:**SERRA DOURADA - BA	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:NIVALDO ALVES DE AMORIM		**Mãe:**EDINALVA ROCHA DE OLIVIERA AMORIM

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Periodo Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	280.00	PS	320.00	-	-	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	-	-	-	-							PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	320.00	PS	280.00	-	-	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-							PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		0.00		800.00		800.00		820.00		861.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:547979 - CARLOS EDUARDO FERREIRA CAMPOS		**Nº Reg.(INEP):**114742341863
Data Nasc.:27/03/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:EDERSON DE CAMPOS SOUZA		**Mãe:**LUCIANA FERREIRA DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PPAP	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	320.00	PS	280.00	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							PPAP	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PPAP	40.00	PS	41.00	PPAP	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		0.00		800.00		800.00		800.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:873023 - EMILY BRAGA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**113879564930
Data Nasc.:25/09/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:JUENILSON BRAGA DOS SANTOS		**Mãe:**ELIANE SILVA MACHADO

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		SERIADO 2ª SÉRIE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	8.00	0.00	7.50	0.00	-	-	-	-	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA	8.50	0.00	7.00	0.00					PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	8.50	0.00	-	-					PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	8.50	0.00	7.00	0.00	PS	320.00	-	-	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS E PROGRAMA DE SAÚDE	8.50	0.00	6.50	0.00					-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-					PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
	LINGUAGEM	ARTE	9.00	0.00	8.50	0.00	PS	280.00	-	-	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	8.50	0.00	8.50	0.00					PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	8.00	0.00	7.00	0.00					PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	8.50	0.00	-	-					PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		820.00		861.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR 1ª	SERIADO > 1ª SÉRIE 8ª	ESC.DE ENS.FUND.E EDUCAÇÃO INFANTIL VITÓRIA	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR 1ª	SERIADO > 2ª SÉRIE 3ª	ESC.DE ENS.FUND.E EDUCAÇÃO INFANTIL VITÓRIA	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1158654 - ANA KAROLINA PAIXÃO FREITAS		**Nº Reg.(INEP):**116784217313
Data Nasc.:02/10/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:LUCIANO DE LAURA FREITAS		**Mãe:**ROSIMEIRE CARDOSO PAIXÃO

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			1ºCICLO 2º ANO		1ºCICLO 3º ANO		2º CICLO 4ª ANO		2º CICLO 5º ANO		2º CICLO 6º ANO		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	10.00	0.00	9.13	0.00	9.25	0.00	10.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA	10.00	0.00					10.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-					10.00	0.00	PS	40.00	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-					-	-	-	-	-	-	PS	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	10.00	0.00	9.13	0.00	8.38	0.00	7.50	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS	9.00	0.00					10.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	10.00	0.00	9.38	0.00	9.00	0.00	9.25	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	9.00	0.00					10.00	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	10.00	0.00					-	-	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	10.00	0.00					-	-	-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-					7.75	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Carga Horária - Base Nacional Comum			828.00		800.00		800.00		800.00		840.00		820.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	1ºCICLO > 2º ANO	CENTRO EDUCACIONAL FUTURO FELIZ	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1ºCICLO > 3º ANO	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 4ª ANO	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 5º ANO	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 6º ANO	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE PASCOAL RAMOS	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1158351 - ERLAN RODRIGUES DE ALMEIDA		**Nº Reg.(INEP):**114352067627
Data Nasc.:26/10/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:CARLOS ROBERTO RODRIGUES DE SOUZA		**Mãe:**JULIANE CRISTIANE DE ALMEIDA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		SERIADO 2ª SÉRIE		SERIADO 3ª SÉRIE		SERIADO 4ª SÉRIE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	80.00	0.00	92.00	0.00	87.00	0.00	90.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		GEOGRAFIA	80.00	0.00	92.00	0.00	86.00	0.00	75.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		FILOSOFIA	70.00	0.00	-	-	77.00	0.00	87.00	0.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	88.00	0.00	80.00	0.00	77.00	0.00	90.00	0.00	PS	40.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	76.00	0.00	80.00	0.00	70.00	0.00	75.00	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS	73.00	0.00	91.00	0.00	80.00	0.00	85.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
	LINGUAGEM	ARTE	73.00	0.00	85.00	0.00	77.00	0.00	87.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	77.00	0.00	81.00	0.00	80.00	0.00	80.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	71.00	0.00	87.00	0.00	76.00	0.00	86.00	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	95.00	0.00	95.00	0.00	75.00	0.00	96.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		FILOSOFIA	-	-	80.00	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			940.00		940.00		940.00		940.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	SERIADO > 1ª SÉRIE	INST.ED.CULT. PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	SERIADO > 2ª SÉRIE	INST.ED.CULT. PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	SERIADO > 3ª SÉRIE	INST.ED.CULT. PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	SERIADO > 4ª SÉRIE	INST.ED.CULT. PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1185292 - FERNANDO ARRUDA PEREIRA		**Nº Reg.(INEP):**112445436914
Data Nasc.:24/09/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:VALDEVINO FILHO PEREIRA		**Mãe:**DIOLINA ARRUDA DE MELO

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		SERIADO 2ª SÉRIE		SERIADO 3ª SÉRIE		SERIADO 4ª SÉRIE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	71.00	0.00	82.00	0.00	91.00	0.00	76.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		GEOGRAFIA	71.00	0.00	82.00	0.00	86.00	0.00	73.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		FILOSOFIA	75.00	0.00	78.00	0.00	70.00	0.00	82.00	0.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	90.00	0.00	90.00	0.00	75.00	0.00	90.00	0.00	PS	40.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	82.00	0.00	78.00	0.00	73.00	0.00	71.00	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS	70.00	0.00	86.00	0.00	80.00	0.00	75.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
	LINGUAGEM	ARTE	70.00	0.00	85.00	0.00	80.00	0.00	85.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	70.00	0.00	78.00	0.00	80.00	0.00	90.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	72.00	0.00	78.00	0.00	76.00	0.00	72.00	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	85.00	0.00	85.00	0.00	72.00	0.00	97.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
Carga Horária - Base Nacional Comum			940.00		940.00		940.00		940.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	SERIADO > 1ª SÉRIE	INST. ED. E CULT.PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	SERIADO > 2ª SÉRIE	INST. ED. E CULT.PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	SERIADO > 3ª SÉRIE	INST. ED. E CULT.PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	SERIADO > 4ª SÉRIE	INST. ED. E CULT.PORTAL DA FÉ	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1º FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:549604 - LEONARDO ROCHA DE AMORIM		**Nº Reg.(INEP):**111703591401
Data Nasc.:18/02/1999	**Naturalidade:**SERRA DOURADA - BA	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:NIVALDO ALVES DE AMORIM		**Mãe:**EDINALVA ROCHA DE OLIVEIRA AMORIM

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	ÁREA GLOBALIZADA	DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	280.00	PS	320.00	-	-	PPAP	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	320.00	PS	280.00	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							PPAP	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PPAP	40.00	PS	41.00	PS	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		820.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPSG PROF. RAFAEL RUEDA	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:273302 - TACIANE DIAS DE SOUZA		**Nº Reg.(INEP):**114199596037
Data Nasc.:19/11/1998	**Naturalidade:**TAGUAI - SP	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:CRISTIANO ALVES DE SOUZA		**Mãe:**ANDREIA JANAINA DIAS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			SERIADO 1ª SÉRIE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA	5.63	0.00	PPAP	320.00	PS	280.00	-	-	PPAP	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		ARTE	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PPAP	240.00	PS	320.00	-	-	PPAP	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PPAP	240.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PS	820.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-							-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-							-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-							-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		GEOGRAFIA	-	-							PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-							PPAP	40.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		820.00		840.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	SERIADO > 1ª SÉRIE	E.M.E.F JOSE MOREIRA	TEJUPA	SP	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG. MALIK DIDIER NAMER ZAHAFI	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:1158568 - THAIS HERMINIA INACIO DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**113127419103
Data Nasc.:07/07/1999	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ISMAEL INACIO DA SILVA		**Mãe:**ELZA INACIA DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			9 ANOS 2º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 3º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 4º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 5º ANO		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6.38	0.00	8.38	0.00	6.50	0.00	7.00	0.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS							8.63	0.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		7.50	0.00	8.63	0.00	5.88	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	6.25	0.00	7.25	0.00	6.00	0.00	8.50	0.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO FÍSICA							8.00	0.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA							7.00	0.00	-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA							-	-	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)							-	-	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	6.50	0.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		GEOGRAFIA							7.00	0.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA							7.13	0.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		861.00		861.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR 1ºC	9 ANOS > 2º ANO 9º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR 1ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 3º ANO 9º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR 2ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 4º ANO 1º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR 2ºC	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 5º ANO 2º	EMEB. SENADOR GASTÃO DE MATOS MULLER	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE DR. MARIO DE CASTRO

Estabelecimento:20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO		
Criação:1802		**Credenciamento:**244/2010
Autorização:462/2010 - CEE/MT		
Endereço:RUA SANTOS DUMONT	**Nº:**102	**Cep:**78065215
Cidade:CUIABA	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36679009
Aluno:873602 - JOAO EDUARDO PEREIRA DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**119227022855
Data Nasc.:16/08/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:EDILSON PEREIRA DA SILVA		**Mãe:**BERNARDETE ALNULHA OLIVEIRA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Base Nacional Comum

Componentes Curriculares		Período Letivo													
		SERIADO 1ª SÉRIE		SERIADO 2ª SÉRIE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
		N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	7.50	0.00	6.50	0.00	-	-	-	-	PPAP	82.00	PS	80.00	PPAP	80.40
	GEOGRAFIA	8.00	0.00	6.00	0.00					PPAP	82.00	PS	80.00	PPAP	80.40
	EDUCAÇÃO FÍSICA	8.00	0.00	-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-					PPAP	41.00	PS	40.00	PPAP	40.20
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6.50	0.00	6.00	0.00	PPAP	320.00	-	-	PPAP	164.00	PS	160.00	PPAP	160.80
	CIÊNCIAS E PROGRAMA DE SAÚDE	6.50	0.00	6.00	0.00					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS	-	-	-	-					PPAP	82.00	PS	80.00	PPAP	80.40
LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)	6.50	0.00	-	-	PPAP	280.00	-	-	PPAP	82.00	PS	80.00	PPAP	80.40
	PORTUGUES	6.50	0.00	6.00	0.00					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	9.00	0.00	8.00	0.00					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	7.50	0.00					PPAP	82.00	PS	80.00	PPAP	80.40
	ARTE	-	-	-	-					PPAP	82.00	PS	40.00	PPAP	80.40
	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-					PPAP	164.00	PS	160.00	PPAP	160.80
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PPAP	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PPAP	820.00	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	ARTE	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		820.00		861.00		800.00		844.20	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	SERIADO > 1ª SÉRIE	E.E.F. E EDUCÇÃO INF. VITORIA	CUIABA	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	SERIADO > 2ª SÉRIE	E.E.F. E EDUCÇÃO INF. VITORIA	CUIABA	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	20516 - EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EMEB SENADOR DARCY RIBEIRO	CUIABA	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE DR. MARIO DE CASTRO	CUIABA	MT	APROVADO

Obs.:

CUIABA, 10 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

Escola estadual Professora Arlete Maria de França

Alunos beneficiários

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:327319 - EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA		**Nº Reg.(INEP):**114570493768
Data Nasc.:25/05/1998	**Naturalidade:**VARZEA GRANDE - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:		**Mãe:**SUELI DE SOUZA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	LÍNGUA PORTUGUESA	0.00		0.00		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		HISTÓRIA											-	-	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-	-	-
		ARTE											-	-	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-	-	-
		L. ESTRANG (INGLÊS)											-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	320.00	PPAP	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS											PS	123.00	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	240.00	PPAP	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PPAP	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	82.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA											PS	164.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	41.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA											PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	41.00	P.S	40.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA											-	-	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		880.00		902.00		884.40	

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
Estudos Realizados	ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:327374 - ERICA FARIAS DA CRUZ		**Nº Reg.(INEP):**112060182599
Data Nasc.:25/01/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:AELSON SANTANA DA CRUZ		**Mãe:**LUCIA REGINA DE FARIAS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS											PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA											PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA											PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	41.00	P.S	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA											-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a) Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:327197 - DAVID PAULO LIMA TRAJANO		**Nº Reg.(INEP):**111002940663
Data Nasc.:15/12/1997	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ROMILDO OLIVEIRA TRAJANO		**Mãe:**ROSANA MESSIAS DE LIMA TRAJANO

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS									PPAP	123.00	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA									PS	82.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	123.00	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA									PPAP	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA									-	-	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:326838 - ALEXANDRE SILVA SOUZA		**Nº Reg.(INEP):**111682511684
Data Nasc.:28/03/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:MARCELO FERNANDES DE SOUZA		**Mãe:**ANA ANTONIA DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	LÍNGUA PORTUGUESA		0.00		0.00	-	-	-	-	PPAP	820.00	-	-	-	-	-	-
		HISTÓRIA											-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
		ARTE											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
		L. ESTRANG (INGLÊS)											-	-	-	-	-	-
		HISTÓRIA											-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	320.00	PS	320.00	-	-	PPAP	160.00	PPAP	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS											PPAP	120.00	PPAP	123.00	PPAP	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	-	-	PPAP	40.00	PS	41.00	PPAP	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PPAP	80.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA											PPAP	160.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PPAP	40.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	120.00	PPAP	123.00	PPAP	120.60
		GEOGRAFIA											PPAP	120.00	PPAP	123.00	PPAP	120.60
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											P.S	40.00	PPAP	41.00	PPAP	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		820.00		880.00		902.00		884.40	

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
	ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:326844 - ALEXSSANDER ANTONIO BENDER DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**116870390540
Data Nasc.:11/08/1997	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ANTONIO JOSE DA SILVA FILHO		**Mãe:**SIMONE BENDER

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			SERIADO 1ª SERIE		SERIADO 2ª SÉRIE		SERIADO 3ª SÉRIE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS HUMANAS		HISTÓRIA	10.00	0.00	8.00	0.00	7.00	0.00	-	-	-	-	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		GEOGRAFIA	10.00	0.00	8.00	0.00	6.00	0.00			PPAP	123.00	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	6.00	0.00			-	-	-	-	-	-	-	-
		HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-			PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-			PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	9.00	0.00	7.00	0.00	6.00	0.00	PPAP	280.00	PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS	9.00	0.00	8.00	0.00	7.00	0.00			PPAP	123.00	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	LINGUAGEM	LÍNGUA PORTUGUESA	8.50	0.00	8.00	0.00	6.00	0.00	PPAP	280.00	-	-	-	-	-	-	-	-
		ARTE	8.50	0.00	9.50	0.00	6.50	0.00			PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA	10.00	0.00	10.00	0.00	9.00	0.00			PS	82.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		L.E.M.(INGLÊS)	9.00	0.00	9.00	0.00	7.00	0.00			-	-	-	-	-	-	-	-
		L.ESTRANG (ESPANHOL)	9.50	0.00	9.50	0.00	-	-			-	-	-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-			PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-	-	-			PPAP	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	-	-	PPAP	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			880.00		880.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	SERIADO > 1ª SERIE	COLÉGIO PRIMEIROS PASSOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2005	REGULAR	SERIADO > 2ª SÉRIE	COLÉGIO PRIMEIROS PASSOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	SERIADO > 3ª SÉRIE	COLÉGIO COUTO MAGALHÃES	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EEPG PORFIRIA PAULA DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:326829 - ALESSANDRO PONTES DE OLIVEIRA		**Nº Reg.(INEP):**114254344014
Data Nasc.:04/12/1997	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:		**Mãe:**ALESSANDRA PONTES DE OLIVEIRA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	164.00	PPAP	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS							PS	123.00	PS	123.00	PPAP	123.00	PPAP	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA							PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA							PPAP	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)							PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA							PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA							PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA							-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:326890 - ANA CAROLINE FAGA MARINHO		**Nº Reg.(INEP):**114570493687
Data Nasc.:22/02/1998	**Naturalidade:**VITORIA - ES	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:NILTON CESAR DOMINGUES MARINHO		**Mãe:**EDNEIA RIBEIRO FAGA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9.394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS									PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA									PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA									PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA									-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:1145575 - CARINA ALVES VIEIRA DA SILVA.		**Nº Reg.(INEP):**110098100814
Data Nasc.:05/01/1998	**Naturalidade:**VARZEA GRANDE - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:VALDECI VIEIRA DA SILVA		**Mãe:**MIRIAM ALVES BASTOS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		FUNDAMENTAL 9 ANOS 6º ANO		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		AP	0.00	AP	0.00	AP	0.00	AP	0.00	AP	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		GEOGRAFIA													PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA													P.S	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS													PS	123.00	PS	123.00	PPAP	120.60
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA													PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA													PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)													PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		0.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMEB. "SRA DIRCE LEITE DE CAMPOS"	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMEB. "SRA DIRCE LEITE DE CAMPOS"	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EMEB. "SRA DIRCE LEITE DE CAMPOS"	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EMEB. "SRA DIRCE LEITE DE CAMPOS"	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EMEB. "SRA DIRCE LEITE DE CAMPOS"	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 6º ANO	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	ENTURMADO POR IDADE
	2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

17/04/2013 11:21

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.: A ALUNA FOI ENTURMADA POR IDADE PARA O 7º ANO EM 2010.

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		**Credenciamento:**
Criação:489		
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:327000 - AUGUSTO CESAR SINOBE RODRIGUES		**Nº Reg.(INEP):**114721372808
Data Nasc.:09/10/1997	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ALEXANDRE ALMEIDA RODRIGUES		**Mãe:**MARILCE SINOBE DO AMARAL

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	LÍNGUA PORTUGUESA		0.00		0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		HISTÓRIA											-	-	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-	-	-
		ARTE											-	-	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-	-	-
		L. ESTRANG (INGLÊS)											-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS											PS	123.00	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	82.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA											PS	164.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	41.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA											PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	41.00	P.S	40.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA											-	-	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		880.00		902.00		884.40	

Diretor(a)

Secretário(a)

17/04/2013

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
Estudos Realizados	ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:327334 - ELIAS DIAS DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**113871484430
Data Nasc.:10/10/1997	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ARNALDO GOMES DA SILVA		**Mãe:**LOURIMA DIAS DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	PPAP	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	320.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS											PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PPAP	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA											PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PPAP	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PPAP	120.60
		HISTÓRIA											PPAP	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
		HISTÓRIA											-	-	PS	123.00	PS	123.00	PPAP	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Diretor(a)

Secretário(a)

17/04/2013 11

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
Estudos Realizados	ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

Escola estadual Professora Arlete Maria de França

Alunos não beneficiários

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:1146547 - LIANDRA SILVA AZEVEDO		**Nº Reg.(INEP):**117594128051
Data Nasc.:10/08/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ALDECI JOSÉ DE AZEVEDO		**Mãe:**ANGELA CECÍLIA DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares		Período Letivo																	
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		FUNDAMENTAL 9 ANOS 6º ANO		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	AP	0.00	AP	0.00	AP	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	10.00	0.00	8.00	0.00	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	GEOGRAFIA							10.00	0.00	8.00	0.00			PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA							10.00	0.00	8.50	0.00			-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA							-	-	-	-			P.S	41.00	PS	41.00	PS	40.20
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	10.00	0.00	9.00	0.00	-	-	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
	CIÊNCIAS							10.00	0.00	8.50	0.00			PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
LINGUAGEM	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	9.00	0.00	9.00	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA							10.00	0.00	9.00	0.00			PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
	ARTES							8.00	0.00	9.00	0.00			-	-	-	-	-	-
	ARTE							-	-	-	-			PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	LINGUA PORTUGUESA							-	-	-	-			PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
	L. ESTRANG (INGLÊS)							-	-	-	-			PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		0.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMEB. SRª DIRCE LEITE DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMEB. SRª DIRCE LEITE DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EMEB. SRª DIRCE LEITE DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EMEB. SRª DIRCE LEITE DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EMEB. SRª DIRCE LEITE DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

17/04/2013

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

	2010	REGULAR 2010	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 6º ANO	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
6º11	2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	~~2011~~	~~REGULAR~~	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.: A ALUNA FOI ENTURMADA POR IDADE PARA O 7º ANO EM 2010.

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:1138170 - WALBER PABLO FIGUEIRA DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**111002923734
Data Nasc.:29/01/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:VALDECIR DA SILVA		**Mãe:**TANIA FIGUEIRA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			SERIADO 1º ANO		SERIADO 2º ANO		1º CICLO 3º ANO		SERIADO 4º ANO		SERIADO 5º ANO		FUNDAMENTAL 9 ANOS 6º ANO		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	ENSINO POR ATIVIDADE	AP	0.00	AP	0.00	AP	0.00	6.00	0.00	7.50	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		GEOGRAFIA							-	-	-	-			PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA							-	-	-	-			PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	RFC	164.00	PPAP	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS							-	-	-	-			RFC	123.00	PPAP	123.00	PS	120.60
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA							-	-	-	-			PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA							-	-	-	-			PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)							-	-	-	-			PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		0.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	SERIADO > 1º ANO	EMEB ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2005	REGULAR	SERIADO > 2º ANO	EMEB ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3º ANO	EMEB ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	SERIADO > 4º ANO	EMEB ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	SERIADO > 5º ANO	EMEB ARISTIDES POMPEO DECAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	FUNDAMENTAL 9 ANOS > 6º ANO	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.: 1º ANO DO CBAC2º ANO DO CBAC3º ANO DO CBACO ALUNO FOI ENTURMADO POR IDADE PARA O 7º ANO EM 2010.

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:328817 - VINICIUS DA SILVA MOTA		**Nº Reg.(INEP):**111833594974
Data Nasc.:11/12/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:VALMIR MOREIRA MOTA		**Mãe:**ANGELA JOSE DA SILVA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	320.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS									PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA									PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									PPAP	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA									PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									PS	41.00	P.S	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA									-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2011	REGULAR	3° CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		**Credenciamento:**
Criação:489		
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:326759 - ADAHYLTON BARLATI TENORIO		**Nº Reg.(INEP):**116641613410
Data Nasc.:01/06/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ADAHILTON TENÓRIO NETO		**Mãe:**ALINE PAULA BARLATI

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM		PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	PS	320.00	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS			-	-					PS	123.00	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		PS	240.00	-	-	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA			-	-					PS	82.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA			-	-					PS	164.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)			-	-					PS	41.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	40.20
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	120.00	PS	82.00	PS	120.60
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA			-	-					PS	123.00	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA			-	-					PS	41.00	P.S	40.00	-	-	PS	40.20
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA			-	-					-	-	PS	120.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		1120.00		800.00		800.00		902.00		880.00		820.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Municipio	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PORFIRIA PAULA DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:327402 - EVELYN FERNANDES DOS SANTOS		**Nº Reg.(INEP):**116655410753
Data Nasc.:06/12/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:SILVIO PIRES DOS SANTOS		**Mãe:**ILDELAINE FERNANDES CORREA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		AP	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	320.00	PPAP	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS											PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	240.00	PPAP	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PPAP	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA											PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA											PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA											-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Municipio	UF	RF
Estudos Realizados	ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMEB. ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE. PORFÍRIA PAULA DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:328018 - LUANA PEREIRA BASTOS		**Nº Reg.(INEP):**112890341410
Data Nasc.:27/10/1997	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:AIRTON DE OLIVEIRA BASTOS		**Mãe:**DONINA PEREIRA DE SALES

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998	Componentes Curriculares	Periodo Letivo																	
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM E COMUNICACAO	PS	0.00	PS	0.00	PS	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	280.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-			PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum – LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	320.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
Base Nacional Comum – LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-	-	-			PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
Base Nacional Comum – LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	-	-			PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
Base Nacional Comum – LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-	-	-	-	-			PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-			PS	123.00	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-	-	-			PS	41.00	P.S	41.00	PS	41.00	PS	40.20
Base Nacional Comum – CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-			-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
	ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EEPG DAMIÃO MAMEDES DO NASCIMENTO	JANGADA	MT	APROVADO
		2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EEPG DAMIÃO MAMEDES DO NASCIMENTO	JANGADA	MT	APROVADO
		2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG DAMIÃO MAMEDES DO NASCIMENTO	JANGADA	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EEPG DAMIÃO MAMEDES DO NASCIMENTO	JANGADA	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE MISSIONARIO GUNNAR VINGREN	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:328682 - SUIANY RIBEIRO DA SILVA		**Nº Reg.(INEP):**111833594893
Data Nasc.:25/10/1997	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:JOÃO ANDRÉ MARQUES DA SILVA		**Mãe:**SUELI DA SILVA RIBEIRO

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998	Componentes Curriculares		Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS					-	-					PPAP	123.00	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA					-	-					PS	82.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA					-	-					PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)					-	-					PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA					-	-					PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA					-	-					PS	41.00	P.S	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA					-	-					-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	Carga Horária - Base Nacional Comum		8000.00		800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
	ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:328831 - VITOR HUGO PATRICIO UNTAR		**Nº Reg.(INEP):**114254366255
Data Nasc.:03/04/1998	**Naturalidade:**NORTELANDIA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:WAGNER CEZAR UNTAR		**Mãe:**WALCIRLENE FERREIRA PATRICIO UNTAR

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		AP	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	320.00	PPAP	164.00	PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS									PPAP	123.00	PPAP	123.00	PPAP	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PPAP	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA									PS	82.00	PPAP	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									PPAP	164.00	PPAP	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									PS	41.00	PPAP	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA									PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									PS	41.00	P.S	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA									-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		
Criação:489		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:327965 - LEONARDO ANTONIO SANTOS MORAIS		**Nº Reg.(INEP):**111607028106
Data Nasc.:10/09/1998	**Naturalidade:**CUIABA - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:ANTONIO SERGIO MORAIS		**Mãe:**SOCORRO APARECIDA DOS SANTOS

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	320.00	PS	320.00	PS	320.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		CIÊNCIAS									PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LNG		-	-	PS	240.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	240.00	PS	240.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA									PS	82.00	PS	82.00	PS	82.00	PS	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									PS	164.00	PS	164.00	PS	164.00	PS	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
		HISTÓRIA									PS	123.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									PS	41.00	PS	41.00	PS	41.00	PS	40.20
		HISTÓRIA									-	-	PS	123.00	PS	123.00	PS	120.60
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		902.00		902.00		902.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EEPG PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2010	REGULAR	3° CICLO > 1ª FASE	12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.:

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

Estabelecimento:12254 - EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA		**Credenciamento:**
Criação:489		
Autorização:		
Endereço:RUA F	**Nº:**0	**Cep:**78150-442
Cidade:VARZEA GRANDE	**Estado:**MT	**Fone:**(65)36845207
Aluno:623514 - LUZIMARA DA SILVA ARANHA		**Nº Reg.(INEP):**115390413449
Data Nasc.:10/02/1998	**Naturalidade:**VARZEA GRANDE - MT	**Nacionalidade:**BRASILEIRA
Pai:MANOEL DA SILVA ARANHA		**Mãe:**LUZIA DA SILVA ARANHA

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE		3º CICLO 3ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		ENSINO POR ATIVIDADES		0.00		0.00		0.00		0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	9.00	0.00	-	-	PS	123.00	PS	82.00	PPAP	120.60
		GEOGRAFIA									6.50	0.00	PS	80.00	PS	123.00	PS	123.00	PPAP	120.60
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA									7.00	0.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
		HISTÓRIA									-	-	PS	120.00	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	6.50	0.00	PS	160.00	PS	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		CIÊNCIAS									7.00	0.00	PS	120.00	PS	123.00	PS	123.00	PPAP	120.60
	LINGUAGEM	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	-	-	7.00	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
		ARTE									6.50	0.00	PS	40.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
		EDUCAÇÃO FÍSICA									8.00	0.00	PS	80.00	PS	82.00	PS	82.00	PPAP	80.40
		LINGUA PORTUGUESA									-	-	PS	160.00	PS	164.00	PS	164.00	PPAP	160.80
		L. ESTRANG (INGLÊS)									-	-	PS	80.00	PS	41.00	PS	41.00	PPAP	40.20
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		880.00		902.00		861.00		884.40	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2004	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	E.M. ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2005	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	E.M. ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	E.M. ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	E.M. ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	E.M. TANCREDO NEVES	CACERES	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE PROF. MARIA MACEDO RODRIGUES	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE PROF. VANIL STABILITO	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE MERCEDES DE PAULA SODA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA

2012	REGULAR	3° CICLO > 3ª FASE	EE PROF. ARLETE MARIA DA SILVA	VARZEA GRANDE	MT	APROVADO

Obs.: LEI 9394/96Lei9394/96Lei 9394/96

VARZEA GRANDE, 17 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

Escola estadual São josé Operário

Alunos beneficiários

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

Pai:ALBER

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	PS	880.00	PS	880.00	PS	880.00	PS	880.00	PS	0.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
		ARTE											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA											-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	-	-
		L. ESTRANG (INGLÊS)											-	-	-	-	-	-
		L.ESTRANG (ESPANHOL)											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA											PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS											PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA											PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum			880.00		880.00		880.00		880.00		0.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2006	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ANTONIO DA SILVA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ANTONIO DA SILVA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ANTONIO DA SILVA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	RECLASSIFICADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		Credenciamento:
Criação:50/75		
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	PS	80.00							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA	-	-	PS	80.00	-	-	-	-	-	-	PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		ENSINO RELIGIOSO	-	-	PS	40.00							-	-	-	-		
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-									PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMATICA	-	-	PS	200.00	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS	-	-	PS	80.00							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	PS	40.00	PS	320.00	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	PS	240.00							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		EDUCAÇÃO ARTISTICA	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-										PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							-			-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-							-		-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-		-		-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-								-	-	-		
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							-				-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-												
Carga Horaria - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Municipio	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs:

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78 720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Base Nacional Comum

Componentes Curriculares		Período Letivo															
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
ÁREA GLOBALIZADA		PS	800.00	PS	880.00	PS	880.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	-	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	HISTÓRIA											-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
	ARTE											-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
	L. ESTRANG (INGLÊS)											-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM, MATEMÁTICA, CIÊNCIAS DA NATUREZA, CIÊNCIAS HUMANAS	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	880.00	-	-	-	-	-	-
	HISTÓRIA											-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
	ARTE											-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
	CIÊNCIAS											PS	120.00	-	-	-	-
	CIÊNCIAS											-	-	PS	120.00	PS	120.00
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	120.00	PS	120.00	-	-
	GEOGRAFIA											PS	120.00	PS	120.00	-	-
	ENSINO RELIGIOSO											PS	40.00	PS	40.00	-	-
LINGUAGEM	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	160.00	PS	160.00	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA											PS	40.00	-	-	-	-
	INGLÊS											PS	40.00	PS	40.00	-	-
	ARTE											-	-	PS	40.00	PS	40.00
	LÍNGUA PORTUGUESA											-	-	-	-	PS	160.00
	L. ESTRANG (INGLÊS)											-	-	-	-	PS	40.00
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	120.00
	GEOGRAFIA											-	-	-	-	PS	80.00
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		880.00		880.00		880.00		880.00		680.00		680.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	E.M.E.F ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	E.M.E.F ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	E.M.E.F ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	E.M.E.F ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	E.M.E.F ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	E.M.E.F ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	E.M.E.F ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	PS	80.00	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA	-	-	PS	80.00							PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		ENSINO RELIGIOSO	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	200.00	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS	-	-	PS	80.00							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	PS	40.00	PS	320.00	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	PS	240.00							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		EDUCAÇÃO ARTISTICA	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	**Nº:**1490	**Cep:**78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	**Estado:**MT	**Fone:**(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	PS	808.00	PS	812.00	PS	808.00	PS	800.00	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
		ARTE											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA											-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA											PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS											PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA											PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum			808.00		812.00		808.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMEB BERNARDO VENÂNCIO DE CARVALHO	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMEB BERNARDO VENÂNCIO DE CARVALHO	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EMEB BERNARDO VENÂNCIO DE CARVALHO	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

6

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-									-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-									-		-	-	-	-
		ARTE	-	-									-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-									-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-									-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-									-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-									-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMATICA	-	-	-	-	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS	-	-									PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PS	320.00	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-									PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA	-	-									PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-									PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA	-	-									PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-									PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ OPERÁRIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs:

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

7

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		**Credenciamento:**
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	**Nº:**1490	**Cep:**78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	**Estado:**MT	**Fone:**(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			N	CH	N	CH	N	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	PPAP	280.00	-	-	PPAP	160.00	PPAP	160.00	PPAP	160.00
		CIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-					PPAP	80.00	PPAP	80.00	PPAP	120.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	-	-	PPAP	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PPAP	320.00	-	-	PPAP	80.00	PPAP	80.00	PPAP	40.00
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-					PPAP	80.00	PPAP	80.00	PPAP	80.00
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-					PPAP	160.00	PPAP	160.00	PPAP	160.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-	-	-					PPAP	40.00	PPAP	40.00	PPAP	40.00
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	80.00	PPAP	80.00	PPAP	120.00
		GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-					PPAP	120.00	PPAP	120.00	PPAP	80.00
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-					PPAP	40.00	PPAP	40.00	PPAP	40.00
	Carga Horária - Base Nacional Comum		808.00		808.00		900.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	E.M.MELCHIADES F. MIRANDA	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	E.M.MELCHIADES F. MIRANDA	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	E.M.MELCHIADES F. MIRANDA	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	E.E. SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PPAP	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	PS	80.00	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA	-	-	PS	80.00							PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		ENSINO RELIGIOSO	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	200.00	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS	-	-	PS	80.00							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	PS	40.00	PS	320.00	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	PS	240.00							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-								-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

9

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Base Nacional Comum

Componentes Curriculares		Período Letivo															
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
ÁREA GLOBALIZADA	DIMENSÃO GLOBALIZADA - INTERDISCIPLINAR	PS	800.00	PS	800.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PPAP	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
	CIÊNCIAS	-	-	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	PPAP	320.00	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
	L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
	ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
	LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	GEOGRAFIA	-	-	-	-							PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE DANIEL MARTINS MOURA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE DANIEL MARTINS MOURA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE DANIEL MARTINS MOURA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE DANIEL MARTINS MOURA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

10

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento: 10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação: 50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço: AVENIDA BANDEIRANTES	Nº: 1490	Cep: 78.720-000
Cidade: RONDONOPOLIS	Estado: MT	Fone: (66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Base Nacional Comum

Componentes Curriculares		Período Letivo															
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
ÁREA GLOBALIZADA	DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	800.00	PS	888.00	PS	888.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	164.00	PS	160.00
	CIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-					PS	80.00	PS	82.00	PS	120.00
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	-	-	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	82.00	PS	40.00
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-					PS	80.00	PS	82.00	PS	80.00
	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-					PS	160.00	PS	164.00	PS	160.00
	L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-	-	-					PS	40.00	PS	41.00	PS	40.00
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	ARTE	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	82.00	PS	120.00
	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-					PS	120.00	PS	123.00	PS	80.00
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-					PS	40.00	PS	41.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		888.00		888.00		800.00		800.00		840.00		861.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMEF ARAO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMEF ARAO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EMEF ARAO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE MARIA DE LIMA CADIDE	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SILVESTRE GOMES JARDIM	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

Escola estadual São josé Operário

Alunos não beneficiários

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78 720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(06)34254201

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Base Nacional Comum

Componentes Curriculares		Período Letivo: SERIADO 1ª SÉRIE N	SERIADO 1ª SÉRIE CH	SERIADO 2ª SÉRIE N	SERIADO 2ª SÉRIE CH	2º CICLO 1ª FASE C	2º CICLO 1ª FASE CH	2º CICLO 2ª FASE C	2º CICLO 2ª FASE CH	2º CICLO 3ª FASE C	2º CICLO 3ª FASE CH	3º CICLO 1ª FASE C	3º CICLO 1ª FASE CH	3º CICLO 2ª FASE C	3º CICLO 2ª FASE CH
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	60.00	0.00	80.00	0.00	PS	320.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
	CIÊNCIAS	70.00	0.00	60.00	0.00					PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	HISTÓRIA	65.00	0.00	60.00	0.00	PS	120.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA	70.00	0.00	80.00	0.00					-	-	-	-	-	-
	ENSINO RELIGIOSO	70.00	0.00	80.00	0.00					-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	70.00	0.00	60.00	0.00	PS	360.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
	PORTUGUES	60.00	0.00	60.00	0.00					-	-	-	-	-	-
	ARTES	60.00	0.00	70.00	0.00					-	-	-	-	-	-
	ARTE	-	-	-	-					PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-					PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
	L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-					PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	ARTE	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	HISTÓRIA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-					-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	GEOGRAFIA	-	-	-	-					PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-					PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
2006	2005	REGULAR 1ª C	SERIADO > 6ª SÉRIE	E.M. PROFº SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA	SAO JOSE DO POVO	MT	APROVADO
2007	2006	REGULAR 1ª C	SERIADO > 3ª SÉRIE	E.M. PROFº SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA	SAO JOSE DO POVO	MT	APROVADO
ENSINO FUNDAMENTAL	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE LUDOVICO VIEIRA CAMARGO	SAO JOSE DO POVO	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE LUDOVICO VIEIRA CAMARGO	SAO JOSE DO POVO	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs:

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

2

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo													
			1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PPAP	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	ARTE	-	-	PS	320.00	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	LINGUA PORTUGUESA	-	-							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
Base Nacional Comum	LINGUAGEM	L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	MATEMÁTICA	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	ARTE	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUA PORTUGUESA	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-							-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-							PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	~~2005~~ 2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

3

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		
Autorização:		Credenciamento:
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Cep:78.720-000
		Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9.394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo																	
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	PS	80.00							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA	-	-	PS	60.00							PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		ENSINO RELIGIOSO	-	-	PS	40.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	200.00							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS	-	-	PS	80.00	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	PS	40.00							PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	PS	240.00							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		EDUCAÇÃO ARTISTICA	-	-	PS	40.00	PS	320.00	PS	320.00	-	-	-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-		-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

4

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998			Componentes Curriculares	Período Letivo											
				1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE	
				C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	C
	Base Nacional Comum	ÁREA GLOBALIZADA	DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PROMOV	888.00	PROMOV	892.00	PROMOV	886.00	PROMOV	0.00	PROMOV	888.00	PROMOV	89
		CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			GEOGRAFIA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			CIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Carga Horária - Base Nacional Comum		888.00		892.00		886.00		896.00		888.00		893.00	

Estudos Realizados	Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Municípi
	ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMEF IRMÃ ELZA GEOVANELLA	RONDONOPO
		2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMEF IRMÃ ELZA GEOVANELLA	RONDONOPO
		2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EMEF IRMÃ ELZA GEOVANELLA	RONDONOPO
		2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EMEF IRMÃ ELZA GEOVANELLA	RONDONOPO
		2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EMEF IRMÃ ELZA GEOVANELLA	RONDONOPO
		2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EMEF IRMÃ ELZA GEOVANELLA	RONDONOPO
		2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPO
		2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPO

Obs :

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

5

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		Credenciamento:
Criação:55/75		
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1460	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254251

HISTORICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
		CICLO BÁSICO DE APR. INICIAL	PROM	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Base Nacional Comum	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	-	-	PPAP	80.00	PPAP	280.00	PPAP	280.00	-	-	PPAP	120.00	PPAP	120.00	PS	80.00
		HISTÓRIA	-	-	PPAP	80.00							-	-	-	-	-	-
		ENSINO RELIGIOSO	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		HISTÓRIA	-	-	-	-							PPAP	80.00	PPAP	80.00	PS	120.00
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PPAP	40.00	PPAP	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PPAP	200.00							PPAP	160.00	PPAP	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS			PPAP	80.00							PPAP	80.00	PPAP	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	PPAP	40.00	PPAP	320.00	PPAP	320.00	-	-	PPAP	80.00	PPAP	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA			PPAP	240.00							PPAP	160.00	PPAP	160.00	PS	160.00
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	-	-	PPAP	40.00							-	-	-	-	-	-
		ARTE											PPAP	80.00	PPAP	80.00	PS	40.00
		L.E.M.(ESPANHOL)											PPAP	40.00	PPAP	40.00	-	
		L. ESTRANG.(INGLÊS)	-	-	-	-							-	-	-	-	PS	40.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS						PPAP	200.00	PPAP	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO AMPARO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	E.E. SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	E.E. SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	E.E. SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SEBASTIANA R. DE SOUZA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE MARIA DE LIMA CADIDE	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE MARIA DE LIMA CADIDE	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

6

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254281

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	PS	807.00	PS	880.00	PS	894.00	PS	800.00	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA											-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA											-	-	-	-	-	-
		ARTE											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA											-	-	-	-	-	-
		LÍNGUA PORTUGUESA											-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS											-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA											PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS											PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	ARTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LÍNGUA PORTUGUESA											PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum			807.00		880.00		894.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	E.M.E.FUN. MÁRIO DE ANDRADE	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	E.M.E.FUN. MÁRIO DE ANDRADE	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	E.M.E.FUN. MÁRIO DE ANDRADE	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

7

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		
Autorização:		Credenciamento:
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78 720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Base Nacional Comum

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PROM	812.00	PS	816.00	PROM	886.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA		MATEMÁTICA	-	-	-	-	-	-	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA		CIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-			-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS			-	-	-	-	-	-	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM		ARTE	-	-	-	-	-	-	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
LINGUAGEM		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	-	-			-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
LINGUAGEM		LINGUA PORTUGUESA	-	-	-	-	-	-			-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
LINGUAGEM		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-	-	-			-	-	PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
ÁREA GLOBALIZADA		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	-	-	-	-	-	-	-	-	AP	880.00	-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS HUMANAS		HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
CIÊNCIAS HUMANAS		GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-			-	-	PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
CIÊNCIAS HUMANAS		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-	-	-			-	-	PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum			812.00		816.00		886.00		800.00		880.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMEF. PRINCESA IZABEL	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMEF. PRINCESA IZABEL	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EMEF. IRMÃ AELZA GEOVANELLA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SÃO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EM. EDIVALDO Z. BELO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.: TRANSFERÊNCIA EXPEDIDA PARA 2ª FASE DO 2º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

8

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	Nº:1490	Cep:78 720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9394/96; Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum		DIMENSÃO GLOBALIZADA INTERDISCIPLINAR	PS	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	PS	80.00	-	-	-	-	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA	-	-	PS	80.00							PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		ENSINO RELIGIOSO	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	PS	200.00	PS	280.00	PS	280.00	-	-	PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS	-	-	PS	80.00							PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	PS	40.00	PS	320.00	PS	320.00	-	-	PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	PS	240.00							PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	-	-	PS	40.00							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)	-	-	-	-							PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		-	-	-	-	PS	200.00	PS	200.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
		GEOGRAFIA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		MATEMÁTICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		ARTE	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		CIÊNCIAS	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA	-	-	-	-							-	-	-	-	-	-
Carga Horária - Base Nacional Comum			800.00		800.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

9

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:59/75		
Autorização:		Credenciamento:
Endereço:AVENIDA BANDEIRANTES	N°:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)3425261

HISTÓRICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9.394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1996

Base Nacional Comum

Componentes Curriculares		Período Letivo																	
		1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
		C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	PS	800.00	PS	880.00	-	-	-	-	PS	800.00	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA					-	-					-	-	-	-	-	-
	MATEMÁTICA					-	-					-	-	-	-	-	-
	ARTE					-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA					-	-					-	-	-	-	-	-
	LÍNGUA PORTUGUESA					-	-					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS					-	-					-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA					-	-					-	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	-	-	-	-	PS	200.00	PS	280.00	-	-	PPAP	160.00	PS	160.00	PS	160.00
	CIÊNCIAS E PROGRAMA DE SAÚDE					PS	120.00					-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS					-	-					PPAP	80.00	PS	80.00	PS	120.00
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	HISTÓRIA	-	-	-	-	PS	40.00	PS	120.00	-	-	-	-	-	-	-	-
	GEOGRAFIA					PS	40.00					-	-	-	-	-	-
	ENSINO RELIGIOSO					PS	40.00					-	-	-	-	-	-
LINGUAGEM	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	PS	40.00	PS	400.00	-	-	PPAP	80.00	PS	80.00	PS	80.00
	PORTUGUÊS					PS	240.00					-	-	-	-	-	-
	ARTES					PS	80.00					-	-	-	-	-	-
	ARTE					-	-					PPAP	80.00	PS	80.00	PS	40.00
	LÍNGUA PORTUGUESA					-	-					PPAP	160.00	PS	160.00	PS	160.00
	L. E M.(ESPANHOL)											PPAP	40.00	-	-	-	-
	L. ESTRANG (INGLÊS)					-	-					-	-	PS	40.00	PS	40.00
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PPAP	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	GEOGRAFIA					-	-					PPAP	120.00	PS	120.00	PS	80.00
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA					-	-					PPAP	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horária - Base Nacional Comum		800.00		880.00		800.00		800.00		800.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	EMRPG. VILA PAULISTA	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	EMRPG. VILA PAULISTA	RONDONOPOLIS	MT	PROMOVIDO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	EE PROFª ELIZABETH DE FREITAS MAGALHÃES	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	EE PROF ELIZABETH DE FREITAS MAGALHÃES	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	EE PROF ELIZABETH DE FREITAS MAGALHÃES	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	11045 - EE PROF ELIZABETH DE FREITAS MAGALHÃES	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs:

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)

10

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
EE SAO JOSE OPERARIO

Estabelecimento:10910 - EE SAO JOSE OPERARIO		
Criação:50/75		Credenciamento:
Autorização:		
Endereço:A	Nº:1490	Cep:78.720-000
Cidade:RONDONOPOLIS	Estado:MT	Fone:(66)34254261

HISTORICO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamento Legal: Lei Federal 9.394/96, Resoluções CNE/CEB nº02/1998

Componentes Curriculares			Período Letivo															
			1º CICLO 1ª FASE		1º CICLO 2ª FASE		1º CICLO 3ª FASE		2º CICLO 1ª FASE		2º CICLO 2ª FASE		2º CICLO 3ª FASE		3º CICLO 1ª FASE		3º CICLO 2ª FASE	
			C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH	C	CH
Base Nacional Comum	LINGUAGEM, CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, CIÊNCIAS HUMANAS		PS	800.00	PS	880.00	PS	880.00	PS	880.00	PS	880.00	-	-	-	-	-	-
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA											PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
		GEOGRAFIA											PS	120.00	PS	120.00	PS	80.00
		EDUCAÇÃO RELIGIOSA											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	MATEMÁTICA											PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		CIÊNCIAS											PS	80.00	PS	80.00	PS	120.00
	LINGUAGEM	ARTE											PS	80.00	PS	80.00	PS	40.00
		EDUCAÇÃO FÍSICA											PS	80.00	PS	80.00	PS	80.00
		LINGUA PORTUGUESA											PS	160.00	PS	160.00	PS	160.00
		L. ESTRANG (INGLÊS)											PS	40.00	PS	40.00	PS	40.00
Carga Horaria - Base Nacional Comum			800.00		880.00		880.00		880.00		880.00		840.00		840.00		840.00	

Estudos Realizados

Etapa	Ano	Modalidade de Ensino	Série/Ano/Fase	Estabelecimento de Ensino	Município	UF	RF
ENSINO FUNDAMENTAL	2005	REGULAR	1º CICLO > 1ª FASE	E. M. E. F. ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2006	REGULAR	1º CICLO > 2ª FASE	E. M. E. F. ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2007	REGULAR	1º CICLO > 3ª FASE	E. M. E. F. ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2008	REGULAR	2º CICLO > 1ª FASE	E. M. E. F. ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2009	REGULAR	2º CICLO > 2ª FASE	E. M. E. F. ARÃO GOMES BEZERRA	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2010	REGULAR	2º CICLO > 3ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2011	REGULAR	3º CICLO > 1ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO
	2012	REGULAR	3º CICLO > 2ª FASE	EE SAO JOSE OPERARIO	RONDONOPOLIS	MT	APROVADO

Obs.:

RONDONOPOLIS, 19 de abril de 2013

Diretor(a)

Secretário(a)